Maria Teresa Gonzaga Alves

Repensando a nova direita: subsídios para compreensão do apoio a candidatos de direita no município de São Paulo de 1988 a 1996

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Antônio Flávio de Oliveira Pierucci

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Resumo

Este trabalho oferece subsídios para a compreensão do voto de direita na cidade de São Paulo, que cresceu continuamente de 1988 a 1996. Este fenômeno, guardada as particularidades locais, se inscreve na tendência mundial de renovação da direita observada nos países capitalistas avançados, desde meados dos anos 70, e no Brasil, a partir do final dos anos 80.

Com base na bibliografia internacional, foram identificados alguns contextos em que o termo "nova direita" aparece, os seus respectivos conteúdos e estabelecidas distinções entre eles. A partir desta referência, algumas idéias-chave sobre a nova direita foram construídas e serviram de referência para analisar a revitalização da direita no Brasil e especificamente na cidade de São Paulo.

A direita no Brasil é um fenômeno plural. Até meados dos anos 80, a clivagem básica entre direita e esquerda era definida entre os defensores do regime militar à direita e da redemocratização à esquerda. A partir da Nova República, novas clivagens surgiram, sendo possível identificar pelo menos uma direita mais ideológica, portadora de um discurso conservador coerentemente articulado e inspirado na agenda neoliberal, em geral com base social entre os estratos mais ricos da sociedade, ao lado de uma direita mais personalista e clientelista, que mobiliza os setores populares mais por temas morais do que políticos. O sucesso eleitoral da direita na cidade de São Paulo parece estar associado a sua capacidade de se renovar e fazer coincidir os seus interesses com as demandas específicas destas bases sociais.

Esta hipótese foi testada a partir de *surveys* realizados na cidade de São Paulo em 1993 e 1995. Os resultados da primeira pesquisa indicam que os conteúdos da direita mais programática são mais associados aos estratos sociais mais ricos que, em geral, apoiam os programas neoliberais e são antiesquerda; e entre os setores mais pobres há maior afeição com os temas ligados à moralidade e ao autoritarismo, mas também ao estatatismo. Estas clivagens estiveram associadas à direção do voto na eleição presidencial de 1989, sugerindo que o eleitor é sensível ao debate ideológico. Os dados da pesquisa de 1995 indicam que alguns temas da agenda neoliberal encontram-se bem mais disseminados por todos os estratos sociais.

Abstract

The study seeks to understand the continuing increase of right wing voting tendencies in the city of São Paulo in the period between 1988 and 1996. Such a particular phenomenon is further associated with a broader disposition, that is, the renewal of the right since the mid 1970s in advanced capitalist societies, and in Brazil at large since the late 1980s.

The expression "new right" is discussed within the context of an international literature review where specific ocurrences and distinctive meanings are considered and analysed. Key ideas developed within this framework helped to shed light over the renewal of the right in Brazil, and particularly in São Paulo.

In Brazil, the right constitutes a plural phenomenon. Up to the mid 1980s, the basic clivages between right and left were defined according to positions pro or against the military regime respectively. New clivages emerged from the "Nova República" (New Republic) onwards. A more ideological right can be identified – in the sense of a coherently articulated discourse inspired by the neoliberal agenda, alongside a social basis formed by the richer sectors of the society. This more ideological right coexists with a personalist and patronizing right that mobilises popular sectors of the society with moral topics rather than political issues. In São Paulo, the right wing success in polls seems to be associated to its especial skills in renewing itself whilst making its own interests coincide with the particular demands of those social basis.

This hipothesis was tested in surveys conducted in the city of São Paulo in 1993 and 1995. The results of the first investigation indicate that the agenda of the more programmatic right is associated with the richer sectors of the society which, in general, support the neoliberal programme whilst being also anti-leftists. Amongst the poorer sectors however, there is more sensitivity towards topics related to morality and authoritarism, as well as statism. Such clivages have further underlined voters choices in the 1989 presidential elections. They suggest that the voters are sensitive to the ideological debate.

Data from the 1995 survey show that some topics of the neoliberal agenda are more widely spread out amongst all the different social strata.

Agradecimentos

Ao Prof. Antônio Flávio de Oliveira Pierucci agradeço a orientação para a realização deste trabalho. Devo a ele a descoberta de uma nova perspectiva para observar a direita.

À Prof. Rachel Meneguello reservo um agradecimento especial pela forma acolhedora com que abriu-me as portas do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), de onde vem o dados analisados nesta pesquisa, e pela rica convivência que ali me foi proporcionada.

Aos amigos do CESOP, em especial Paula Cencig, Iara Rolim, Lilian Rahal e o Prof. Fernando Lourenço, agradeço pelo grande estímulo.

O Prof. Francisco de Oliveira e a Prof. Argelina Cheibub Figueiredo fizeram comentários valiosos na qualificação.

À Carmen Fullin e Andréa Zhouri, agradeço pelo apoio e amizade.

O CNPq contribuiu com ajuda financeira.

****

Especialmente agradeço ao João, pelo estímulo, apoio e companheirismo. A ele e a nossa filha Júlia eu dedico este trabalho.

Índice

Pág.

Introdução..... 1

Capítulo 1

O fenômeno da nova direita..... 7

Capítulo 2

Vertentes da nova direita..... 22

Capítulo 3

A nova direita no Brasil..... 68

Capítulo 4

Apoio à agenda da nova direita no Brasil: análise de *surveys*..... 110

Conclusão..... 161

Bibliografia..... 173

– Introdução

"Essa história começa a adquirir sabor antigo. À medida que refletimos sobre o novo, o velho reaparece. Em lugar do novo chegar vestido de antigo, é este que se disfarça no presente, vivo. Vale a pena examinar um pouco o que está ocorrendo de velho." (Octávio Ianni)[1]

O tema desta dissertação é a nova direita, um fenômeno de revitalização política do pólo à direita no espectro político que marcou o mundo capitalistas avançado e vários países em desenvolvimento, desde o final da década de 70 até os anos 90. A ênfase será dada ao discurso, argumentos e retórica da nova direita, considerados histórica e analiticamente.

O objetivo da discussão proposta é o de fornecer subsídios para a compreensão do voto de direita na cidade de São Paulo, a capital econômica do País. Desde o início da Nova República, tem sido observado uma tendência de uma parcela significativa do eleitorado da capital paulista em votar em candidatos de partidos conservadores. Isto se acentuou a partir de 1989, um ano após a eleição da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiza Erundina, como prefeita do município. Desde então, nota-se um predomínio do conservadorismo na cidade que parece estar associado à comprovação da viabilidade eleitoral, ainda que restrita, da esquerda (Pierucci & Lima: 1991, 1993; Lima: 1995).

O melhor ângulo de observação para se constatar a estabilidade conservadora na cidade é a trajetória de votação do político Paulo Maluf, um coerente representante da direita no Brasil e que polariza esta ideologia na capital. Em 1988, ele foi escolhido por cerca de um quarto dos eleitores para ser o prefeito

---

[1] Ianni, Octávio, "A Nova República do Brasil", in Cueva, Agustín (Org.), *Tempos Conservadores*, São Paulo, Hucitec, 1989.

da capital, perdendo a eleição, que era ainda disputada em turno único, para a candidata do PT, por um diferença de pouco mais de cinco pontos percentuais. Mas nesta eleição ele aumentou o seu eleitorado em relação a sua última disputa, quando se candidatou ao governo do Estado em 1986. No primeiro turno da eleição presidencial de 1989, ele obteve quase o mesmo patamar de votação e repetiu a colocação obtida no ano anterior, ficando em segundo lugar atrás de Mário Covas. Mas, além de Maluf, mais dois candidatos concorreram pela direita, dividindo os votos no primeiro turno. Porém, o resultado final do segundo turno mostrou que a direita saiu fortalecida na cidade. Em 1990, Maluf foi o candidato ao governo do estado mais bem votado na capital, só perdendo a eleição devido aos votos do interior do estado. Em 1992, ele conseguiu finalmente ser eleito como prefeito de São Paulo e fez o seu sucessor, Celso Pitta, na eleição seguinte.

Paulo Maluf, apesar de oriundo da velha direita que deu sustentação ao regime militar, pode ser considerado um típico representante da direita renovada ao substituir, mesmo que taticamente, o discurso autoritário / antidemocrático que predominou em suas primeiras campanhas eleitorais pelo da "competência administrativa", parte de uma agenda de temas gerenciais / econômicos, que vêm predominando nos discursos políticos no contexto de crise contínua que caracteriza a história recente do País (Lima, 1995).

Algumas pesquisas[2] mostram que o crescimento do voto de direita no município de São Paulo tem se dado sobretudo nas regiões da cidade onde predominam as classes média e média-alta, portando onde residem pessoas com grau de escolaridade mais elevado, maior renda familiar e melhor qualidade de vida em geral, ou seja, os chamados formadores de opinião. Em vista dessa tendência,

---

[2] Sobre o voto conservador no município de São Paulo ver: Pierucci (1987, 1989); Pierucci & Lima (1991 e 1993) Lima (1995) e Novais (1996:1 e 1996:2).

parece haver uma sensibilidade positiva com relação ao projeto político apresentado à sociedade por candidatos ou partidos que simbolizam a nova direita.

No Brasil, a classificação da direita como uma "nova direita" alude à mudança do conteúdo programático dos partidos de direita e a sua revitalização eleitoral a partir do final dos anos 80, o que, à princípio, se molda ao "caso Paulo Maluf". Porém, ao utilizarmos o *continuum* ideológico esquerda-direita para problematizar o tema esbarramos com a dificuldade de lidar com um universo muito vasto, não necessariamente graduado continuamente do centro ao ponto mais extremo à direita, composto de posições multidimensionais cujas fronteiras não são facilmente traçadas. Desta forma, grande parte do esforço deste trabalho foi o de pesquisar campo semântico abrigado sob o rótulo "nova direita".

Com base principalmente em bibliografia internacional, vimos que o termo "nova direita" nomeia grupos organizados culturais e / ou políticos que fazem a justificativa teórica ou prática da visão de mundo à direita, mas é também um rótulo franqueado para se referir a políticas públicas de governos conservadores eleitos a partir do final dos anos 70 e a partidos políticos de extrema direita que incorporam novos discursos para justificar as suas plataformas políticas antiigualitária. As idéias encontradas em cada uma das vertentes da nova direita compõem um mosaico de conteúdos que ajudam a entender o fenômeno de revitalização da direita. Em todas elas encontramos argumentos para justificar as desigualdades, que pareceram muito adequados ao contexto de crise dos anos 70 e talvez por isto alcançaram grande visibilidade. Mas as diferenças e nuanças entre as vertentes são pontos que precisam ser esclarecidos.

A transposição do debate internacional para o Brasil revelou também um fenômeno plural, mas com contornos muito menos definidos. Tanto é difícil delimitar as fronteiras entre a "velha" e a "nova direita", quanto esgotar os conteúdos associados ao campo semântico da direita (e da nova direita).

Construímos nosso argumento tomando a Nova República como o marco para a definição da nova direita, porque o processo de redemocratização permitiu que novas clivagens à direita e à esquerda emergissem na sociedade, na esteira das oportunidades abertas aos diferentes grupos de interesse, e o pólo à direita paulatinamente deixou de ser explicado exclusivamente pelos vínculos com o regime militar.

Nos primeiros anos do novo regime político, ainda na fase de transição democrática, o rótulo direita carregava uma conotação negativa associada ao passado autoritário. Tão negativa que no mundo da política era difícil encontrar quem se assumisse como tal (Martins, 1987). Nos últimos anos, isso mudou um pouco. Com a posição hegemonia alcançada pela agenda econômica neoliberal entre os partidos políticos conservadores, eles agora querem publicizar as virtudes de sua visão pró-mercado e com isso acusam a esquerda, defensora do estatismo, de retrógrada. Se o estatismo se contrapõem ao neoliberalismo, assim como a esquerda se define por contraposição à direita (Bobbio, 1995), logo, parece haver uma maior disposição da classe política conservadora em se localizar mais precisamente à direita no espectro ideológico esquerda-direita (Mainwaring *et al.* 1999).

A associação com o neoliberalismo corresponde à face mais programática da nova direita no Brasil encontrada, em geral, junto aos setores das elites econômicas e políticas. Mas há também outras fases da nova direita, entre as quais destacamos a direita renovada pela inclusão dos temas culturais ligados à moralidade privada, que, em geral, correspondem às demandas conservadoras dos setores populares.

Procuramos demostrar neste trabalho que as votações expressivas de políticos conservadores na cidade de São Paulo, de certa forma, sintetizam estas vertentes. Nesta perspectiva, tentamos identificar os conteúdos que nos pareceram

significativos em relação a algumas idéias-chave associadas à nova direita, genericamente falando, destacadas da bibliografia sobre o tema.

O trabalho está estruturado em três partes. O primeiro capítulo procuramos armar o problema da emergência da nova direita no mundo capitalista avançado desde meados dos 70. O debate da bibliografia internacional sobre as causas do fenômeno é descrito aqui.

No segundo capítulo, identificamos alguns contextos em que o rótulo "nova direita" aparece. Procuramos descrevê-los, definir as suas principais características, as suas semelhanças e diferenças. Tratamos estes contextos como vertentes da nova direita. Apesar de manterem algumas características distintivas, as vertentes da nova direita não são tipos modais, porque muitas características não são exclusivas; elas às vezes se influenciam mutuamente e às vezes se confundem.

No terceiro capítulo, a luz da discussão internacional, examinamos os traços da nova direita no Brasil. Aqui abordamos as faces contrastantes da direita contemporânea no País, enfatizando as plataformas de direita, dos partidos e dos políticos, e as suas bases sociais de apoio. Também, num esforço de sistematização, construímos algumas vertentes da nova direita no Brasil, destacando a corrente neoliberal, a nova direita religiosa que diz respeito à participação de religiosos na esfera pública política, portando demandas conservantistas na área da moralidade privada, e a nova direita na cidade de São Paulo.

No quarto capítulo apresentamos uma análise de dados secundários de pesquisas de opinião pública que incluem questões ligadas aos temas destacados da agenda da nova direita, genericamente falando. Aproveitamos estes dados para construir algumas hipóteses que se relacionam com os paradigmas descritos nos capítulos anteriores. Devido às limitações dos dados que dispomos, temos consciência de que aqui levantamos mais questões do que oferecemos respostas ao

leitor. Mas elas constituem-se em ponto de partida para estimular outras investigações.

Na conclusão, procuramos esquematizar o que foi apreendido nos capítulos anteriores, fazendo um paralelo entre a nova direita no Brasil e no mundo, e aprofundamos a discussão sobre a nova direita, mostrando a vitalidade do tema para a compreensão dos desafios do mundo contemporâneo.

– Capítulo 1: O fenômeno da nova direita

O surgimento da nova direita pode ser considerado um dos fenômenos políticos mais marcantes deste final de século. A grande visibilidade obtida pela nova direita em vários países do mundo a partir dos anos 70 sugere que há uma tangível sensibilidade por parte da sociedade ao argumento defendido por essa ideologia, no mínimo até onde os resultados eleitorais revelam o que as pessoas querem.

Os governos Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, iniciados em 1979 e 1980 respectivamente, e os primeiro a porem em prática programas de governos afinados com a agenda da nova direita (neoliberal e neoconservador), são considerados os marcos da revitalização da direita nos países capitalistas avançados. Ao longo dos anos 80, seguiram-se vitórias de partidos de direita com programas neoliberais em outros países da Europa ocidental e, após o colapso do comunismo na Europa oriental e União Soviética, de 89 a 91, reformas neoliberais varreram também o mundo pós-comunista. Nos anos 90, os partidos da direita colecionaram vitórias em países que viveram anos de governos social-democratas, como na França e Espanha. Na América Latina a onda neoliberal chegou a partir do final dos anos 80, junto com os governos Alberto Fujimore, no Peru, Carlos Menen, na Argentina, Carlos Salinas, no México, e Fernando Collor, no Brasil. São governos que buscaram respaldo na experiências do mundo capitalista avançado e no efeito-demonstração do colapso do comunismo para justificar a sua agenda de reformas "modernizadoras".[3]

---

[3] Perry Anderson (1995) faz um balanço crítico da trajetória do neoliberalismo pelo mundo nos últimos 15 anos e discute os elementos de contribuíram para que essa ideologia alcançasse a atual posição hegemônica.

A revitalização da direita neste final de século não se manifesta apenas pelo êxito do programa neoliberal em diversas partes do mundo. Uma onda de conservadorismo social constitui outra faceta da nova direita no mundo contemporâneo. Parece haver um paralelo entre a ofensiva neoliberal e uma simétrica barbarização da vida societária, com os problemas do desemprego, a exclusão social e a escalada da violência em grande parte do mundo capitalista. As soluções conservadoras são as que mais têm se beneficiam nesse cenário. Na França, por exemplo, a Frente Nacional, um partido de extrema direita que defende propostas racistas contrárias a imigração e os direitos de cidadania de migrantes, vem sendo desde a década de 80 a terceira força política no país.

Agústin Cueva (1989), faz uma análise da guinada à direita do mundo capitalista nos anos 80 com base em dados que mostram a redução numérica do sindicalismo nos países europeus, bem como o reposicionamento ideológico do Eurocomunismo em direção ao centro (a Terceira Via) e a perda sistemática de votos dos partidos comunistas e conclui que há "*um profundo movimento de todo o espectro político, ideológico e cultural do Ocidente para a direita* [...]. *Pouco importa o nome que dermos a este processo regressivo (neodireitização, neoconservadorismo, neoliberalismo, revalorização da democracia, etc.)*" (Ibid., pp.32).

A partir de meados dos anos 90, houve um reverso nessa tendência com vitórias de partidos social-democratas nos países centrais da Europa[4], fechando um ciclo que marcou os anos 80 como "era de conservadorismo" (Ibid.). No entanto, nada ainda indica que a onda neoliberal tenha perdido suas forças. Em todo mundo,

---

[4] A volta dos social-democratas ao poder começou na Itália, em 1996, com uma coalizão de centro-esquerda, liderada por Massimo D'Alema, do Partido Democrático da Esquerda (ex-comunista). Em 1997, foram os Partidos Trabalhista (Tony Blair) e Socialista (Leonel Jospin) que ganharam as eleições para os governos do Reino Unido e da França, respectivamente. No ano seguinte foi a vez dos Socialistas vencerem na Alemanha (Gerhart Schroeder) . Porém, em alguns países, a volta da social-democracia ao poder se inscreve numa nova tendência chamada de "Terceira Via" que, em linhas gerais, representa um movimento de modernização do centro.

a privatização e a desregulamentação estão na ordem do dia. O fundamentalismo de mercado ainda persiste.

– **Por que a direita se revitaliza?**

Diante dos triunfos colecionados pela nova direita, nos questionamos a propósito de qual seria a razão do sucesso de uma ideologia que é oposta ao interesse da maioria das pessoas. Os cortes nos programas de bem-estar, a redução de salários e a ameaça constante do desemprego não seriam razões suficientes para se esperar que a nova direita fosse rejeitada? O que teria favorecendo o crescimento da direita nos estados de bem-estar e nas novas democracias em vários lugares do mundo?

Os próprios defensores da nova direita têm uma explicação para seu sucesso. Segundo John Gray (1993), um renomado teórico da nova direita, as suas idéias diagnosticam as falhas do coletivismo socialista e, o mais importante, mostram quais são os remédios para superá-las. A doutrina socialista leva a uma expansão excessiva do governo e ao enfraquecimento das virtudes. Para conter tais problemas é necessário o livre florescimento dos mercados, além da renovação da família e do estado como instituições morais fortes.

A força do argumento de Gray e dos seguidores da nova direita é a grande novidade em relação a velha direita. Para Kymlicka & Norman (1994) a nova direita é o resultado prático de uma revolução no pensamento conservador nos anos 80 durante os governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, quando a crítica aos estados de bem-estar passou a se dar no campo da cidadania. Até então, os argumentos da direita contra os estados de bem-estar social

enfatizavam os riscos de ineficiência econômica. Mas frente a opinião pública eram teses injustificáveis, tendo em vista os objetivos mais nobres de justiça social e a conquista da cidadania plena. A virada de mesa se deu quando a nova direita passou a questionar a possibilidade de promoção de cidadania pelos estados de bem-estar, argumentando que eles promoveram passividade entre os pobres, sem dar-lhes chances de mobilidade, e criando uma cultura de dependência.

Estes argumentos ganharam plausibilidade a partir dos anos 70, no contexto de crise dos países capitalistas avançados. Na bibliografia sobre a revitalização da direita é recorrente a associação deste fenômeno às contradições dos estados de bem-estar social na Europa e dos governos liberal-democratas nos Estados Unidos no pós-guerra. Não cabe aqui fazer uma análise destes problemas, o que foge ao escopo do trabalho[5]. Porém, a título de contextualização, iremos destacar brevemente algumas razões que têm sido apontadas para explicar a revitalização da direita. Em seguida, daremos ênfase a dois debates teóricos que ampliam o escopo explicativo para as "novas políticas" nos países capitalistas avançados, incluindo aí a nova direita, por que eles abrem perspectivas de longo prazo, independente dos fatores contextuais.

Em geral, a revitalização da direita é relacionada à crise que assolou os países capitalistas a partir da elevação do preço do petróleo pelos países árabes entre 1974-75, com as conseqüências de alta na inflação e no nível de desemprego. Além disto, também são associados a este processo, as mudanças estruturais que afetaram diretamente o mundo do trabalho, incluindo a imigração em massa para os países da Comunidade Européia, que contribuíram para a fragmentação da base eleitoral dos partidos socialistas e o colapso do comunismo na Europa oriental,

---

[5] Os problemas das social-democracias européias foram abordados por diversos pesquisadores em artigos reunidos por Anderson & Camiller (Org.), *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*, Rio de Janeiro: Contraponto: 1996. Ver também em Offe (1994).

entre 1989 e 1991, que serviu como efeito demonstração para a direita acentuar as deficiências do socialismo.

A crise do capitalista nos anos 70 correspondeu ao auge político dos estados de bem-estar social em toda a Europa do Norte. No contexto da crise, com a inflação e o desemprego em alta, o diagnóstico neoliberal, que condena o excesso de gastos estatais e o sindicalismo poderosos e associa todos estes problemas à ingovernabilidade dos governos social-democratas, ganhou plausibilidade. Até o final da década de 70 a Inglaterra elegeu o primeiro governo a adotou publicamente o programa neoliberal e ao longo dos anos 80 a esquerda perdeu terreno em toda a Europa para a direita revigorada. (Anderson, 1995).

A partir desta crise, grandes mudanças estruturais, que afetaram sobrretudo o mundo do trabalho, acentuaram os limites do processo de expansão e qualificação dos estados de bem-estar. O declínio dos empregos industriais, o crescimento do setor de serviços em relação ao trabalho industrial, a formação de uma "nova classe média", o aumento do setor informal, a polarização interna do grupo de operários entre especializados e informais, a segmentação etária entre a primeira idade (os jovens fora do mercado de trabalho), a segunda (força de trabalho assalariada) e a terceira idade (aposentados), a feminização da força de trabalho, a imigração e do desemprego, vêm gerando pressões de forças políticas conservadoras por cortes nas políticas sociais. [6]

A imigração se tornou um grande problema com a redução do nível de emprego. Imigrantes provenientes da Ásia, África e Caribe somam 13 milhões. Além disso, chega a 10% o número de crianças não européias em idade escolar na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Suécia e Bélgica. A presença dos imigrantes vindos de países do Terceiro Mundo é facilmente associada aos problemas do

[6] Sobre as mudanças estruturais no setor do trabalho ver Offe (1985 e 1994).

desemprego, a carência de moradia, a deficiência dos serviços sociais e o aumento da delinqüência, mais ou menos nesta ordem. Grosso modo, este sentimento de exclusão para com os imigrantes forma a base do "neo-racismo" – que se volta contra as pessoas culturalmente "diferentes" – uma bandeira diretamente associada ao crescimento da nova direita na Europa. Diante da forte imigração, os países da Comunidade Européia ao mesmo tempo que suprimem as fronteiras comuns internas reforçam a vigilância das fronteiras externas. As frentes de direita antiimigrantes conquistaram a classe trabalhadora na França, na Itália, na Bélgica, na Áustria, na Dinamarca. (Florentin, 1994)

A transformação da Europa Ocidental de zona tradicional de emigração para zona de imigração erodiu a cultura de solidariedade na população trabalhadora da maioria das nações. Além disso, a imigração contribuiu para a desintegração do movimento operário, ao provocar uma divisão étnica do proletariado e o despertar o receio da concorrência no mercado de trabalho, num cenário de recessão e desemprego. Isso contribuiu para desagregação dessa instância coletiva que dava sustentação aos partidos socialistas (Ibid.).

O comunismo sempre representou a força à esquerda da social-democracia na Europa Ocidental. Porém, o colapso do comunismo, entre 1989 e 1991, não fortaleceu a opção histórica da social-democracia européia pelo reformismo. Ao contrário, com a desintegração do bloco soviético, o polo comunista perdeu o seu fundamento básico; a esquerda marxista perdeu a sua utopia que queria ver nos países comunistas e deixou de ter impacto junto à juventude. A opção pelo mercado no Leste europeu foi a mais radical possível, indo do extremo estatismo para a completa abertura. Esse fato também responde pelo ressurgimento do nacionalismo e dos conflitos étnicos que ficaram adormecidos sobre a homogeneidade do sistema comunista (Anderson, 1995; Florentin, 1994).

Nos Estados Unidos, a crise dos anos 70, foi uma crise de governabilidade, desencadeada pelo escândalo de Watergate. A eleição de Ronald Reagan em 1980, portador de programa neoliberal para desmantelar o *big government* herdado dos governos democráticos desde Flanklin Roosevelt, dotou o governo de mandato para reduzir ao máximo os gastos sociais e a intervenção do Estado na economia. Na avaliação Allan Wolfe (1981), a eleição de Reagan foi favorecida pelos equívocos dos governos liberais-democratas nas décadas subsequentes ao fim da Segunda Guerra. A decisão dos governos liberais-democratas do pós-guerra de garantirem a governabilidade por meio de políticas que não ameaçassem os interesses conservadores resultou em uma crise de governabilidade e no fortalecimento da direita no pais. As políticas liberais-democratas priorizaram o desenvolvimento econômico como a alternativa ao modelo de bem-estar social europeu, incorporaram os principais objetivos da plataforma de política externa conservadora e desenharam uma fórmula de exercício de poder baseado em negociações de interesses entre grupos em vez de mobilização política. Com estas medidas, fortaleceram economicamente os setores empresariais, base de apoio dos conservadores, enquanto enfraqueciam a sua base de apoio entre os trabalhadores, e se deslegitimaram durante guerra fria, atendendo os interesses conservadores no Congresso. As concessões liberais-democratas fortaleceram as posições conservadoras e, quando o capitalismo entrou em crise, nos anos 70, a opção conservadora se fortaleceu. "*As contradições que se implantaram no liberalismo a fim de permitir-lhe* exercer *o poder, passaram ao conservadorismo a fim de permitir-lhe* deter *o poder.*"(Ibid., pp.1821).

Em suma, o liberalismo e os políticas de bem-estar, que durante muitos anos se constituíram nas bases ideológicas das democracias ocidentais, vêm experimentando desde os anos 70 tensões que têm posto em xeque a amplitude das funções meta-sociais dos governos social-democratas, levando a uma ampla revisão de seus ordenamentos básicos. De tal maneira que os propósitos de justiça

social, redução das desigualdades, distribuição de renda, garantia de emprego, gastos sociais e outros itens de ênfase distributivista e eqüitativa da agenda social-democrática passaram a ser questionados frente às necessidades de desempenho econômico, controle de inflação, eficácia, competitividade, rigor fiscal e toda uma gama de políticas de filiação neoliberal, além das políticas discriminatórias para combater os problemas sociais, geralmente associados à imigração.

– Dois debates sobre a emergência da nova direita

– Dimensões materialista e pós-materialista

Alguns autores defendem a tese que a ascensão dos novos partidos de direita (e também dos novos partidos de esquerda) em várias democracias ocidentais reflete a desintegração dos partidos estabelecidos, em processo de perda de voto para os novos, pois as novas clivagens sociais, as mudanças culturais e de valores põem em xeque os partidos tradicionais. Por essa linha de raciocínio, o neoconservadorismo e o neoliberalismo não são simplesmente a extensão do conservadorismo em direção à extrema direita, mas sim um produto da reestruturação do espectro político e do reagrupamento do sistema partidário no qual os apoiadores dos partidos políticos estabelecidos tendem a se realinhar de acordo com novas clivagens políticas em oposição às velhas clivagens[7]. Esse

[7] Por novas políticas entende-se questões como a ecologia, a imigração, a auto-realização, a autonomia e os novos movimentos sociais que se estruturam sobre os "modos de vida" em contraposição às velhas políticas articuladas em torno da aliança crescimento econômico-segurança. São questões que não encontram expressão nas antigas clivagens baseadas em classes sociais e partidos políticos. Os atores das novas políticas não agem como coletividades organizadas, mas como indivíduos que se identificam por critérios locais, ou gênero e raça, por exemplo, em que a relevância não são os códigos sócioeconômicos ou políticos. As novas políticas redimensionam o espectro político-

fenômeno reflete um conflito entre valores materialistas e pós-materialistas, antes que a luta de classes, o que vem transformando as práticas políticas contemporâneas em geral (Dogan, 1996; Ester, Halman & De Moor, 1993; Minkenberg, 1992; Offe, 1985).

O rótulo "pós-materialista" foi cunhado pelo cientista político Ronald Inglehart (1977, 1993) que, a partir de uma série de pesquisas em vários países na maioria dos continentes, avaliou que as populações dos países capitalistas ocidentais estão se tornando mais pós-materialistas, ou seja, têm mais interesse em expandir o escopo para a auto realização e as experiências pessoais, e há um aumento na sensibilidade dessas pessoas para com as necessidades de proteger a natureza e a história e um senso mais perspicaz da vulnerabilidade das relações interpessoais. As necessidades materialistas, que estariam em declínio, dizem respeito à preocupação com a segurança e a subsistência.[8]

O debate acerca de valores materialismo e pós-materialismo originou duas teses sobre o fenômeno das novas políticas: a tese da "revolução silenciosa" e a tese da "contra-revolução silenciosa". A primeira defende que a evolução dos valores pós-materialistas nos países ocidentais tem contribuído para torná-los mais democráticos; a segunda tese é uma crítica à primeira, que teria falhado ao não considerar o crescimento da nova direita nesses mesmos países também como frutos das novas políticas.

---

social, através da introdução de eixos temáticos que se sobrepõem (ou se cruzam transversalmente) aos antigos, derivando um espaço multidimencional com novos tipos de alianças políticas à esquerda ou à direita, que muitas vezes se confundem, revertem posições preestabelecidas e fortalecem posições de centro ("Terceira Via") (Offe,1985; Bobbio,1995).

[8] Em um estudo comparativo mais recente que incluiu o México, Inglehart testa a sua hipótese em um contexto diferente dos países capitalistas avançados. Ele conclui com a pesquisa que também no México, um país com passado autoritário recente, verifica-se um processo que o autor chama de "mobilização cognitiva" que explicaria o declínio do apoio a valores materialistas (que favorecem as autoridades fortes) e o aumento de valores pós-materialistas, que ajudam a sustentar as democracia (Inglehart, Basanez & Nevitte,1994).

Ronald Inglehart destaca-se como um defensor da tese da revolução silenciosa. O seu diagnóstico é que a prosperidade econômica nas sociedades industriais avançadas ocidentais é responsável pela expansão dos valores pós-materialistas em detrimento de valores materialistas. Os valores pós-materialistas são considerados estímulos ao aprofundamento da democracia substantiva, já que implicam em uma sociedade mais cultural e menos impessoal, na defesa da liberdade, da democratização política, do trabalho e vida comunitária, em contrate com questões materiais como a estabilidade e o crescimento econômico, a luta contra o crime e a manutenção da ordem política. Houve, portanto, uma diminuição da prioridade atribuída ao sustento físico e à segurança, para uma ênfase mais forte na sociabilidade, na autoexpressão e na qualidade de vida.

A hipótese sustentada pela teoria é que estes novos valores são moldados pelas condições que prevalecem durante os anos de formação. Aqueles que cresceram sob relativamente altos níveis de segurança física e econômica são muitos mais propensos a ter valores pós-materialistas do que aqueles que cresceram sob circunstâncias menos seguras. Este fenômeno é largamente atribuído às mudanças intergeracionais. Parte considerável dos jovens ocidentais cresceram num ambiente de satisfação material e segurança, desenvolvendo prioridades que enfatizam as chamadas questões pós-materiais. O que chama atenção em sua tese é a análise de tendências geracionais, em que os coortes mais jovens mostram mudanças significativas nas formas de participação tradicional: declina a tendência à participação eleitoral e à identificação partidária, ao passo que outras formas de atuação/mobilização emergem, como os movimentos feministas, ambientalistas, de liberação homossexual, por exemplo.

Os estudos de Inglehart mostram que os pós-materialistas estão predominantemente entre pessoas da nova classe média, os profissionais em setores modernos e os estudantes, e eles se destacam como os maiores apoiadores da

agenda da nova esquerda nos EUA e na Europa Ocidental. São pessoas que tentam usar o governo para objetivos amplamente percebidos como igualitários, tais como oposição à guerra do Vietnã, luta por liberdades civis, e temas da agenda dos novos movimentos sociais. Inglehart considera este fenômeno como uma "revolução silenciosa" pois a evolução dos valores pós-materialistas afeta positivamente as condições de sustentação dos regimes democráticos.

A crítica à tese da "revolução silenciosa" considera que Inglehart e seus seguidores mostram apenas as mudanças de valores no pólo à esquerda do espectro político, pois a tese não explica o crescimento da nova direita (ou da extrema direita) nestes mesmos países, por esta perspectiva, um crescimento inesperado. Para dar conta desse fenômeno, P. Ignazi (1992) propõe a tese da "contra-revolução silenciosa": ao lado da expansão pós-materialista e da correlata agenda da nova esquerda ocorrida durante os anos 70-80 nos países ocidentais, uma reação conservadora também vem se enraizando, através de elites influentes e de uma larga proporção dos públicos ocidentais que têm reagido com uma crescente ênfase nos valores materialistas, como crescimento econômico, liberalismo, progresso tecnológico e estabilidade da ordem econômica. Essa agenda inclui também temas como cortes no sistema de bem-estar, controle da imigração e valorização da moral burguesa.

As novas políticas têm gerado tanto os "verdes", para citar um exemplo de manifestação pós-materialista, quanto os partidos de extrema direita, que também advogam por novas prioridades não tratada pelos partidos estabelecidos. Ou seja, para Ignazi, ambos os pólos, a nova direita e a nova esquerda, são filhos das novas políticas.

Ignazi considera que na tese da revolução silenciosa há uma tendência enviesada em valorizar demais o lado "progressivo" das mudanças sociais e de subestimar o lado conservador. Para esse autor, as antigas prioridades materialistas

mudaram seu foco durante os anos 80 e Inglehart não percebeu tais mudanças. O seu esquema oferece poucas pistas para compreender, por exemplo, as atitudes anti-sistema típicas da nova direita que pontuam as sociedades ocidentais.

Para Ignazi o repentino sucesso da nova direita deve-se a duas básicas mudanças no mundo Ocidental que expressam estas novas políticas: uma mudança societal e outra cultural.

Ao nível societal, durante os anos 80, verificou-se no mundo ocidental um sensível declínio de apoio aos partidos estabelecidos e uma crescente insatisfação com o sistema político e perda de confiança na sua eficácia. Paralelamente, houve o surgimento de novas demandas, imprevistas pelos partidos conservadores estabelecidos, como o nacionalismo, lei e ordem, moralidade burguesa e, o controle da imigração, o qual parece ter sido a principal questão para todos os partidos da extrema direita.

Ao nível cultural, a onda neoconservadora legitimou uma série de temas de direita, que encontravam-se antes quase banidos do debate político, puxando os partidos conservadores para a extrema direita. Isso, por sua vez, aumentou o espectro político e provocou uma polarização acentuada. Neste processo os partidos situados mais à direita tiveram sucesso.

A nova direita surgiu como uma nova coalizão de forças cujo inimigo comum é a facção pós-materialista da nova esquerda e sua agenda política. O movimento inclui parte da velha esquerda que se sentiu desafiada pela nova esquerda bem como os tradicionais grupos conservadores.

Em suma, segundo a tese pós-materialista, dado o crescimento econômico e a satisfação dos trabalhadores após os anos 50, as formas tradicionais de polarização originadas da escassez material foram supostamente suplantadas pelas preocupações pós-materiais como as necessidades por liberdade, participação e

auto-regulamentação. Essas mudanças foram consideradas responsáveis por novos alinhamentos políticos envolvendo partidos de esquerda na paisagem política, acompanhado pelo declínio no apoio aos partidos de direita. Porém, as expectativas dos "anos dourados" foram interrompidas com o choque do petróleo nos anos 70, trazendo de volta os "velhos" *issues*, bem materialistas, como o desemprego e segurança.

– A tese da cultura do contentamento

A tese da cultura do contentamento mereceu uma leitura crítica por parte de Anthony Giddens (1994) que propõem uma contratese[9]. A tese da cultura do contentamento argumenta que os problemas atuais dos estados do bem-estar têm relação com transformações sociais que afetam o setor do trabalho, e modificam as bases de solidariedade e de administração dos riscos.

Em relação ao trabalho, tem-se que a prévia noção de mercado de trabalho, em que pleno emprego significava a função remunerada masculino na indústria e as tarefas domésticas como destino feminino, pressupõe a continuidade do modelo patriarcal de família. Mas tanto a divisão de gênero no trabalho quando a centralidade da indústria já não são mais predominantes. A presença feminina como força de trabalho remunerada em grande escala e as mudanças no mundo do trabalho, como o crescimento do volume dos setores de negócios e serviços e os novos modelos de organização do trabalho que competem com o trabalho remunerado na fábrica em horário integral, põe em xeque o primeiro ponto.

---

[9] A referência de Giddens é a obra de John Kenneth Galbraith, *The Culture of Contentment*, na qual este autor analisa a formação de uma "maioria satisfeita", ou seja, aquele grupo de pessoas que tendo atingido um alto padrão de vida tem na defesa dessa conquista a bússola de seus interesses prioritários.

A questão da solidariedade sofre ameaça da globalização, pois esse é um processo que ataca não somente as bases econômicas do estado do bem-estar mas também o comprometimento dos cidadãos com a riqueza nacional. Os mesmos fatores que estão alterando a posição do estado-nação na ordem global também estão minando as instituições do bem-estar, antes muito ligadas à solidariedade nacional. Sobre esta questão, nos países onde a nova direita está no poder, os governos têm conseguido esconder esta relação, ou seja, entre o declínio das instituições do bem-estar e as mudanças na ordem global. Isto porque os neoliberais atacam os programas sociais em nome da liberdade de competitividade das empresas contra a burocracia estatal, mas, ao mesmo tempo, defendem o estado forte na arena internacional.

Por fim, a noção de seguridade (administração dos riscos) se enfraqueceu pelo próprio sucesso dos Estados de bem-estar. Este argumento sustenta que a grande expansão das instituições do bem-estar nas sociedades desenvolvidas fez com que a maioria da população passasse a desfrutar de um alto padrão de vida. Agora, os membros dessa maioria não necessitam ou não usam os programas sociais que lhes possibilitaram atingir este alto padrão de vida.

Esta tese é considerada imprecisa por Giddens. Ele argumenta que se há uma cultura de contentamento deve haver também uma cultura de ansiedade, devido ao fato de que a classe média e as pessoas de melhor renda vivem atualmente menos protegidas do que elas estavam acostumadas a ser e sabem que são poucas as ocupações que estão livres do desemprego. Portanto, a questão deve ser mais complexa do que apenas afirmar que há uma postura egoísta por parte da maioria satisfeita. A consciência de que o mundo mudou dramaticamente afetando o quotidiano da vida das pessoas proporciona também atitudes mais abertas e críticas sobre aspectos que têm haver com essas mudanças, mesmo que também sejam atitudes defensivas. Por exemplo, a dependência das instituições do bem-

estar é um fenômeno que gera reações contra o governo ou a burocracia estatal. A falta de transparência nos investimentos deixam os cidadãos menos propensos a concordar com os impostos (a revolta fiscal).

A hipótese desenvolvida por Giddens apoia-se na falência do keynesianismo baseado na intervenção estatal ativa durante períodos de crise. Segundo seu raciocínio, o keynesianismo opera relativamente bem em um mundo de modernização simples, o que pressupõe a economia mundial organizada em estados nacionais, a função central e definidora do trabalho industrial na sociedade e os cidadãos com estilo de vida estáveis e tradicionais. A ineficiência do keynesianismo no mundo atual tem explicação no processo de globalização e as transformações da vida quotidiana que se seguem. São dois processos paralelos e interrelacionados, pois globalização deve ser entendido não apenas como a criação de sistemas econômicos em larga escala, mas também referindo-se às transformações nos contextos local e mesmo pessoal das experiências sociais. Observa-se a perda das tradições na vida quotidiana e a aceleração da "reflexividade social"[10] das populações leigas, criando-se uma complexidade com a qual o keynesianismo não opera de forma eficientemente.

---

[10] Reflexividade social, ou sociedades reflexivas, refere-se a capacidade de um povo – leigo – de pensar sobre o mundo em que vive, resultado do processo de mudança no estatuto das tradições (*detraditionalization*), ou seja, quando as tradições são forçadas ao diálogo, explicitando suas justificativas, para não se tornarem fundamentalismo. É um fenômeno que se intensificar nos paises industrializados há cerca de quatro ou cinco décadas e, mais recentemente, vem se espalhando por todo o mundo. Para Giddens, a reflexividade social é a chave para se compreender as várias transformações do mundo moderno que num olhar superficial parecem haver pouco em comum. Como exemplo, ele cita a emergência do modelo pós-fordista nas indústrias, que supõe uma grande autonomia de ação dos atores, só possível num ambiente de alta reflexividade frente às informações tecnológicas. O mesmo se aplica ao desaparecimento das antigas burocracias e as mudanças na política. As demandas pelo fim da corrupção, pela reconstrução política e o descontentamento com mecanismos políticos tradicionais expressam, em parte, a reflexividade social.

– Capítulo 2: vertentes da nova direita

O tema "nova direita" emerge sobretudo da literatura internacional. O grande volume de publicações científicas dedicadas a ele sugere que este tem sido um dos fatos mais notáveis no cenário político neste final de século. A adjetivação da direita como "nova", bem como o seu oposto "nova esquerda", mostra que os conceitos de direita e esquerda continuam essenciais para o debate político, apesar de contestações que eles vêm sofrendo em anos recentes, como se fossem uma dicotomia superada.

A crescente complexidade das estruturas sociais, os novos temas do mundo contemporâneo, como a ecologia, o feminismo e a diversidade cultural, e sobretudo a crise do socialismo (do comunismo e da social-democracia) são freqüentemente apontados como justificativas para essas contestações. Em resposta aos críticos, Norberto Bobbio (1995) produziu um instigante ensaio sobre as razões e os significados da distinção entre direita e esquerda, no qual ele reafirma a atualidade desta dicotomia para explicar o pensamento e as ações políticas. Ao contrário de serem obsoletas, o autor defende a tese de que as dimensões direita e esquerda continuam muito vivas no debate político. Nas palavras de Bobbio, "*ajustam-se seguidamente as contas com a velha esquerda para buscar-se a fundação de uma esquerda nova (mas se trata sempre de esquerda). Ao lado da velha direita, derrotada, surgiu com desejo de revanche uma 'nova direita'. Os sistemas democráticos com partidos numerosos continuam a ser descritos como se estivessem dispostos em um arco que vai da direita à esquerda, ou vice-versa. Não perderam nada de sua força significante expressões como 'direita parlamentar', 'governo de direita', 'governo de esquerda'*". (Ibid., 63).

Historicamente, o uso das palavras "direita" e "esquerda" como referência política remonta à Revolução Francesa. Eram metáforas espaciais estabelecida ao acaso para nomear posições contrastantes nos intensos debates políticos travados ali. Desde então, há dois séculos, a linguagem política passou a adotar os termos como princípios abstratos conectado a significados específicos para representar o universo conflituoso da política. A dicotomia direita-esquerda representa sempre e principalmente um conflito ideológico.

É importante levar em conta que rótulos como direita e esquerda bem como conservantismo e liberalismo estão longe de terem um significado acurado e fixo válido para diferentes circunstâncias históricas. Na Europa a dimensão direita-esquerda dominam o debate político enquanto que nos Estados Unidos prevalece a dimensão conservantismo-liberalismo. Porém, uma coisa é ser liberal na Europa Ocidental e bem outra o é nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, os conservadores defendem o liberalismo clássico, o capitalismo competitivo, a economia mercantil e a liberdade individual, enquanto que os liberais são aqueles que durante o *New Deal* e nos anos subsequentes são a favor das políticas sociais dos estados de bem-estar. No esquema norte-americano, o liberalismo é um elemento explicativo da esquerda e o conservantismo da direita (Giddens,1994). Nos países latino-americanos estes significados são muito menos precisos. Em termos práticos, a direita nestes países combinam elementos do liberalismo econômico, do conservadorismo político e do tradicionalismo cultural (Boron,1992).

De toda maneira, em qualquer conformação ou contexto, princípios abstratos como esquerda-direita ou liberalismo-conservantismo são esquemas generalizáveis que servem à comunicação política entre os cidadãos. São instrumentos que os cidadão podem usar para orientar-se a si mesmos num mundo político complexo, mesmo que às vezes o nível de elaboração sobre estes princípios

não apresentem um grau elevado de sofisticação política (Fuchs & Klingemann,1990)

Bobbio, debruçado sobre os vários critérios que são utilizados para explicar a dicotomia direita-esquerda, ressalta que "*o critério mais freqüentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade* [...]" (Op cit., pp.95). Evitando uma visão utópica do igualitarismo e maniqueista da distinção, Bobbio sintetiza que a esquerda é mais igualitária e a direita mais inigualitária, sem que isso signifique necessariamente que é objetivo dos movimentos de esquerda eliminar todas as desigualdades e a direita conservá-las todas.

A revitalização do antiigualitarismo é um ponto central no debate sobre a nova direita. A crítica ao ideal do igualitarismo sempre foi é um importante conteúdo do conservadorismo, uma ideologia colocada à direita no espectro político.

O conservadorismo, como expressão claramente moderna, se forjou entre as seqüelas da Revolução Francesa, em escritos como o de Edmund Burke, um inglês que elaborou a crítica aristocrática à burguesia revolucionária francesa. O teor dessa crítica voltava-se contra a sociedade burguesa, considerada como uma ameaça a sociedade orgânica, hierárquica e aristocrática, na qual a coletividade, ou o Estado, teria primazia sobre o indivíduo; contra as conquistas revolucionárias, como os Direitos do Homem – "*moral e politicamente falsos*" –, que ameaçariam os direitos consagrados pela tradição, os valores religiosos, familiares, a propriedade e a nação; e contra todas as mudanças radicais que o capitalismo logrou (Burke, 1982).

O conservadorismo contemporâneo, no contexto europeu, adota princípios muito diversos dos primeiros conservadores em relação ao capitalismo, tendo uma

postura bastante estranha àquela pré-capitalista verificada nas origens do movimento. Ocorre que no século XX, o conservadorismo voltou-se contra um novo e forte inimigo: o socialismo (o comunismo e a social-democracia).

No clássico estudo de Marshall sobre a conquista da cidadania o autor propõe que a ascensão do *welfare state* neste século estendeu o conceito de cidadania às esferas social e econômica, ao reconhecer que condições mínimas de educação, saúde, bem-estar econômico e segurança são básicas para a vida de um ser civilizado. Ao expandir o significado de igualdade para além dos atributos civil e político da cidadania, os estados de bem-estar social provocaram fortes reações contrárias. Os ataques conservadores aos progressos da cidadania são analisados por Albert Hirschman (1992), segundo o qual o esquema progressistas de Marshall fora seguido, em cada uma de suas etapas, por contra-investidas ideológicas de força extraordinária. A reação ao w*elfare state* repete lógica equivalente às ocorridas nas etapas anteriores do desenvolvimento da cidadania no século XVIII, quando a Revolução Francesa desencadeou a afirmação das liberdades civis, e no século XIX, com a ampliação da participação política.[11]

Se no tempo da Revolução Francesa a liberdade reivindicada pela burguesia era considerada a grande ameaça, no século XX passou a ser a igualdade. O conservadorismo fez as pazes com o capitalismo a fim de livremente combater o socialismo. Assim, se no primeiro momento, o alvo conservantista eram os privilégios da nobreza e as tradições agora o objetivo era o de preservar as

---

[11] A este respeito, Hirschman (1992) propõe três teses que sintetizam "a retórica da intransigência", ou os argumentos reacionários contra a tríade de Marshall. De forma sintética, a tese da perversidade advoga que qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. Portando, os progressos do bem-estar social criarão mais, em vez de menos, pobreza. A tese da futilidade argumenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas e os resultados são opostos aos desejados. A crítica conservadora assinala por exemplo que os programas de assistência social são desviados de seu objetivo de atender aos pobres e beneficiam de fato a classe média. A tese da ameaça sustenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais. Esta tese considera que os estados de bem-estar social são uma ameaça a liberdade, a democracia e ao crescimento econômico.

conquistas do capitalismo, contra todas as ideologias comunitárias ou coletivistas, e o apelo ao individualismo. Além disso, após a Segunda Guerra Mundial, as formas sociais que os antigos conservadores defendiam foram quase que totalmente extintas, e a associação do conservadorismo com o fascismo tornaram-no inviável.[12]

A nova direita tem suas origens nesta mudança de perspectiva do conservadorismo no período pós-guerra. A bibliografia mostra que, apesar do termo se referir ao conjunto das novas políticas da direita que vem ganhando grande visibilidade a partir dos anos 1970, desde meados da década de 1940 já existia uma reação contra o modelo de recuperação econômica adotados na Europa após a guerra (*welfare state*) (ou antes nos Estados Unidos durante o *New Deal*) baseado no intervencionismo estatal e na ideologia do igualitária promovido pelo estado de bem-estar social. No entanto, no ambiente de prosperidade econômica durante os anos 50 e 60, essas idéias tiveram pouca repercussão. Somente a partir de meados dos anos 70, quando o mundo capitalista entrou num longo e profundo período de recessão, as idéias de autores contrários aos estados de bem-estar ganharam terreno.

É importante ressaltar que a renovação do velho conservadorismo não resultou numa única versão de nova direita. Em geral a realidade dos países de origem dos autores é um referência importante, mas não é suficiente para estabelecer uma distinção. Giddens (1994), por exemplo, considera que nova direita é melhor descrita como neoliberalismo porque esta seria atualmente a forma mais radical das políticas de direita. Jürgen Habermas (1987) considera que o neoconservadorismo é uma das alternativas que encontram-se em ascensão frente a crise do estado social[13]. O autor está preocupado com as mudanças que o

---

[12] Este aspecto do conservadorismo refere-se ao contexto europeu e é abordado por Giddens (1994).

[13] Segundo Habermas (1987), baseando-se em Claus Offe, o neoconservadorismo surgiu como uma das reações à crise do Estado social. As outras alternativas são os legitimistas e os dissidentes. O programa dos legitimistas fixa-se na defesa das conquistas do Estado social, e nesse sentido, "*são hoje os verdadeiros conservadores, que gostariam de*

neoconservadorismo acarreta nos sistemas político e cultural das sociedades. Chantal Mouffe (1981) considera o neoconservadorismo, o neoliberalismo e a nova direita – as "novas ideologias dos anos 80" – como variações rejuvenescidas da crítica conservadora aos pilares do ideal democrático de igualdade social e de participação política. Porém, enquanto que neoliberalismo e neoconservadorismo são faces econômicas, políticas ou sociais de uma mesma matriz crítica ao Estado de bem-estar social, a nova direita pode ser considerada como uma radicalização dessa crítica em relação à utopia igualitária da democracia social, mas que se distingue pela ênfase na questão das identidades culturais e temas morais, além de práticas populistas. Segunda essa autora, a nova direita é muito mais radical do que o neoconservadorismo e é um fenômeno bastante visível na França, onde ocupa o posto mais extremo no espectro político do continente europeu.

Portanto, a nova direita não pode ser definida de forma monolítica, como um sistema isolado e coerente de idéias, nem como uma simples revitalização da direita. Abriga-se sob este rótulo uma mistura eclética de temas e de políticas públicas que vêm se destacando em diversas partes do mundo como resposta à crise dos modelos econômicos do pós-guerra, os estados do bem-estar social e o comunismo. Além disso, há uma confusão terminológica, pois a expressão "nova direita" surge como referência a conteúdos muito diversos. O termo nova direita vem sendo empregado isoladamente ou genericamente para se referir ao neoliberalismo, neoconservadorismo, extrema direita ou neo-racismo.

O objetivo aqui é o de fazer esquematizar algumas vertentes em o termo nova direita tem sido especificamente ou genericamente referido.

---

consolidar o já conquistado" (pp. 110); os dissidentes são críticos do crescimento industrial e se unem na recusa da visão produtivista do progresso. Criticam a mercantilização e a burocratização que ameaça o mundo da vida e são os herdeiros do programa radicalmente democrático que os legitimistas abandonaram.

– La Nouvelle Droite: a nova direita francesa[14]

A nova direita francesa, La Nouvelle Droite, é um movimento de caráter intelectual que surgiu na cena política na década de 60 e se organizou em torno de um centro de estudos sobre a civilização européia chamado GRECE (Groupement de Recherche et D'Etudes sur la Civilisation Européene) e dos periódicos Eléments e La Nouvelle École. O líder teórico do grupo é Alain Benoist, o porta-voz mais autorizado desta corrente. O objetivo do grupo, de caráter exclusivamente cultural, era o de desenvolver uma nova base teórica para a direita, tendo como tema central a justificativa do antiigualitarismo. Em vários países europeus grupos de intelectuais e publicações acadêmicas aglutinaram interesses afinados com os objetivos GRECE, o que contribuiu para formar uma "internacional nova direita" dentro do continente europeu.

A nova direita francesa é responsável pela crítica mais radical a utopia igualitária. Os teóricos do movimento consideram o igualitarismo como o responsável pela morte da civilização ocidental ao destruir todo tipo de diversidade na sociedade. Sustentam que "igualdade" = "identidade" = "totalitarismo", enquanto que "diferença" = "desigualdade" = "liberdade". A partir deste princípio, desenvolveram uma sofisticada tese do "direito à diferença".

O conteúdo do diferencialismo foi o resultado de pelo menos duas décadas de formulações teóricas do GRECE para justificar o suas posições. Pierre-André

---

[14] A fim de evitar confusões, a expressão nova direita na França (*La Nouvelle Droite*) se refere a um conteúdo bem diferente do termo em inglês (*The New Right*). Enquanto que na França, e por extensão nas suas "filiais" européias, a nova direita constituiu-se como um grupo cultural desvinculado da política partidária e das tradições conservadoras do continente (leia-se a monarquia e o Igreja), a tradução inglesa se refere, grosso modo, a grupos organizados nos Estados Unidos com o objetivo de defender posições políticas de acordo com a visão de mundo à direita, ou seja, são guiados valores tradicionais, com ênfase no individualismo burguês e no direito de propriedade, tendo uma com ação mais afirmativa no campo da política. A nova direita norte-americana se aproxima mais do neoconservadorismo do que do homônimo francês. Estas duas vertentes serão abordadas na seqüência.

Taguieff (1993-94), um estudioso da nova direita, mostra como o grupo promoveu uma contínua demarcação de fronteiras com doutrinas à esquerda e à direita. Nos anos 60 e início dos 70, os inimigos declarados eram o marxismo-leninismo e o movimento comunista. A partir de meados dos anos 70, o GRECE rompeu com outros grupos de direita que também atacavam o igualitarismo mas faziam a apologia do capitalismo. A lista de inimigos foi então significativamente ampliada, ao ponto de nomearem como inimigos praticamente tudo o que não coubesse integralmente no conceito de "identidade européia": o Cristianismo, o ocidentalismo, o americanismo, o cosmopolitismo e o liberalismo econômico.

Em anos mais recentes, os teóricos da nova direita, delimitando mais ainda seu campo de interesse, promoveram redescoberta do Paganismo e do "Sagrado", parte do raciocínio recorrente de defender a particularidade e a localidade, contra o Universalismo, em busca das raízes étnicas e culturais da Europa.

A nova direita, assimilando o conceito gramsciano de hegemonia, luta por obter uma vitória intelectual numa batalha cultural com seus inimigos. Neste sentido, o grande trunfo intelectual da nova direita é, em primeiro lugar, a revisão da retórica esquerdista de denúncia do racismo e do totalitarismo, propondo o fim da tradicional contraposição entre esquerda e direita em favor de um novo paradigma político centrado na questão das identidades culturais (diferenças). Em seguida, a construção de uma imagem própria positiva, em conformidade com os valores dominantes fora dos círculos acadêmicos, fornecendo a justificativa teórica para o problema da intolerância para com os imigrantes na Europa.

Segundo Taguieff (1990), na questão do questão do racismo cultural a contra-ofensiva da nova direita começou por estigmatizar a bandeira do anti-racismo esquerdista como sendo na verdade um discurso obsoleto, contrário aos interesses da França e da Europa, na medida em que a esquerda estaria na verdade defendendo todos os inimigos externos com seu discurso anti-racista. Indo além, a

nova direita propôs uma redefinição de racismo: usando o argumento diferencialista, definem o verdadeiro racismo como uma tentativa de impor um modelo único e geral como sendo o melhor, o que implica na eliminação das diferenças. Para a nova direita, o verdadeiro anti-racismo é fundado no absoluto respeito às coletividades heterogêneas étnica e culturalmente. Este argumento opõe o diferencialismo ao universalismo.

O discurso diferencialista se apoia no mundo do sensível, no que se pode ver, ouvir, sentir, enquanto que a igualdade seria uma convenção difícil de entender e de defender. Para Benoist (1993), a igualdade é apenas um método para a democracia, que garante a participação na vida política, o que não significa igualdade natural entre os homens. Ele critica o caráter totalitário da democracia, responsável pela uniformização e massificação dos cidadãos e defende como ideal a ser perseguido o modelo democrático da Grécia Antiga – comunitário, holístico e orgânico –, pensado em termos de uma democracia direta, mas que só seria possível com um povo relativamente homogêneo. Para ele, a noção de cidadania implica coesão cultural e um claro senso de uma herança compartilhada.

O argumento diferencialista de Benoist e de seus seguidores constitui um "novo racismo cultural" apresentado, no entanto, como defesa das identidades culturais e como a vitória do verdadeiro anti-racismo. Seguindo o raciocínio de Taguieff, fica mais claro o sentido do racismo cultural, definindo-se os dois tipos de registros racistas: o racismo discriminatório e o racismo diferencialista. No primeiro registro, do racismo discriminatório, existe uma escala universal de valores com relação às raças ou civilizações (classificação hierárquica de raças ou civilizações), o que é o pressuposto das dominações coloniais (Teoria Clássica geral)[15]. As principais características do racismo diferencialista são: primeiro, os

---

[15] Sobre o argumento da artificialidade da igualdade na sociedade moderna ver Dumont (1985).

seus parâmetros ideológicos são definidos por "distâncias culturais" em vez de desigualdade (hierarquia); e, segundo, deixa a idéia de raças zoológicas (antropologia física) para a de etnicidade e cultura (antropologia social ou cultural), para legitimar algumas posições sustentadas pela comunidade dos etnólogos. O racismo diferencialista coloca a questão das distâncias culturais em termos de incomunicabilidade, incomensurabilidade e incomparabilidade. O imperativo diferencialista é a necessidade de preservar a comunidade contra a mistura cultural. Nesse registro, a questão da imigração é tratada como um genocídio indireto ou etnocídio. Ou seja, a presença massiva de não europeus seria uma ameaça à preservação cultural européia.

Por trás da argumentação diferencialista existe a proposta da nova direita de reformular os pressupostos de cidadania, identidade nacional e estado-nação. Verena Stolcke (1993) considera que o deslocamento do eixo do racismo tradicional para o novo racismo, que ela chama de fundamentalismo cultural, é a base da nova retórica da exclusão patrocinada pelos movimentos conservadores de direita da Europa. Stolcke destaca a noção de 'enraizamento' como sendo o conceito-chave desta retórica. Segundo ela, a exaltação da diferença cultural tem como base a identidade coletiva definida em termos de etnia, cultura, herança, tradição, memória e diferença. Nas palavras de Stolcke, *"em lugar de ordenar hierarquicamente as distintas culturas, o fundamentalismo cultural as separa no espaço. Cada cultura no seu lugar!* [enraizamento]"(pp.27). Segundo Stolcke o fundamentalismo cultural promove a dissolução das bases do contrato de cidadania clássico: "*o fundamentalismo cultural da direita é uma ideologia de exclusão coletiva, baseada na idéia do 'outro' como estrangeiro ao corpo político. No núcleo desta retórica está a idéia de que a uniformidade cultural é o pré-requisito fundamental para o acesso à cidadania, e que a igualdade política formal pressupõe identidade cultural.*"(pp.28).

Taguieff chama atenção para o fato dos movimentos anti-racistas estarem combatendo o racismo com argumentos que se tornaram obsoletos. Continuam a fazer referência ao nazismo, ao racismo biológico e à intolerância da burguesia e não perceberam que o discurso mudou e que o conceito de pureza racial de ontem foi substituído pelo de identidade cultural autêntica que é aquele que hoje em dia, em comparação com o anterior, conquista adeptos.

Um outro tema esquerdista revertido pela nova direita é o totalitarismo. Na releitura proposta, o antitotalitarismo deve incluir o combate ao socialismo e o estado de bem-estar, pois estes são vistos como os agentes do totalitarismo por significar também formas de controle do Estado. Há uma nostalgia das comunidades tradicionais formadas por laços emocionais e uma utopia da organização social espontânea.

Em suma, a nova direita emprestou de seus adversários seus próprios temas e reverte-os contra eles mesmos. Na luta pela legitimação desta apropriação, a nova direita lançou mão da estratégia de apresentar-se como dividindo um problema com o adversário, mas com mais autenticidade, usando a argumentação do adversário, deixando-o numa posição defensiva, com um futuro incerto.

Taguieff (1993-94) conclui que a nova direita faz uma demagógica operação de construir estereótipos políticos dentro de zonas de ambigüidades. Tenta deslegitimar o adversário com o argumento de que eles surgiram do fascismo ou do comunismo. Propõe-se, finalmente, a ser uma terceira via entre os blocos americano e soviético.[16]

---

[16] A defesa radical das identidades culturais incluía uma proposta de aliar a Europa (livre) com o Terceiro Mundo (emancipado), como uma terceira via entre os dois blocos, americano e soviético, imperialistas homogenizantes. Uma aliança que significa, bem entendida à luz da doutrina diferencialista, cada um no seu lugar, no seu espaço, ou seja, que os imigrantes retornem aos seus países de origem.

Estas propostas ambíguas da nova direita acabaram por levá-la a uma situação paradoxal que ameaça diluir o movimento e o sentido de novidade. Ora suas teses se aproximam da esquerda e até mesmo dos movimentos ecológicos, quando se dizem anticapitalista, ora do conservadorismo ao defenderem as tradições ancoradas em valores familiares e as particularidades de grupos étnicos.

A trajetória da nova direita, desde os primórdios nos anos 60, mostrou que o movimento fez uma completa limpeza do terreno ideológico, centrando sua doutrina na defesa das identidades culturais e na questão da diferença. Como resumiu um crítico de Alain de Bernoist "*dois mil anos de 'cizânia' que é necessário extirpar. Há que se apagar a história do cristianismo por proclamar que todos os homens são iguais em essência e diante de Deus; a da Revolução Francesa por postular a igualdade junto com a liberdade e a fraternidade; a do marxismo por chegar ao extremo de buscar a realização da igualdade no terreno material.*" (Cueva,1987, pp.28).

O radicalismo das propostas da nova direita francesa e as sucessivas mudanças de posição ao longo de sua trajetória levou os seus seguidores a uma situação de isolamento e marginalização no meio intelectual[17]. Apesar disso, muitos dos estudos da nova direita transcenderam os seus círculos acadêmicos para serem assumidos pela extrema direita moderna das frentes nacionais[18], e suas idéias se popularizaram. O processo de integração na Europa Ocidental, que promove a eliminação das fronteiras internas, coincide com a demanda pelo fechamento das fronteiras externas. O argumento diferencialista produzidos pela nova direita em círculos de estudos que se espalharam por vários países vem fornecendo a

---

[17] O isolamento do nova direita francesa foi explicitado com o manifesto de lançamento do comitê de apelo pela vigilância contra o ressurgimento do extremismo de direita no meio intelectual europeu, assinado por quarenta intelectuais franceses e publicado no jornal Le Monde em julho de 1993. (*The Appeal to Vigilance by Forty Intellectuals*, "Documents", in *Telos*, 98-99, 135-136).

[18] Sobre este tema ver os artigos publicados em *Telos* n.° 98-99, (1993) e *European Journal of Political Research* n.° 22 (1992), Stolcke (1993) e Florentin (1994).

justificativa teórica para alimentar o sentimento antiimigrante que une a extrema direita na Europa, como a Frente Nacional (FN) na França, que veio a se tornar a terceira força política do país nos anos 80.[19]

Além disso, O argumento diferencialista foi muito adequado aos inimigos mais radicais do governo socialista de François Mitterrand, iniciando em 1981. Os primeiros anos deste governo coincidem com a fase de reposicionamento ideológico da nova direita, quando a defesa do direito à diferença se tornou mais sofisticada, através da apropriação de temas que até então eram tratados apenas pelas facções da esquerda.

– The American New Right: a nova direita norte-americana

Do outro lado do Atlântico, ao final dos anos 60, desenvolveu-se nos Estados Unidos um movimento também chamado de nova direita: *The American New Right*. O objetivo inicial do movimento era o de resgatar os elementos do conservadorismo tradicional e do moralismo puritana e, ao mesmo tempo, promover o liberalismo clássico, o capitalismo competitivo, a economia mercantil e a liberdade individual em oposição à intervenção estatal na economia. A nova direita norte-americana respondeu pelos interesses da classe média, branca, que se sentia ameaçada pelos novos sujeitos sociais que emergiram na cena pública – militantes negros, jovens hippies, pacifistas, feministas, homossexuais, libertinos. Do ponto de vista ideológico, a nova direita incorporou elementos conservadores da

[19] Porém, os intelectuais da nova direita acusam as frentes de terem se apropriado e vulgarizado a tese do direito à diferença. Alain de Benoist contesta o uso que as frentes fazem das idéias da nova direita. Segundo Benoist, Le Pen, da Frente Nacional francesa, defende a identidade francesa contra todas as outras identidades, enquanto que ele faz a defesa de todas as identidades e ao mesmo tempo preserva a sua própria.(Entrevista com Alain Benoist: "Documents", in *Telos*, 98-99, 173-207)

cultura dominante e das diversas culturas regionais, religiosas, étnicas e de classes. Do ponto de vista estratégico, o principal instrumental do movimento foram os meios de comunicação de massa, através do qual as idéias e símbolos do movimento são divulgados.

Uma característica importante da nova direita é a forma como ela se organizou na sociedade norte-americana. As formulações teóricas para justificar o movimento não partiram de centros acadêmicos mas de organizações conservadoras centrais, fundadas por militantes da causa, oriundo da pequena burguesia, com passagem em grupos da velha direita ou no Partido Republicano. Inicialmente, nos anos 60, o movimento se estruturou com base em grupos localizados para defesa de assuntos específicos, como, por exemplo, os movimentos contrários às medidas oficiais para eliminar a segregação racial nas escolas, a lei pela igualdade de direitos iniciada em 1972 (*ERA – Equal Right Amendment*), a educação sexual nas escolas adotada em 1968-69, o homossexualismo e o aborto. Em seguida, em meados dos anos 70, a nova direita evoluiu para a formação de grandes organizações conservadoras centrais, que, em conjunto, responderam pela coerência ideológica e os objetivos estratégicos do movimento, sem prescindir dos grupos localizados e específicos.

Entre as organizações da nova direita, merecem destaque as que foram fundadas Richard Viguerie, Paul Weyrich, Howard Phillips e John Dolan. Eles têm em comum o fato de serem jovens empresários bem sucedidos, politizados e declaradamente religiosos, além de terem experiência de militância política em grupos conservadores ligados ao Partido Republicano. Richard Viguerie fundou a RAVCO – Richard Viguerie Company, que desempenhou um papel fundamental no financiamento e na propaganda da nova direita. Ele também publica a revista da nova direita Conservative Digest e o Boletim New Right Report. Paul Weyrich foi o fundados do CSFC – Committee for the Survival of a Free Congress, uma bem

sucedida organização de ação política que visa a arrecadar fundos para os candidatos apoiados pela nova direita. Foi fundador da Heritage Foundation, fonte ideológica da nova direita, que publica a Policy Review, uma revista acadêmica da nova direita. Haward Phillips fundou o Conservative Caucus, um comitê político conservador com objetivo de exercer pressão sobre os membros do Congresso. Também participou de organizações religiosas conservadoras. Terry Dolan preside o NCPAC – National Conservative Political Action Comittee), também especializado em lobby no Congresso. (Hunter, 1981).

A formação de várias formas de associações na vida civiel é um traço da cultura norte-americana que já havia sido destacado por Alexis de Tocqueville no século XIX. Ele registrou que nos Estados Unidos americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a si unir em associação grandes e pequenas, de maior ou menor importância, muito gerais e muito particulares, com finalidade de segurança pública, de comércio e industria de moral ou religião. Esse é o país do mundo onde mais se tirou partido da associação e onde se tem aplicado esse poderoso meio de ação à maior diversidade de objetos. O tipo de associação que mais chamou atenção do observador francês foram as associações intelectuais e morais, que diferentemente das associações políticas e industriais, foram consideradas as mais originais. Mas as associações civis se relacionam com as associações políticas por que esta última generaliza a infinidade de interesses expressos nas associações civis. (Tocqueville, 1987).

O cenário descrito por Tocqueville no início do século passado é muito parecido com o que ocorre na sociedade norte-americana em relação a atual nova direita. Allen Hunter, em análise sobre a organização da nova direita norte-americana, também destaca a organização, erigida sobre grupos. "*Sem estes grupos a nova direita teria sido incapaz de se promover como eixo de um dinâmico movimento. Sem esses grupos o sentimento de reação teria permanecido latente,*

catalisado exclusivamente por candidatos durante os intervalos eleitorais." (Hunter, 1981, pp.1749). O formato de uma rede de grupos para assuntos específicos aglutinados em organizações centrais conservadoras que se encarregam da ação política é considerado, por seus próprios líderes, uma das razões do seu êxito: "*Nosso êxito está baseado em quatro elementos: grupos circunscritos para a defesa de assuntos particulares, grupos conservadores interessados em múltiplos assuntos, política de coalizão e correspondência direta.*"[20]

O que mais diferenciou a nova direita da "velha" direita foi a inclusão dos temas sociais e culturais na agenda do conservadorismo do *laissez-faire*. Chantal Mouffe (1981) destacou que o sentido de "novidade" encontra-se na fusão de elementos do neoconservadorismo, em seu ataque moral e cultural, com o neoliberalismo, quando atacam a intervenção estatal e o planejamento econômico. Este foi o traço mais característico do movimento, razão do seu sucesso e também das maior parte das críticas que recebe.

Grande parte da visibilidade obtida pela nova direita norte-americana se deu justamente pela mobilização populista de sentimentos vinculados a temas culturais e familiares, o que consolidou uma base social de apoio para o seu programa econômico, liberal, e sua política externa, um dos itens de expressão da nova direita norte-americana[21].

O problema da fusão de valores tradicionais com os valores do capitalismo competitivo não é considerado uma traço contraditório para os líderes do movimento. É uma atitude pragmática populista de direita, que elevou a importância dos temas sociais de forma a mobilizar todos os segmentos sociais

---

[20](Richard Viguerie, *The New Right*, citado por Hunter, op cit., pp. 1751).

[21] Luis Maira (1981) distingue os círculos de pensamento geopolítico como uma das ramificações da nova direita nos Estados Unidos. Eles buscam articular novos critérios para a política exterior norte-americana a partir de uma visão de mundo dominada pela preeminência da "confrontação de civilizações" e de uma compreensão cada vez mais absoluta do interesse nacional norte-americano.

indistintamente, ao mesmo tempo que constrói uma base de apoio para o seu programa de reformas econômicas, de interesses pequeno-burgueses. Conforme as próprias palavras dos líderes do movimento: "*A preocupação pelos chamados assuntos sociais – aborto, medidas escolares anti-segregacionistas, porte ilegal de armas, pornografia, crimes – tem se constituído em fatores chaves para o crescimento da nova direita. Mas seria errôneo supor que esta experimenta uma obsessão com respeito a eles. A nova direita anda buscando assuntos que interessam ao povo e os assuntos sociais, pelo menos atualmente, satisfazem este objetivo.*"[22].

Ao fazer a defesa simultânea do capitalismo e dos valores sociais tradicionais a nova direita desconsiderou as relações entre os mudanças ocorridas em uma esfera e outra. Não levou em conta que a ampliação da sociedade de consumo na esteira do desenvolvimento do capitalismo é uma das forças responsáveis pela transformação da família e de subversão dos valores tradicionais.[23]

Do ponto de vista da nova direita americana, esta contradição se resolve pela dicotomia entre o Estado e a família. O Estado, argumentam, é o responsável por medidas que ameaçam o individualismo, o desenvolvimento econômico, via regulamentação excessiva e impostos, e as medidas de bem-estar que beneficiam os grupos sociais marginalizados que ameaçam os estratos médios. A nova direita critica, por exemplo, a forma como o Estado conduz as questões raciais, as reivindicações feministas, como em desacordo com a moralidade dos setores

---

[22] The New Right: A Special Report, Conservative Digest, junho de 1979. (citado por Hunter, *op cit.*).

[23] Esta relação foi um dos temas centrais do neoconservadorismo, outro produto da crise dos anos 60-70. Os autores neoconservadores preocupam-se com a despersonalização das sociedades de massas na esteira do avanço do capitalismo e o conseqüente esvaziamento de dos valores sociais tradicionais necessários à reprodução da ordem burguesa. Este tema será desenvolvido a seguir.

médios. A família, por outro lado, é a unidade primária da sociedade e combina os ideais do individualismo (masculino), da mulher no lar com seus filhos.

Hunter traduziu da seguinte forma: "*a fusão* [do capitalismo e a defesa de valores tradicionais] *implica em vários processos: resgatar aquelas características de cada corrente que sejam compatíveis entre si, desprezar as menos assimiláveis, designar os inimigos comuns e salvar como for possível o rigor metodológico. A defesa da família (como encarnação tanto da esfera econômica como da doméstica) e a oposição ao Estado (como inimigo dos dois) representam as formas em que as duas esferas se unem retórica e simbolicamente.*" (Ibid., pp. 1777).

O governo republicano de Ronald Reagan, iniciado em 1980, incorporou muitos elementos da visão de mundo da nova direita em sua plataforma política. A sua campanha eleitoral politizou os temas conservadores e tornando-os populares. Os líderes da nova direita ocuparam um papel destacado no giro conservador ocorrido nas eleições de 1980, estimulando na sociedade um sentimento conspirativo contra os inimigos liberais e lançando mão de técnicas de comunicação para difusão ideológica por meio de cartas, lobies parlamentares e teleevangelização, específico da nova direita cristã sobre o que falaremos a seguir.

Num país onde são muito fortes os princípios de igualdade de oportunidades e igualdade de direitos, a nova direita norte-americana representa uma ameaça às conquistas do igualitarismo. A sua ideologia foi pensada do ponto de vista dos interesses da classe média, branca, sem articular uma proposta para a sociedade como um todo. Buscam basicamente recuperar os valores tradicionais, mas não pretendem uma reordenação do sistema institucional do país.

– The New Christian Right: a nova direita cristã

Nos últimos anos da década de 70, as organizações da nova direita norte-americana viram suas posições reforçadas com a criação de três importantes grupos religiosos fundamentalistas: o Maioria Moral (*Moral Majority Inc.*), o Voz Cristã (*Christian Voice*) e o Mesa Redonda Religiosa (*Religious Round Table*)[24]. Estes grupos específicos respondem pela corrente geral conhecida nova direita cristã ou, alternativamente, nova direita religiosa ou fundamentalismo religioso.

A nova direita cristã se notabiliza por participar ativamente da vida política norte-americana, atuando no interior do Partido Republicano, com grande capacidade de projetar as suas posições religiosas através de lobbies legislativos e nas campanhas eleitorais. Além disso, faz uso intenso da teleevangelização, a pregação através da mídia, com a qual colhe seus melhores resultados em termos de visibilidade e de mobilização dos milhares de adeptos altamente fanatizados em torno das Igrejas fundamentalistas. A agenda de temas lançados no debate pelo movimento inclui a oposição ao aborto em qualquer situação, o mesmo em relação ao homossexualismo, o ataque à lei pela igualdade de direitos, a objeção a programas de integração racial e a demanda pela educação religiosa em todas as instituições educacionais do país. (Hunter, Op cit.).

Entre os grupos da nova direita cristã e as organizações leigas da nova direita norte-americana há uma conveniente convergência de interesses. A conexão entre religião e política através dos teleevangelizadores e a mobilização político-eleitoral em torno de uma agenda comum são importantes para a grande

---

[24] Os fundadores das organizações centrais da nova direita norte-americana também participaram direta ou indiretamente da criação dos grupos religiosos fundamentalistas.

visibilidade da nova direita em geral, constituindo-se num fenômeno notável nos anos recentes nos Estados Unidos. Apesar dos fundamentalistas se constituírem numa minoria[25] dentro do espectro religioso norte-americano, os grupos políticos específicos que representam seus interesses, como o Maioria Moral, assim como nova direita genericamente falando constituem-se em instituições extremamente vocais na sociedade norte-americana. O inegável crescimento deste movimento nas últimas duas décadas deve-se à mobilização e a organização de um eleitorado que era tradicionalmente apolítico, que ficou conhecido como a "maioria silenciosa"(Smith,1992).

O Maioria Moral, o maior e melhor representante da nova direita cristã, foi criado para ser uma fundação dedicada a investigação de assuntos legislativos, mas se converteu num instrumento poderoso nas campanhas eleitorais a partir dos anos 80. O grupo foi organizado a partir das pregações do reverendo da Igreja Batista Jerry Falwell num programa de grande audiência em cadeia de rádio e televisão, "A hora do Antigo Testamento". Os primeiros membros do grupo foram arregimentados dentre a audiência do programa atraídos por uma ampla agenda de temas políticos. O Maioria Moral se organizou em diversos estados e participou ativamente das campanhas eleitorais, financiando pesquisas de opinião e remetendo cartas aos eleitores para solicitar apoio para os candidatos aliados ou para derrubar os inimigos políticos liberais.

Luis Maira (1981), num estudo sobre as diversas correntes da nova direita norte-americana, assinala que os valores religiosos tiveram sempre uma grande

---

[25] Tom Smith (1992), analisando dados oficiais e de *surveys* mostra que não há evidências de que o fundamentalismo religioso esteja crescendo nos Estados Unidos. O que de fato está crescendo é a visibilidade do fundamentalismo, graças à expansão da teleevangelização nas últimas duas décadas. A este respeito o caderno "Tendências" n.º 5, da Revista Opinião Pública, vol.III, nº1, CESOP / Unicamp, maio de 1995 apresenta alguns dados interessantes sobre religião e política nos Estados Unidos: em uma pesquisa realizada em 1987 com mulheres adultas mostra que 56% concordavam que a direita religiosa tem se tornado muito influente na política. Porém, em uma outra pesquisa, de 1994, com a população adulta, apenas 24% tinham opinião positiva sobre a direita religiosa e 16% manifestavam-se favorável a votar em candidatos apoiados por grupos da direita religiosa.

importância política nos Estados Unidos. Porém, a atuação política de grupos religiosos organizados, ampliou-se significativamente a partir dos acontecimentos do *Watergate* e a derrota do Vietnã, ensaiando formas de restabelecer a primazia da ética na conduta dos políticos. As primeiras manifestações nesse sentido surgiram em meados dos anos 70 conduzidas por protestantes históricos, que apelavam pela conduta ética na política com um discurso humanitário. Esse processo colaborou para a vitória nas eleições presidenciais de 1976 de James Carter, um pregador batista histórico convertido (*born-again*), e no pleito seguinte com a importante participação dos grupos religiosos fundamentalistas de direita na eleição de Ronald Reagan.

Os grupos religiosos fundamentalistas também contribuíram para os interesses de política externa norte-americanos na América Latina durante o governo Reagan. Margaret Crahan (1992), em estudo sobre a atuação da direita religiosa na América Central, colhe evidências de que a administração Reagan tentou usar a religiosa para legitimar seus interesses políticos em relação à América Central e principalmente conquistar a aprovação do público norte-americano para a ajuda militar em El Salvador para o combate à guerrilha e aos contra-revolucionários na Nicarágua. O governo Reagan, apoiado em grupos ligados à nova direita cristã, usou os países da América Central como palco do projeto geopolítico de expansão do poderio militar norte-americano.

– O neoliberalismo

O neoliberalismo surgiu após a Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas avançados da Europa e nos Estados Unidos como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. O texto de origem desse movimento é *O Caminho da Servidão*, a "bíblia do neoliberalismo", escrito por Friedrich Hayek durante a Segunda Guerra e publicado em 1944. O alvo principal de Hayek é o planejamento de Estado, ou a participação ativa do Estado em várias áreas da política econômica, em especial no vasto terreno da assistência social. Segundo o autor, o "caminho da servidão" estaria sendo pavimentado pelos governos social-democratas pela tendência à expansão da competência do governo num nível que ameaçaria a liberdade e a democracia. Para Hayek, a liberdade deve ser entendida dentro da lógica do mercado, como liberdade de concorrência, daí a valorização da desigualdade. A ameaça a democracia se concretizaria com a necessidade do Estado exercer coação para superar a falta de consenso, inevitável numa situação em que o Estado assume mais tarefas do que deveria[26] .

Três anos após a primeira edição do clássico de Hayek, ele e um grupo de intelectuais que compartilhavam as suas orientações ideológicas fundaram a Sociedade de Mont Pèlerin[27], com a tarefa de propor um novo projeto de sociedade, como opção ao Estado de bem-estar e o *New Deal* norte-americano. No entanto os argumentos do grupo não encontravam plausibilidade naquele momento devido ao sucesso e a grande popularidade das políticas de bem-estar durante os anos do pós-guerra.

---

[26] Baseado em Hirschman (1992) e Anderson (1995).

[27] Entre eles Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Miser, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Palanyi e outros.

Mais de vinte anos foram necessários para que o vento ficassem a favor de Mont Pèlerin. Isso se deu a partir da década de 70, quando o mundo capitalista experimentou um grande recessão, o que revelou o esgotamento do modelo econômico do pós-guerra. Os eventos dessa época revitalização as teses de Hayek, porém, houve, uma mudança de perspectiva no seu argumento. Albert Hirschaman (1992) assinala que no novo contexto dos anos 70 o argumento conservador passou a enfatizar que os estados de bem-estar social viviam um conflito com o crescimento econômico (e não mais com a liberdade e a democracia), e uma crise de governabilidade estaria sendo forjada pelo aumento dos gastos com assistência social. Desta forma, os sucessos econômicos do pós-guerra foram postos em xeque dentro de uma lógica que enfatiza as contradições dos Estados de bem-estar social, ou seja, o desequilíbrio entre os gastos sociais e a estabilidade fiscal com suas conseqüências inflacionárias e desestabilizadoras dos governos democráticos.

No final da década de 70 e início dos anos 80 os autores neoliberais ultrapassaram os limites das *business schools*[28], divulgaram amplamente suas teses na imprensa e encontraram condições exteriores favoráveis para por em prática sua produção teórica nos primeiros governos a adotarem o programa neoliberal: Margareth Thatcher, no Reino Unido, a partir de 1979, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980 (Anderson,1995).

A principal questão que se destaca no programa neoliberal é a supremacia das leis do mercado sobre todas as esferas da vida social. Os mercados, argumentam os neoliberais, criam condições básicas para a liberdade individual e são mais importantes para a democracia do que o próprio Estado. Os neoliberais equiparam desregulamentação a liberdade. Defendem uma sociedade funcionando

---

[28] Bruno Théret (1994) sintetiza a ruptura do consenso keynesiano nas universidades, nas agências governamentais e outros centros de conhecimento a partir dos anos 1970, quando as vozes isoladas dos "economistas da oferta" e dos monetaristas refundam o discurso neoliberal que serve de referência a campos tão diversos quando o da economia, o da política e o da administração.

de forma espontânea, baseada no individualismo econômico, a chave para o sucesso da democracia num contexto de estado mínimo. Além disso, encorajam a propriedade privada, por ser um meio de assegurar a participação no sistema de mercado, e a competição, como forma de se conquistar mobilidade social. A versão mais radical da doutrina neoliberal, segundo Théret, tem como princípios: "*a liberdade até o limite do abuso, a desigualdade até o limite do tolerável, a flexibilidade até o limite da insegurança*" (Théret, 1994, pp.56, grifos do autor).

Para enfrentar os problemas de uma sociedade "espontânea", os neoliberais reservam para o Estado a função reguladora, para fazer cumprir as leis das quais a competição depende. Além desta função, o Estado deve se preocupar apenas com os inimigos externos, no mercado competitivo internacional, pois, internamente, o Estado e o mercado são vistos como pólos opostos, como esferas competitivas.

Os neoliberais entendem que o problema da justiça social não pode ser resolvido através do Estado, pois avaliam que as políticas de bem-estar beneficiam de fato os mais ricos em vez dos menos, ao mesmo tempo em que cria uma mistura de burocracia alienante e dependência para com o Estado. Os benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar conseqüências perversas como a decadência da ordem civil.

Freqüentemente, os autores neoliberais fazem uma conexão entre a expansão das políticas sociais e a desintegração familiar, pois, argumentam, as instituições do bem-estar acostumam as pessoas a esperar do Estado um apoio que antes era proporcionado pela família. As conseqüências da desintegração familiar são a falta de formação moral para os homens, que tendem a se esquivar de suas responsabilidades para com a família e também para com o sociedade produtiva, o que responde pelo aumento dos excluídos e da criminalidade. Neste aspecto, os autores neoliberais se aproximam dos neoconservadores, pois há também um

diagnóstico de que a família, assim como o estado, deve ser uma instituição sólida (Giddens, 1994).

A defesa da instituição familiar constitui-se num paradoxo no programa neoliberal. Esta opinião é sustentada por Giddens (Ibid.) pois, argumenta esse autor, se por um lado o neoliberalismo é hostil às tradições – na verdade é uma das principais forças destruidoras das tradições por toda parte, como resultado da promoção das forças de mercado e de um individualismo agressivo –; de outro lado, apoia-se na perspectiva das tradições para sua legitimidade e sua ligação ao conservadorismo – nas áreas da nação, religião, gênero e família. Uma defesa de tradições que assume a forma de fundamentalismo, devido a falta de racionalidade teórica para sustentar as contradições desse argumento. Como exemplo, ele analisa a versão britânica da nova direita, simbolizada pelo governo de Thatcher: ao mesmo tempo em que defende a iniciativa individual contra o poder estatal, advoga pela regeneração moral dos indivíduos, da família e da comunidade nacional. Ou seja, a nova direita britânica procura restaurar as tradições através de privatizações, num raciocínio que considera que as famílias têm interesse em conquistar e preservar propriedades e com isso elas desenvolveriam o sentimento empreendedor e o bem estar próprio[29].

Giddens considera o neoliberalismo como sendo a ideologia que melhor representa a nova direita, por que o radicalismo de suas propostas não se observa em outros correntes da direita rejuvenescida. Defendendo as políticas que mais afetam a ordem social, o neoliberalismo é o que melhor incorpora o sentido de novidade. Se distingue do conservadorismo, porque o neoliberalismo não expressa

[29] O sociólogo Anthony Giddens tem se notabilizado nos últimos anos por ser um dos principais teóricos da Terceira Via – um movimento de modernização do centro e uma alternativa à social-democracia tradicional e ao neoliberalismo – e por suas afinidades com o governo trabalhista de Tony Blair, que ele tenta enquadrar neste esquema.

o desejo de conservar[30]. Ao contrário, propõe um radical processo de mudanças através de privatizações, desregulamentações e estímulo a incessante expansão de mercados que afetam todas as esferas da ordem social.

– O neoconservadorismo

O neoconservadorismo como um movimento distinto da nova direita surgiu em meados dos anos 60 nos Estados Unidos e paralelamente na Alemanha (ex-ocidental). O movimento se constituiu caracteristicamente como um grupo de intelectuais que compartilham o mesmo desapontamento com os rumos tomados pelos países capitalistas ocidentais que não teriam correspondido às suas análises. Eles são críticos quanto a crescente despersonalização da sociedade de massas e a destruição dos símbolos e práticas tradicionais que dão sentido a existência social promovidas pela expansão da ordem burguesa. Apesar da inspiração comum, as versões norte-americana e germânica do neoconservadorismo guardam diferenças relevantes (Habermas, 1989; Giddens,1994).

Nos Estados Unidos, os principais autores neoconservadores são conhecidos sociólogos, detentores de grande prestígio acadêmico, como Daniel Bell, Samuel Huntington, Irving Kristol, Peter Berger, Nathan Glazer, Seymour Martin Lipset, Robert Nisbet e Edward Shils. Eles se destacam pelo passado liberal, que nos Estados Unidos significa estar à esquerda no espectro político. A conversão destes autores ao neoconservadorismo não se deu como uma mera deserção em relação ao liberalismo. Houve uma evolução das posturas defendidas por eles nos

---

[30] Neste sentido, Giddens propõe desvincular o conservadorismo da direita atual. "*Paradoxalmente, a Direita aqui se tornou radical, enquanto a Esquerda procura principalmente conservar – tentando proteger, por exemplo, o que resta do welfare state.*" (Giddens, 1997:43).

anos 50, em especial o anticomunismo e o antipopulismo. Em geral, estes autores compartilhavam uma visão idealizada e otimista da sociedade norte-americana, que estava salva do totalitarismo (do comunismo e do fascismo) e do populismo, devido ao um sistema político democrático de elite. O impulso definitivo para a concepção das teorias neoconservadoras deu-se a partir de alguns eventos marcantes dos anos 60 e 70, que colocaram em xeque as perspectivas teóricas liberais defendidas pelo grupo na década anterior. No plano internacional, a derrota norte-americana no Vietnã foi vista como um certo desarmamento moral dos Estados Unidos frente ao comunismo. Internamente, o movimento pelos direitos civis, os protestos estudantis, a nova esquerda, o movimento feminista e a contracultura permitiram a emergência de novos sujeitos sociais que desafiaram as suas posições antipopulistas. Além disso, apesar de não serem totalmente hostis às políticas de bem-estar social, estes autores não concordavam com os projetos sociais liberais implementados nos anos 60 durante o governo Johnson, que consideravam burocráticos, ineficientes no combate à pobreza e equivocados quanto ao objetivo de melhorar as chances coletivas de minorias étnicas e mulheres através do princípio de oportunidades iguais (Habermas,1989).

O neoconservadorismo foi o primeiro pensamento de natureza conservadora que se articulou nos Estados Unidos a disputar em igualdade de condições a hegemonia do pensamento liberal. Responde pela necessidade do conservadorismo redefinir seu ideário frente a crise dos anos 60 e 70, que marcou o esgotamento político e teórico do liberalismo. Enquanto o país viveu o apogeu econômico do pós-guerra, o pensamento conservador encontrava-se desarticulado, sem apresentar uma resposta para os problemas sociais.[31]

---

[31] San Martin (1987) mostra que o pensamento conservador sempre esteve presente na sociedade norte-americana, ao contrário da imagem mais difundida de uma sociedade monolítica liberal.. Apesar da doutrina dominante ao longo dos séculos ter sido o liberalismo, o conservadorismo emanava dos próprios liberais que desejavam controlar os excessos de radicalismo democrático em relação aos direitos dos homens, a divisão de poderes e os excessos liberais que estavam inspirando Jefferson. O autor aponta a presença da articulação conservadora em diversos momentos-chave da

Dentre os temas abordados pelos autores neoconservadores, destaca-se a preocupação com o fenômeno da crise de autoridade que seria uma ameaça à estabilidade social. A explicação para a crise, segundo os argumentos neoconservadores, encontra-se nas relações conflituosas entre democracia e cultura. Eles consideram que o sistema democrático é em grande medida responsável pela sobrecarga estatal devido a demanda crescente por igualdade social. Por este raciocínio, o sistema democrático permite uma "inflação" de expectativas e direitos, demandados através dos partidos políticos, dos meios de comunicação de massas e dos interesses pluralistas, o que provoca uma explosão das atividades do Estado que extrapola seus limites. A desconfiança dos cidadão para com o Estado ineficiente e a crise de autoridade são as conseqüências perversas da sobrecarga estatal. A explicação cultural para o fenômeno encontra-se, portanto, no início do processo, com a "inflação de expectativas", e ao final, pela perda de confiança com o aparato estatal paralisado pelo excesso de assistência social.

Para os autores neoconservadores, a lealdade dos cidadãos ao Estado não deve depender de compensações materiais. Por este motivo a redução das funções do Estado através de privatização dos serviços públicos se converteu num dos principais objetivos exigidos do governo. O Estado livre da sobrecarga de serviços pode se desvincular da crise geral do capitalismo, resguardando assim a sua própria legitimidade.

Os autores neoconservadores não acreditam em justiça distributiva através do Estado, mas sim no desenvolvimento de uma meritocracia justa. Porém, apesar de criticarem a assistência social governamental, eles não são hostis ao Estado. Reconhecem a sua função para a regulamentação da economia e são a favor de uma intervenção limitada do Estado na economia a fim de sustentar o crescimento

---

história americana: a guerra civil, os movimentos fundamentalistas do início do século como o Ku Klus Klan, a lei seca, a reação ao New Deal pela American Liberty League e outros exemplos.

econômico, dando estabilidade por meio do financiamento dos custos econômicos e sociais. Mas eles desconfiam da capacidade das instituições políticas e dos políticos para administrar os assuntos de interesse público. O neoconservadorismo defende o deslocamento da competência parlamentar sobre questões que dizem respeito ao interesse público para o interior de grupos neocorporativistas (as grande associações empresariais e os sindicatos) a fim de reduzir os custos de legitimação política. O objetivo é o de limitar o campo de intervenção governamental e restaurar o papel regulador do mercado, aliviando o excesso de demandas que recaem sobre o Estado. O efeito desse deslocamento de competência é a despolitização da esfera pública, pois essa prática esvazia de sentido as normas constitucionais que devem resguardar a igualdade das partes envolvidas em qualquer conflito. Neste aspecto, o argumento coincide com o pensamento neoliberal (Mouffe,1981; Habermas,1989).

Além destas posturas em relação às políticas públicas os autores neoconservadores priorizam uma ampla agenda de valores dos cidadãos: a autoridade, o patriotismo, a nação, a função da família, a religião burguesa e os valores morais tradicionais. Mas não se trata aqui de uma simples revitalização dos valores conservadores nessas áreas. O neoconservadorismo apresenta-se como uma alternativa para que a sociedade possa redefinir seus próprios valores. A revalorização dos temas culturais é uma resposta pós-materialistas à agenda das novas políticas de uma forma geral e um contraponto específico à agenda da nova esquerda (Minkenberg,1992; Ignazi,1992).

A nova esquerda norte-americana nos anos 70 deixou de lado os temas econômicos e passou a priorizar temas não materialistas como o uso do governo para objetivos igualitários, a oposição a guerra do Vietnã, a luta pelos direitos civis, o feminismo, os direitos homossexuais, a promoção de novos estilos de vidas, as organizações comunais, o hedonismo, o intimismo, a questão ambiental e a

democratização. Os defensores desta agenda constituem-se no outro alvo da crítica dos autores neoconservadores: a "nova classe", formada por um heterogêneo círculo de burocratas, intelectuais e estudantes. O neoconservadorismo tenta desacreditar os intelectuais da nova classe, que seriam um grupo interessados apenas no poder e improdutivo. Argumentam que boa parte dos componentes desta nova classe desenvolveram suas carreiras graças à expansão progressiva do setor público em detrimento do privado. A nova classe responde pelo desenvolvimento de políticas sociais nos Estados Unidos que criam uma setor de dependentes dos benefícios sociais e causam a erosão da iniciativa individual e acabam privilegiando o "não trabalho" sobre o trabalho efetivo. Além disso, há uma crescente burocratização do governo e da atividade estatal na medida em que os burocratas se tornam os mediadores naturais das demandas que provêm da sociedade e os recursos financeiros da nação. Por traz da crítica neoconservadora à nova classe, está a preocupação com a ameaça que os valores pós-materiais representam para as bases motivacionais de uma ordenada sociedade do trabalho e da esfera pública despolitizada (Maira, op cit.; Habermas,1987).

Os intelectuais neoconservadores norte-americano se converteram em um grupo muito influente, que conseguiu difundir para públicos diferenciados suas mensagens, graças aos vínculos que mantinham com editoras, jornais e meios de comunicação de massas. Destacam-se as revistas *Commentary*, *Encounter*, *Public Opinion* e *The Public Interest.* Dentre os temas favoritos dos autores neoconservadores destacam-se o problema da criminalidade nas grandes cidades, a demanda das minorias étnicas por assegurar cotas nas funções públicas, a oposição aos movimentos feministas na questão da igualdade de direitos sociais e trabalhistas. Temas que serviram ao propósito de reforçar as posições antiigualitárias do pensamento neoconservador (Maira, op cit.).

Apesar da grande visibilidade do grupo, eles rechaçam o alinhamento partidário exclusivo com o Partido Republicano. Porém, suas idéias exerceram um papel político fundamental como justificativa intelectual para elaboração do projeto político da administração de Ronald Reagan, iniciada em 1980.

A contraparte germânica do neoconservadorismo é representado sobretudo por filósofos e historiadores[32]. Os intelectuais alemães são considerados herdeiros do velho conservadorismo germânico, tendo sido, no passado, associados ao nacional socialismo. Durante as décadas subsequentes à guerra os seus trabalhos teóricos se dedicaram à questão da preservação do sentido moral da vida, ameaçado pela modernidade. Ao contrário do velho conservadorismo europeu, não acreditam que este sentido possa ser recuperado via o Estado. Para estes autores, a tarefa do neoconservadorismo seria a de preservar as instituições fora da esfera da política e da economia (junto à família e a Igreja) onde o sentido moral ainda pode perdurar. O compromisso assumido é o de aceitar a modernidade com a condição de excluir deste escopo a modernidade no campo cultural. (Habermas, 1992; Guidens,1994).

– A extrema direita

A extrema direita é um fenômeno característico dos países europeus[33]. O rótulo aplica-se tanto a partidos políticos localizados no ponto mais à direita no espectro político-eleitoral, quanto a grupos radicais e atitudes isoladas de vandalismo e violência que emergiram no cenário destes países, sobretudo a partir

---

[32] Alguns dos nome que compõem o núcleo central do neoconservadorismo germânico: Hans Freyer, Arnold Gehlen, Joachim Ritter, Ernst Forsthoff, Richard Löwenthal e Kurt Sontheimer (citados por Giddens,1994 e Habermas, 1992)

[33] Apesar de pontuarem no mundo extremismos de direita, geralmente associados ao racismo, como é o caso do Ku Klus Klan nos Estados Unidos. No entanto, são manifestações isoladas, que não alcançam a homogeneidade observada na Europa. (Florentin, 1994)

dos anos 80. As principais características ideológicas do extremismo de direita, que variam de grau de importância de uma país para outro, são a xenofobia, o nacionalismo, o racismo, o autoritarismo e as atitudes contra o sistema democrático estabelecido.

Este não é um fenômeno novo na Europa, haja vista que o nazismo e o fascismo foram experiências práticas de extremismo de direita que marcaram este século. Porém, a extrema direita que ressurgiu na cena pública nos anos 80 surpreendeu os partidos políticos tradicionais e desafiou os esquemas teóricos produzidos até então para analisar o fenômeno. O extremismo de direita no pós-guerra sempre foi analisado com base no arcabouço teórico fornecido pelos analistas do fascismo italiano ou no nazismo germânico. Ou seja, os esquemas propostos explicavam os partidos de extrema direita do pós-guerra a partir de suas ligações ideológicas ou pessoais com o passado fascista ou nazista. Isto é válido, por exemplo, para o Partido Republicano, na Alemanha, ou para uma análise do período conhecido como Poujadismo na França, que emergiu no final da década de 50 (Mudde, 1995).

A nova família de partidos de extrema direita não associados ao fascismo surgiram como fenômeno dos anos 80. Além dos partidos, grupos marginais como os *skinheads* surpreendem a Europa com os seus atos de vandalismo. Em geral, eles atuam de forma espontânea ou então por apoiarem a plataforma política dos partidos organizados de extrema direita. Também se enquadram no esquema explicativo da extrema direita os episódios de violência entre jovens, como as que se assiste nos campos de futebol (Florentin,1994).

Os partidos de extrema direita se divide entre os herdeiros do fascismo, que representam a velha extrema direita, e aqueles que não possuem este vínculo e apresentam uma plataforma anti-sistema, ou seja, atacam as instituições democráticas estabelecidas, os chamados partidos da nova extrema direita. O

italiano MSI (Movimento Sociale Italiano) e o francês FN (National Front)[34] são, respectivamente, os partidos políticos mais representativos de cada uma destas famílias.(Ignazi, 1992, Ignazi & Ysmal, 1992).

Os partidos típicos da nova extrema direita recusam qualquer vínculo com os partidos conservadores tradicionais, em especial com o fascismo, e se definem como *outside*, ou seja, colocam-se fora do sistema partidário e contra os demais partidos. Eles acusam os governantes de estarem equivocados com relação aos reais problemas do povo e consideram que o sistema político estabelecido não tem capacidade para lidar com os problemas mais importantes, que são a lei, a ordem e a imigração (Ignazi, 1992).

A plataforma defendida pela extrema direita incorpora vários itens da agenda neoconservadora mas numa versão muito mais radical. Inclui desmantelamento dos estados de bem-estar, um nacionalismo agressivo, um certo tipo de darwinismo social, a restauração das tradições morais e do autoritarismo e, o ponto mais importante, uma política xenofóbica com relação aos estrangeiros. A imigração é o *issue* por excelência.

Piero Ignazi (1992) defende a tese de que o neoconservadorismo ajuda a explicar emergência dos partidos de extrema direita na Europa. Segundo este autor, o movimento cultural neoconservador se tornou muito influente nos países capitalistas ocidentais a partir dos anos 80 e contribuiu para a afirmação dos partidos conservadores, liberais e confessionais ocorrido nos anos 80. A guinada à direita contribuiu direta ou indiretamente para uma radicalização e uma polarização não controlada pelos partidos conservadores tradicionais, do qual os partidos mais a extrema direita se beneficiaram. Além disso, o comportamento e as atitudes do

---

[34] Além do FN, outros partidos típicos da nova extrema direita com características de frentes radicais de direita estão na Alemanha, Bélgica, Holanda e Suíça. Uma análise sobre o desempenho eleitoral destes partidos nos anos 80 encontra-se em Ignazi (1992).

público caracterizada pelo crescente crise de confiança nas instituições, partidos e sistema partidário, e a falta de uma resposta por parte do sistema democrático para os problemas da imigração e da segurança favoreceram o desenvolvimento dos novos partidos de extrema direita.

O sucesso eleitoral dos partidos de extrema direita é muito maior do que os analistas políticos poderiam antecipar, apesar do seu percentual de votos ser pequeno. Mas existência desses partidos e a conseqüente polarização e fragmentação do espectro político têm influenciado o comportamento dos grandes partidos e a agenda política convencional, o que fomenta a sua própria legitimidade. Sobre isto, Jackman & Volpert (1996), em trabalho que examinam as condições sistemáticas que influenciaram o sucesso eleitoral dos partidos de extrema direita na Europa, sugerem que os fatores que favorecem a existência desses partidos podem ser modificados por políticas para o combate ao desemprego (um fator altamente correlacionado com o crescimento do voto nestes partidos) ou ajustes no sistema eleitoral (redução da fragmentação partidária).

Os partidos da nova extrema direita parecem exercer grande atração junto aos grupos mais marginalizados da sociedade contemporânea: jovens, trabalhadores sem qualificação ou semi-qualificados com baixos salários, idosos pensionistas, pequenos agricultores, em geral grupos temerosos com as conseqüências da decadência econômica e social, susceptíveis ao argumento emocional desses partidos e motivados pelo sentimento protesto. Mayer & Perrineau (1992), analisando dados secundários de um survey eleitoral, concluíram que, em 1988, os eleitores que votaram para presidente da França no candidato da FN, Jean-Marie Le Pen, quando o partido obteve seu melhor desempenho eleitoral da história (14,4% dos votos no primeiro turno) tiveram esta motivação. Esses eleitores expressavam pouca confiança no processo político e nas principais instituições. Segundo estes autores, não se tratava de um voto a favor da Frente Nacional, do seu

líder o da extrema direita, mas sim um voto "contra": contra os imigrantes, a classe política e os partidos governantes.

Os partidos da extrema direita absorveram muitos dos princípios ideológicos da nova direita. Muitos dos membros do GRECE, centro de estudos da nova direita francesa, passaram para a Frente Nacional. O argumento sobre o direito a diferença permitiu a Le Pen falar sobre o "racismo antifrancês", a sua justificativa para defender a preservação da cultura e de seus privilégios autóctones frente aos imigrantes[35].

– Conclusão do capítulo 2

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades neste campo, deste capítulo apresentamos seis vertentes às quais rótulo "nova direita" tem sido empregado: a nova direita francesa, a nova direita norte-americana, a nova direita cristã, a extrema direita, a neoliberalismo e o neoconservadorismo. Apesar de compartilharem vários pontos em comum, as teses e orientações de cada uma delas são muito específicas em alguns aspectos e às vezes opostas. Mesmo sendo possível estabelecer toda uma gama de contrastes entre elas, elegemos cinco dimensões para compará-las: (1) o tipo de corrente da nova direita; (2) a sua problemática; (3) o principal argumento; (4) os valores sociais gerais; e (5) os aspectos específicos. Para efeito de comparação, a nova direita cristã será incorporada à nova direta norte-americana, porque a primeira pode ser considerada uma corrente específica

[35] Sobre isto, em 1996, a comissão de imigração do Parlamento francês aprovou um projeto que endurece a lei de imigração (lei Pasqua). Pesquisas divulgadas no "Le Monde" mostram que as opiniões sobre o controle da imigração sustentadas pela Frente Nacional têm progressivamente ganhado mais apoio junto ao eleitorado do país. (Folha de São Paulo, 07/04/96).

dentro do movimento geral da nova direita naquele país (ver quadro no final do capítulo).

Em relação ao tipo de corrente da nova direita, podemos delinear dois grupos: de um lado estão a nova direita francesa, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, originalmente desenvolvidas dentro de centros acadêmicos universitários e de produção de pensamento (os chamados *think-tanks*). Estas correntes apresentam um arcabouço teórico elaborado para justificar seus argumentos, com o qual pretendem influenciar no debate acadêmico, na orientação das políticas públicas, nos programas partidários e na formação da opinião pública.

De outro lado, há o grupo formado pela nova direita norte-americana e a extrema-direita européia que, muitas vezes valendo-se do suporte teórico fornecido pelas correntes acadêmicas, são conhecidos principalmente pela participação no campo político eleitoral, seja através das organizações de pressão parlamentar, ou no interior de partidos de direita estabelecido, como a atuação da nova direita norte-americana no interior do Partido Republicano, ou se constituem como partidos políticos, como as chamadas frentes da extrema direita européia.

Isso não quer dizer que o primeiro grupo não tenha participação em governos e em partidos ou que o segundo grupo não apresente um arcabouço teórico para justificar suas posições. Esta é apenas uma proposta de organização baseada em uma característica primária das vertentes. Os programas dos partidos conservadores e os governos de direita contam com a colaboração direta de intelectuais neoliberais e neoconservadores como é testemunho os governos Thatcher e Reagan que inauguram *revival* da direita. A Frente Nacional, partido da extrema direita francesa, incorporou aos seus quadros intelectuais oriundos dos círculos de debates da nova direita. As organizações centrais da nova direita norte-americana estão ligadas a grandes casas editoriais e aos centros de produção de

pensamento, a partir de onde sua ideologia é difundida e recebe apoio através de campanhas públicas.

Há uma problemática geral que une as vertentes da nova direita: a crítica aos modelo igualitário erigido no segundo pós-guerra nas democracias liberais. De uma forma geral, as correntes da nova direita querem repensar e propor novos parâmetros para as sociedades capitalistas avançadas frente à crise dos estados sociais a partir dos anos 70. Esta questão geral que as unifica é traduzida em problemas específicos e argumentos próprios a cada uma delas.

A nova direita francesa discute a identidade cultural européia que encontra-se ameaçada pela posição hegemonia alcançada pela ideologia do igualitarismo no segundo pós guerra. As suas posições ideológicas são sintetizadas na tese do "direito à diferença", através da qual a defesa da diversidade cultural em contraposição ao igualitarismo é justificada. A nova direita propõe uma batalha cultural em campos teóricos dominados pela esquerda, apropriando-se dos argumentos esquerdistas sobre o igualitarismo, o racismo e o totalitarismo para redefini-los em conformidade com seus valores. Dessa forma, defendem que o não reconhecimento da diversidade em nome de uma convenção igualitária é o verdadeiro racismo e o caminho para o totalitarismo. O argumento aproxima-se de um fundamentalismo em que todas as posições são justificadas dentro da lógica da diferença.

Pierucci (1990) mostra como o tema do "direita à diferença" se tornou particularmente interessante nos dias atuais com a apropriação deste conceito também pela "nova esquerda". O novos movimentos sociais à esquerda vem argumentando pelo respeito às diferenças para defender as singularidades culturais, o pluralismo cultural, as causas das minorias étnicas, raciais, de gênero, nacionalidades, tradições culturais, etc. Ocorre que para a esquerda esta apropriação torna-se uma armadilha, porque o tema da diferença (ou

iniigualitarismo) sempre foi definido no campo semântico da direita em oposição ao igualitarismo à esquerda. Isto abre mais um campo para retorção e manipulação de argumentos como faz a nova direita.

A extrema direita apropria-se do argumento central da nova direita, o direito à diferença, e o associa aos problemas reais do desemprego, a insegurança e a violência, para fazer uma defesa xenófoba da identidade européia. A questão da imigração constitui-se no *issue* por excelência da extrema direita. Em geral, estes temas encontram eco justamente nas camadas sociais marginalizadas das sociedades contemporâneas, descrentes das instituições democráticas e que apoiam as propostas da extrema direita motivadas pelo sentimento de protesto.

O neoliberalismo critica qualquer forma de intervenção estatal na economia, argumentando que ela destrui a liberdade dos cidadãos, a vitalidade da concorrência, compromete o crescimento econômico e, em última instância, ameaça a sobrevivência da democracia ao impor uma caminho planificado pelo Estado. Apregoam uma disciplina orçamentária rígida por parte do Estado, com o corte nos gastos sociais.

Os autores neoconservadores estão preocupados com a crise de governabilidade nas democracias ocidentais em conseqüência do excesso de demandas sobre o Estado através dos programas de assistência social. O eixo central das reflexão destes autores gira em torno das relações conflituosas entre democracia e cultura. De acordo com o argumento neoconservador o sistema democrático é em grande parte responsável pela sobrecarga estatal na medida em que permite uma certa "inflação" de expectativas e direitos. À incapacidade do Estado de atender eficazmente todas as demandas segue-se a desconfiança dos cidadãos para com o Estado e a crise de autoridade. Porém, o neoconservadorismo não é tão hostis ao Estado como o neoliberalismo e é a favor de sua intervenção limitada na economia, mas com uma função basicamente reguladora. Os autores

neoconservadores refletem sobre a despersonalização das sociedades de massas e consideram que a recuperação dos valores sociais tradicionais que dão sentido às instituições – a família, a religião, a autoridade e a nação – é a chave para que o Estado fique a salvo da crise geral do capitalismo.

A nova direita norte-americana preocupa-se com a emergência de novos sujeitos sociais – feministas, minorias raciais, libertários, jovens, homossexuais – no bojo das políticas liberais igualitárias dos anos 60, que ameaçam os valores do conservadorismo, do puritanismo e do liberalismo econômico. Em conformidade com os interesses pequeno-burgueses da sociedade norte-americana, propõe uma fusão de valores sociais tradicionais com os valores do capitalismo competitivo. A preocupação central do movimento é barrar a mobilidade social de novos sujeitos sociais, de forma a preservar os privilégios econômicos e sociais da classe média, branca, norte-americana.

O neoconservadorismo e a nova direita norte-americana têm uma trajetória paralela nos Estados Unidos. Ambos são produto direto da crise dos anos 60 e 70 e conjuntamente influenciaram na plataforma política do governo Ronald Reagan. Porém, enquanto que a resposta do neoconservadorismo para a crise foi pensada a partir de uma ótica global da sociedade, a resposta da nova direita norte-americana foi pensada do ponto de vista dos interesses da classe média. A nova direita reflete as preocupações com a perda dos privilégios desta classe. Daí o seu caráter radical, reacionário, limitado e muitas vezes conspirativo. No entanto, apesar da grande visibilidade alcançada pela nova direita através do uso estratégico que fazem dos meios de comunicação de massa, o movimento permanece circunscrito a setores específicos da sociedade norte-americana e não disputa hegemonia ideológica como o liberalismo como o faz o neoconservadorismo.

Entre os valores sociais gerais, o antiigualitarismo e o individualismo aparecem em todas as vertentes da nova direita. Há uma convergência na defesa da

desigualdade como um valor positivo em contraposição às doutrinas igualitárias e uma ênfase nas virtudes do individualismo. Ora, se olharmos pelo esquema proposto por Bobbio não há sentido no adjetivo "nova" pois de acordo com o seu critério a direita é definida como menos igualitária, em contraposição à esquerda, mais igualitária. Mas o que justifica a caracterização das "novas direitas" é a revitalização do discurso antiigualitário pela incorporação de novos argumentos à retórica da direita.

A nova direita francesa demarca fronteiras à esquerda e também à direita para sustentar seu discurso fundamentalista pelo direito à diferença, ou pela desigualdade. Dessa forma, sem se importar com a tradicional distinção direita-esquerda, combate todas as doutrinas igualitárias – o socialismo, o cristianismo e a democracia –, bem como os valores sociais homogeneizadores que eliminam a diversidade das culturas e as tradições – o americanismo, o capitalismo e o ocidentalismo. O individualismo é argumentado como a defesa das causas das pessoas, em vez do cidadão – uma unidade indefensável pela lógica da nova direita. A partir do discurso pelo direito à diferença a nova direita francesa elabora as bases de um novo racismo cultural, interpretado pelos seus autores como sendo o verdadeiro anti-racismo. O racismo cultural tenta definir o racismo não em termos hierárquicos (biológicos) mas em termos de distâncias culturais. Porém, resulta em uma ideologia equivalente ao racismo biológico pois subentende a noção de enraizamento: ou seja, cada cultura em seu lugar em termos de espaço físico.

Os argumentos antiigualitários da extrema-direita eqüivalem aos da nova direita francesa quando eles servem para a sustentação de atitudes xenófobas em relação ao imigrantes. A questão do direito à diferença justifica a incomparatibilidade, a incomunicabilidade e a incomensurabilidade entre culturas diferentes. Este é o terreno do neo-racismo, apresentado como a defesa de identidades culturais. Em outros aspectos, a extrema direita aproxima-se mais do

neoconservadorismo na crítica ao estado do bem-estar social e na defesa das tradições, do nacionalismo, da lei e da ordem capitalista. Porém trata-se de uma versão radical do neoconservadorismo. Os partidos da extrema direita, mesmo não se opondo abertamente ao sistema democrático, contribuem para minar a sua legitimidade ao atacar as instituições democráticas: os partidos político e o sistema partidário, os procedimentos parlamentares e as regras do jogo eleitoral.

O neoliberalismo se opõe às políticas igualitárias promovidas pelos estados de bem-estar social, devido aos custos envolvidos na sua manutenção. Advoga pela redução da competência do estado ao mínimo com cortes no sistema de bem-estar, pela revitalização dos princípios liberais do mercado livre e do empresariado individual, privatizações do setor público e desregulamentações da economia em geral.

O neoconservadorismo aceita o diagnóstico e o prognóstico neoliberal em relação aos estados de bem-estar e incorpora os valores do conservadorismo social ao seu prognóstico. A autoridade, o patriotismo, a função da família e os valores da moral tradicional são reenfatizados e redefinidos como parte de um esquema que pretende recuperar a legitimidade governamental ameaçada pela sobrecarga estatal, através da preservação das instituições fora da esfera da política e da economia. A defesa da desigualdade é argumentada como um estímulo necessário à competitividade no mundo capitalista.

A nova direita norte-americana incorpora os argumentos neoliberais e neoconservadores: o antiigualitarismo, o individualismo, a liberalismo econômico extremo, o antiestatismo e o conservadorismo social. Porém, os valores são enfatizados do ponto de vista da moral puritana de setores circunscritos da sociedade.

Finalmente, alguns aspectos específicos são dignos de nota em cada uma das vertentes. O que faz a nova direita francesa particularmente marcante é que ela não propõe meramente uma reversão de posições quando se apropria dos argumentos da esquerda para redefinir conceitos com o racismo e o totalitarismo. O movimento defende o fim da tradicional contraposição da esquerda e da direita em favor de um novo paradigma político centrado na defesa da especificidade da civilização, européia no caso. A nova direita francesa coloca-se como uma "terceira via", o que significa demarcar fronteiras à direita e à esquerda, ir além da contradição entre liberalismo e socialismo, fascismo e comunismo, totalitarismo e democracia e uma defesa bizarra de uma aliança entre a Europa e o Terceiro Mundo contra os blocos americano e soviético. Um traço único dentre os correntes da nova direita é o rompimento com a tradição Católica – a matriz do conservadorismo de direita na França e na Europa – e a defesa do Paganismo em busca das raízes européias.

A extrema direita européia é formada por partidos políticos perfeitamente organizados e também por grupos marginais que atuam de forma espontânea por iniciativa e motivações próprias ou por apoiarem os partidos. A formação de partidos é um traço único da extrema direita que não se abriga sob a legenda de outros partidos, como a nova direita norte-americana dentro do Partido Republicano. Os típicos partidos da nova extrema direita recusam qualquer ligação com os partidos conservadores tradicionais e com o fascismo. Mas este é um fator de fragilidade da corrente, pois a plausibilidade dos partidos de extrema direita parece estar relacionada a existência de fatores que estimulem o seu apoio eleitoral. Estudos mostram que as altas taxas de desemprego estimulam o atual extremismo de direita. A propaganda xenófoba acusa os imigrantes de roubarem os postos de trabalho dos autóctones. Isso sugere que o apoio a estes partidos pode se enfraquecer com a adoção de políticas públicas que minimizem o problema do desemprego(Jackman & Volpert, 1996).

O neoliberalismo é a corrente com trajetória mais antiga, tendo surgido logo após a Segunda Guerra. Mas somente no início dos anos 70 as vozes relativamente isoladas dos intelectuais neoliberais romperam o consenso keynesiano do pós-guerra. Os problemas dos governos em diversos países ocidentais nos anos 70 deram a plausibilidade que as idéias neoliberais não demostraram anteriormente e a crise econômica deu o impulso que elas necessitavam para ganhar terreno. O argumento neoliberal contra os estados de bem-estar é o ponto de partida para a análise da falência dos governos das democracias ocidentais e foi absorvido e reinterpretado pelas outras correntes da nova direita. Apesar de ser a corrente mais antiga, o neoliberalismo é considerado como a força mais radical das políticas conservadoras e a que melhor descreve a nova direita. As suas propostas, em sintonia com as condições prevalecentes nas sociedades capitalistas avançadas, "modernizam" a velha direita e são as que mais afetam a ordem social, pois o mercado vem substituir a ordem tradicional e a liberdade individual (em vez da responsabilidade ou da obrigação) torna-se a virtude básica (Gray,1993; Giddens,1994).

O neoconservadorismo norte-americano é peculiar pelo fato de que a maior parte dos intelectuais passaram de uma posição liberal de esquerda à crítica conservadora da sociedade norte-americana. Na Alemanha, os autores neoconservadores têm o passado associado ao nazismo e "recuperaram" sua reputação com os escritos neoconservadores após a Segunda Guerra. No entanto, não houve uma simples deserção em relação ao passado nestas duas escolas. Há uma continuidade entre os escritos anteriores e a fase neoconservadora dos autores norte-americanos e alemães (Habermas,1987). O neoconservadorismo é o resultado do desapontamento deste grupo de intelectuais com o desenvolvimento econômico, político e intelectual dos países capitalistas ocidentais, que não estaria de acordo com suas concepções primárias sobre estas sociedades. Os autores neoconservadores reconhecem que muito foi esperado do governo no período do

pós-guerra, ou de fato, desde o New Deal, ou mesmo antes. Assim, eles buscam transformar os parâmetros ideológicos das sociedades capitalistas avançadas para que elas possam adaptar-se à nova estratégia social e política frente a crise das democracias ocidentais.

Nos Estados Unidos, o neoconservadorismo é um movimento paralelo à nova esquerda, com sua agenda de temas pós-materialistas, que retirou a questão econômica do centro do debate político. O neoconservadorismo é uma resposta pós-materialista conservadora que se opõe ao objetivos igualitários e liberalizantes da nova esquerda com a defesa dos valores tradicionais. Sobre isso, os autores neoconservadores elegem como alvo de críticas os porta-vozes da nova esquerda, "a nova classe" formada por intelectuais, burocratas e estudantes que, em sua maioria, têm carreiras ligadas ao setor público.

A nova direita americana se destaca pelo ecletismo de temas explorados sob a ótica do moralismo puritano da classe média e pela forma como se organizou na sociedade. Assim, grupos, a princípio isolados, formados para protestar contra as políticas liberais dos anos 60 e 70 evoluíram na década seguinte para grandes organizações conservadoras centrais responsáveis pela ação política e estratégica da nova direita. As organizações centrais respondem pela fusão dos temas sociais conservadores com o liberalismo econômico extremado que nos Estados Unidos significa, lembrando mais uma vez, estar no lado conservador do espectro político. Entre as ações estratégicas da nova direita destaca-se *lobby* legislativo, a atuação no interior do Partido Republicano, as campanhas eleitorais de apoio a candidatos afinados com a causa e também contra os candidatos "liberais" e o uso dos meios de comunicação de massa. Um outro aspecto interessante da nova direita norte-americana é a fusão da religião com a política através dos grupos fundamentalistas que formam a chamada nova direita cristã. Estes constituem-se em organizações bastante ruidosas que fazem uso intenso do lobby legislativo e sobretudo da

teleevangelização, a pregação através da mídia que garante uma grande visibilidade para a sua agenda de temas conservadores e a mobilização de milhares de adeptos. A nova direita cristã se notabiliza também pelo apoio aos interesses geopolíticos norte-americano, através da atuação de grupos religiosos fundamentalistas em países da América Central.

Em conjunto, as novas ideologias da direita desempenham um papel fundamental na transformação dos parâmetros ideológicos que prevalecem na sociedade capitalista avançada. Ao redefinir uma série de idéias fundamentais sobre a igualdade, a diferença, a liberdade, a cidadania e a democracia estas novas ideologias contribuem para justificar o abandono do objetivo de justiça social pelas democracias ocidentais. Respondem também pelo surgimento do conservadorismo liberal no terreno onde prevalecia a democracia liberal, pelo reposicionamento programático da velha direita e por uma onda de auto-reflexão e autocrítica dos partidos políticos da esquerda[36]. Sem dúvidas, o debate sobre os novos conteúdos da direita e as razões e significados da nova direita contribuem para ampliar espaço semântico do clássico esquema dicotômico esquerda-direita.

---

[36] Duas publicações dos anos 90 refletem a preocupação da esquerda em recuperar o espaço perdido pelo avanço da direita nos países capitalistas avançados: "Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental", organização Perry Anderson & Patrick Camiller, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 e "Reiventando a Esquerda", editado por David Miliband, São Paulo: UNESP, 1997.

Critérios	Nova direita francesa	Extrema direita	Neoliberalismo	Neoconservadorismo	Nova direita norte-americana e nova direita cristã
Tipo de corrente da nova direita	Movimento cultural de direita baseado em centros de estudos acadêmicos como o GRECE	Partidos políticos de extrema direita * grupos não organizados em partidos como os skinreds	Escola econômica monetarista e de economia de oferta baseada em universidades norte-americanas e think-tanks e políticas públicas	Uma doutrina política conservadora baseada em centros acadêmicos.	Grupos temáticos específicos e grandes organizações de pressão parlamentar (lobbies) erigidos com base nos setores 'médios' da sociedade
Problemática	Ameaça à identidade européia devido a disseminação da ideologia do igualitarismo	Ameaça à segurança e a empregabilidade devido a presença massiva de migrantes não autóctones	Ameaça ao crescimento econômico pela intervenção do estado na economia.	Crise de autoridade pela sobrecarga estatal; despersonalização das sociedades de massas nos países capitalistas avançados	Ameaça aos valores tradicionais – conservadorismo, puritanismo, liberalismo – com a emergência de novos sujeitos sociais
Principais argumentos	Fundamentalismo cultural: o "direito à diferença" como justificativa da defesa de identidades culturais (racismo cultural)	A extensão dos direitos de cidadania a não europeus responde pelo agravamento dos problemas de desemprego, insegurança e violência.	Demanda pela redução das funções do estado; crítica aos estados de bem-estar social apregoando o a indefinida expansão das forças do mercado	Demanda pela redução das funções do estado; resgate de símbolos e práticas tradicionais – autoridade, família, religião, nação – dentro da ordem burguesa / capitalista; resgate da autoridade do Estado	Fusão de valores sociais tradicionais com os valores do capitalismo competitivo
Valores sociais gerais	• Antiigualitarismo • Individualismo • Nacionalismo • Racismo • Anticapitalismo • Anti-socialismo • Anticristianismo • Antiamericanismo • Anti-sistema democrático	• Antiigualitarismo • Individualismo • Nacionalismo • Racismo • Xenofobia • Lei e ordem • Antiestatismo • Anti-sistema democrático	• Antiigualitarismo • Individualismo • Liberalismo econômico • Capitalismo competitivo • Antiestatismo	• Antiigualitarismo • Individualismo • Liberalismo econômico • Capitalismo competitivo • Antiestatismo(*) • Nacionalismo • Conservadorismo social – defesa de instituições tradicionais como o Estado, a família e a Igreja (*) Intervenção estatal limitada	• Antiigualitarismo • Individualismo • Liberalismo econômico • Capitalismo competitivo • Antiestatismo • Nacionalismo • Conservadorismo social – defesa de instituições tradicionais como a família e Igreja • Moralismo puritanismo • Racismo
Aspectos específicos	• Paganismo • Terceira via: negação da dicotomia esquerda-direita	Formação de partidos políticos	É a corrente mais antiga, surge no pós-guerra (década 40)	Resposta pós-materialista à agenda da nova esquerda: contra a "nova classe média" Nos EUA intelectuais provêm da velha esquerda e na Alemanha tem o passado associado ao nazismo.	• Mistura de política e religião: Nova direita cristã • Novas técnicas de comunicação de massa e direta – Teleevangelização

– Capítulo 3: a nova direita no Brasil

O propósito deste capítulo é o de traçar o percurso da nova direita no Brasil contemporâneo, focando e enfatizando o processo de reposicionamento programático e de revitalização da direita no País, um fenômeno que se iniciou em meados dos anos 80 e se acentuou ao longo dos anos 90.

O conservadorismo brasileiro, de uma forma geral, se distingue no cenário político nacional pela posição hegemônica alcançada desde a Independência, em 1822. Numa perspectiva histórica e comparativa, Mainwaring *et al.* (1999) mostram que os políticos conservadores têm participado de todos os governos nacionais, desde o império aos dias de hoje, com apenas um lapso compreendido entre 1963-1964, quando o então presidente João Goulart implementou reformas populistas que vieram a fomentar o golpe militar.

Repassando a história político-eleitoral do País, estes autores nos mostram que durante o Império os partidos políticos da época, o Liberal e o Conservador, eram organizações frágeis, fundadas sobre bases personalistas e que compartilhavam posições políticas muito similares. Na Velha República (1889–1930), o perfil dos partidos pouco mudou em relação ao período imperial. A ordem conservadora foi preservada através do controle patrimonialista e clientelista exercido pelos partidos republicanos estaduais. O fim da Velha República em 1930 foi selada por um golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder por quinze anos, parte desse tempo (após 1937) sob um regime autoritário sem partidos. Getúlio Vargas inaugurou um longo período no qual o Estado se tornou o agente central na promoção do desenvolvimento econômico, uma questão que se tornaria central no debate sobre a nova direita a partir nos anos 80.

A volta da democracia em 1945, apesar da expansão significativa do eleitorado, não alterou o domínio político dos partidos conservadores e de centro-direita. Porém, entre 1945 e 1962 os partidos conservadores experimentaram uma progressiva perda de votos[37]. Em seguida, houve um curto período em que a hegemonia da direita esteve ameaçada pelo inesperado governo de João Goulart, do PTB, entre 1963 e 1964, mas que foi logo finalizado pelo golpe de Estado que restabeleceu a coalizão governamental conservadora.

Durante o período autoritário o pólo conservador ficou organizado em um único partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e a oposição no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA, parceira da coalizão governamental-militar, foi vitoriosa nas eleições legislativas de 1966 e 1970, mas experimentou perdas significativas de votos nas eleições seguintes, em 1974 e 1978. Em 1982, apesar de novas regras eleitorais que dividiu a oposição, o MDB, em vários partidos[38] e substituiu a ARENA pelo Partido Democrático Social (PDS) o quadro descendente para a "situação" não se alterou com a sua derrota nas eleições legislativas e nos estados mais ricos da federação.

A eleição do primeiro presidente civil, por via indireta, em 1985, após vinte e um anos de regime militar, marcou uma nova reviravolta no pólo conservador. O PDS perdeu uma grande parte de seus políticos para o Partido da Frente Liberal (PFL). Este se aliou ao PMDB e elegeram Tancredo Neves, deste último, na disputa com Paulo Maluf, candidato do PDS. Porém, a inesperada morte de Tancredo Neves conduziu ao poder o seu vice, José Sarney do PFL e egresso do PDS, levando mais uma vez o conservadorismo ao principal posto executivo do país.

---

[37] Em 1945 os partidos conservadores contabilizaram 86,4% de votos e em 1962 59,4%. Fonte: Hippólito, Lúcia, *PSD: De Raposas e Reformistas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, citado por Mainwaring *et al.* (Ibid.).

[38] Em 1978, o MDB se transformou em PMDB e emergiram como novos o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Popular (PP) que se fundiu com o PMDB em 1982, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Ibid.).

A fragmentação da direita em vários partidos além do PDS e do PFL a partir de 1985[39], menos por diferenças programáticas e mais por interesses regionais e personalistas, não inviabilizou a comunhão dos interesses conservadores em momentos-chave da Nova República. Com destaque para a Constituinte, em 1987, quando blocos ideológicos à esquerda e à direita se formaram em torno de questões centrais nas áreas econômica, política e social da nova Carta, e as forças de direita votaram em conjunto na maior parte dos temas. A aliança do interesses conservadores também se fez presente nas três eleições presidenciais com voto direito na Nova República. Os candidatos vencedores, Fernando Collor, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e reeleito em 1998, promoveram a agenda econômica conservadora e contaram com o apoio do bloco de partidos conservadores no Congresso Nacional. Apesar de Fernando Henrique pertencer ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), a aliança deste com o PFL puxou o PSDB de uma posição de centro-esquerda, para a atual posição centro-direita.

Em função do quadro exposto, não resta dívida de que a ordem política conservadora, elitista, oligárquica, tradicional ou renovada é a marca que prevalece desde o Império aos dias de hoje, independentemente da estrutura partidária vigente no cenário político do país.

A Nova República, inaugurada em 1985, é o marco temporal para a definição da nova direita no Brasil. O tema se insere no debate sobre as novas clivagens político-eleitorais no País. Até meados dos anos 80, a distinção básica entre direita e esquerda no Brasil centrava-se no eixo democracia em oposição ao autoritarismo ou entre os defensores da redemocratização e os herdeiros do regime

[39] Desde 1985, já se formaram quase vinte novos partidos conservadores com algum resultado eleitoral minimamente significativo. Atualmente, o pólo conservador é composto por dois grandes partidos, o PFL (Partido da Frente Liberal) e o PPB (resultado da fusão do PPR, Partido Progressista Reformador, sucessor da ARENA/PDS, com vários pequenos partidos conservadores), um partido médio, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e muitos pequenos partidos, entre eles o PL (Partido Liberal), o mais ideológico partido neoliberal, e o PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), o mais extremista dos partidos de direita (Ibid.)

militar. Após 1985, na medida em que a direita aderiu às instituições democráticas, o tema da redemocratização perdeu paulatinamente a capacidade explicativa da polarização direita e esquerda e entraram em foco os temas econômicos, como resposta à crise que se acentuou a partir da mudança de regime[40].

De uma maneira geral, os políticos brasileiros não se assumem ideologicamente frente a opinião pública e o rótulo "direita", principalmente, não costuma ser bem aceito. Isto pôde ser comprovado durante o Congresso Constituinte, em 1987, quando uma pesquisa com os deputados não encontrou nenhum que se auto-classificasse como de "direita radical"[41]. A maioria se auto-definiu como de "esquerda moderada ou centro-esquerda" (52%) e "centro" (37%). A posição "direita moderada ou centro-direita" foi assumida por apenas 6% dos deputados. Porém, numa Casa tão "centro-esquerdista" o sistema econômico preferido pela maioria relativa foi o "liberalismo", com 40% de freqüência modal, denunciando a tendência dos políticos em dissimular a questão ideológica ou resistir se assumirem como de direita.

Na década de 90, uma série de três pesquisas realizadas em 1990, 1993 e 1997 encontrou a mesma resistência dos políticos dos partidos conservadores em se auto-idenficarem como de direita[42]. Porém, a novidade interessante nestes estudos mais recentes foi a informação sobre como os parlamentares classificavam o seu próprio partido. Os políticos conservadores sempre classificavam o seu próprio partido à direita em relação à sua auto-classificação. Além disso, nas três rodadas da pesquisa, houve um ligeiro incremento em direção à direita na auto-classificação e na classificação do próprio partido. Tomando, como exemplo, os parlamentares

---

[40] A este respeito, Lima (1995) destacou a mudança no conteúdo das campanhas políticas na cidade de São Paulo entre 1982 e 1992. O autor também observou, baseado em bibliografia internacional, que a ênfase na dimensão econômica do voto tem sido um fenômeno mundial e ocorreu nos países que passaram por grave crise econômica após abertura política.

[41] Pesquisa "Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados". Martins (1997).

[42] Pesquisa no Congresso Nacional realizada por Timothy J. Powers, citada por Mainwaring *et al.* (Ibid.).

do PFL, numa escala de 1 (máximo à esquerda) a 10 (máximo à direita), as médias para a auto-classificação e a classificação do próprio partido, respectivamente, foram: 5,27 e 6,05, em 1990; 5,43 e 6,12, em 1993; e 6,03 e 6,92, em 1997. Mainwaring *et al.* (Ibid.) sugerem que esta disposição dos políticos em se localizarem mais precisamente no espectro ideológico esquerda-direita pode ser um indicador de que o sentido negativo que o rótulo "direita" tinha nos anos 80, quando era associado ao regime militar, tenha gradualmente conquistado uma conotação mais respeitável com a vinculação ao neoliberalismo econômico nos anos 90.

Em geral, os autores brasileiros se referem à nova direita como sinônimo de neoliberalismo, ou seja, como as ações de políticas públicas ou como o conteúdo programático de partidos políticos que adotam a receituário neoliberal. (Souza,1992; Mainwaring *et al., op cit.*). Porém, nas análises sobre a questão brasileira é recorrente a ênfase no caráter matizado da versão brasileira do neoliberalismo em que o liberalismo do *laissez-faire* coincide com o conservadorismo no campo social.

Isso aponta para outras vertentes de análises sobre a nova face da direita no Brasil. Não se pode falar em correntes absolutamente distintas, uma vez que os enfoques sempre convergem em algum ponto. Porém, há traços peculiares relevantes, dignos de serem revistos.

Uma vertente reduz o foco na questão econômica-administrativa e enfatiza a discussão sobre a natureza da sociedade democrática como um todo, incluindo práticas sociais e culturais que ordenam as relações sociais no seu conjunto. A discussão tangencia o escopo teórico do neoconservadorismo, em relação à defesa de valores culturais tradicionais (a família e a autoridade), da nova direita norte-americana em geral, com suas bandeiras moralista, antiaborto, antipornografia, e da extrema direita, em relação às formas de lidar com a insegurança e o

antiigualitarismo (sobretudo a questão dos direitos humanos). Este recorte conduz à linha de pesquisa iniciada por Antônio Flávio Pierucci sobre a nova direita no município de São Paulo, a partir das trajetórias de Jânio Quadros, nas eleições municipais de 1985, e de Paulo Maluf, no ano seguinte, nas eleições estaduais[43]. As campanhas destes candidatos tinham como eixo central as questões de moralidade privada, a criminalidade e a pornografia sob um enfoque antiigualitário e autoritário. Estes estudos se tornaram um importante referencial para a compreensão do perfil das bases sociais do voto conservador em candidatos que fazem de temas como "lei e ordem", "violência criminal", "segurança", "moralidade privada", persistente sobretudo nas classes médias baixas urbanas.[44]

Nos estudos sobre a nova direita no município de São Paulo o "caso Paulo Maluf" merece uma análise em separado, visto que a sua trajetória é paradigmática das faces da direita contemporânea no Brasil. No passado ele pertenceu à ARENA, tendo sido prefeito nomeado da capital paulista e candidato a presidente da república pelo PDS na eleição indireta que elegeu Tancredo Neves, do PMDB. Apesar de egresso da base de apoio do regime militar, ele galgou o posto de um dos políticos de maior prestígio na capital paulista, tendo vencido ali todas as eleições que disputou a partir de 1990. Corroborou para isso, a "mudança" no seu perfil, produzida através de grandes investimentos em marketing. O apelo à violência, a moralidade e a ameaça do comunismo de sua campanha na primeira eleição direta que disputou para o governo do Estado, em 1986, foi substituído pela temática da competência administrativa, da eficiência, da laboriosidade, nas eleições seguintes.

---

[43] Sobre a nova direita no município de São Paulo ver: Pierucci (1987, 1989); Pierucci & Lima (1991 e 1993)

[44] Esta abordagem também contribui para quem pretende estudar o fenômeno Enéas, criador do partido mais radical de direita, o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), que chegou ao surpreendente posto de terceiro mais votado na eleição presidencial de 1994, com 7,4%, à frente de políticos muito mais conhecidos, com uma campanha personalista pela "lei e ordem". Segundo pesquisa Datafolha, pós-eleitoral (junho/1995), o eleitorado de Enéas em 1994 poderia ser classificado como de classe média baixa, composto principalmente por homens (62%), com idade entre 18 a 44 anos (77%), escolaridade entre primário completo a 2° grau completo (73%), renda familiar entre 2 a 10 salários mínimos (57%). (Fonte: Banco de Dados CESOP / UNICAMP)

Além disso, a viabilidade eleitoral da esquerda na capital paulista, concretizada com a vitória do PT nas eleições municipais de 1988, parece ter contribuído para fomentar uma postura estratégica de adesão ao "neomalufismo", sobretudo por setores da elite, como forma de banir a esquerda do executivo (Pierucci,1989; Pierucci & Lima, 1991 e 1993).

O fenômeno recente no país da conexão entre religião (evangélica) e política sugere um outro caminho a ser trilhado para a análise da nova direita no Brasil. Este fenômeno, se não apresenta nenhum vínculo formal, guarda muitos traços similares com a nova direita cristã estadunidense (*New Christian Right*). Aqui a referência é a politização de grupos religiosos evangélicos e a eleição de representantes destas igrejas para o parlamento, como porta-vozes de uma agenda de temas conservantistas, moralistas e tradicionalistas. Assim como nos Estados Unidos a facção religiosa ajuda a fortalecer as posições antiigualitárias da nova direita norte-americana em geral, pode-se dizer o mesmo em relação ao bloco de políticos evangélicos. Na Constituinte, em 1987, além da defesa dos temas religiosos de cunho moralista, eles ajudaram a fortalecer as posições conservadoras na esfera sócio-econômica (Pierucci, 1996).

A União Brasileira Ruralista (UDR) é também uma manifestação da nova direita no País, mais propriamente uma versão da extrema direita. Formada com o objetivo de barrar os excessos "esquerdistas" no capítulo da reforma agrária da nova Constituição, ainda hoje é atuante no interior do país e está associada a práticas que ameaçam as instituições democráticas, como formação de milícias privadas e a assassinatos de lideranças entre trabalhadores rurais. Quando fundado, o movimento pretendia crescer separado das tradicionais associações de proprietários rurais e o seu líder nacional, Ronaldo Caiado, é exemplo típico do perfil da nova direita: ele é um jovem empresário rural (coorte geracional), formado em medicina, e vem de família tradicionalmente engajada na política.

(Souza, 1992). Apesar do enfoque da UDR ser diferente da versão urbanas da extrema direita, é similarmente radical e antiigualitária. Mas por se tratar de uma questão rural, deixamos de fora do escopo deste trabalho.

Um exercício que nos propomos aqui é o de algumas vertentes da nova direita no Brasil, enfatizando a corrente neoliberal, a nova direita no município de São Paulo (o "caso Paulo Maluf") e a nova direita religiosa (evangélica).

– A corrente neoliberal

O neoliberalismo é considerado a principal corrente (*mainstream*) da nova direita no Brasil, porque a opção pró-mercado e a oposição ao estatismo unificam o bloco conservador – os partidos conservadores e as elites econômicas conservadoras – e o distingue em relação à esquerda, o centro e também a velha direita.

A emergência da nova direita no Brasil, a partir de meados dos anos 80, acompanhou a onda de sucesso da ideologia neoliberal verificado em todo mundo. Mas isso não se deu por um mero modismo. Como mostra Maria do Carmo Campello de Souza (1992) em um estudo sobre a nova direita no Brasil, a demanda pela desestatização, pela abertura ao capital estrangeiro e a redução da máquina estatal já vinha sendo introduzida no pais desde a metade dos anos 70 por setores empresariais dos estados mais desenvolvidos da Federação insatisfeitos com o tamanho e a ineficiência da estrutura institucional constituída durante o Governo Vargas (30-45)[45]. Porém, as condições ideais para a emergência da ideologia

[45] A imprensa escrita desempenhou importante papel *ad hoc* na campanha antiestatal da década de 70, abrindo espaço para debates sobre o tema, apesar das restrições impostas pela censura militar que levavam as discussões a um

neoliberal foram dadas pela dilapidação do Estado brasileiro iniciada durante a ditadura militar e intensificada nos mandatos civis seguintes dos presidentes José Sarney e Fernando Collor.

Não cabe aqui fazer uma discussão sobre os problemas do estatismo e a reforma do Estado no Brasil, uma abordagem que foge ao escopo do trabalho. Importa destacar que a incorporação do discurso antiestatal e dinâmica deste processo foram fundamentais para a consolidação de um novo eixo ideológico na cena política nacional, composto pelos vértices "estatismo" e "antiestatismo" ou "neoliberalismo". Este novo recorte reconfigurou o espectro político, convergindo elementos oriundos das direita e esquerda tradicionais e propiciou o clima ideal para a introdução da ideologia neoliberal no país.

A guinada de um discurso centralizado no estado para o discurso antiestado foi a mudança mais fundamental da direita nos anos 90. A ruptura com o paradigma estatal se deu ao longo da Nova República, mas isso só veio a explicitar uma insatisfação que já vinha crescendo há décadas com o modelo coorporativista e clientelista, considerado então um paradigma muito divergente para a nova ordem sócio-econômica do país. A diversificação dos setores representativos da sociedade resultado de profundas mudanças estruturais vividas pelo país nos últimos 30 anos, como os novos partidos políticos e as associações de trabalhadores e empresários desatreladas do esquema estatal[46], colocava em xeque a forma clientelista tradicional de resolver os conflitos sociais. A redemocratização permitiu a explicitação destes conflitos que confrontavam os velhos paradigmas e as demandas dos novos segmentos sociais. Ao adotar o neoliberalismo como programa

---

patamar mais teórico ou baseadas em exemplos externos ao país (Nylen, 1992; Fonseca, 1997).

[46] Entre as novas associações de trabalhadores e empresários desatreladas do Estado destacam-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, entre os trabalhadores, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o SEBRAE entre os empresários. Estas associações inauguraram novos estratégias políticas que se confrontaram com o modelo coorporativista vigente. Mesmo a União Brasileira Ruralista (UDR) se destaca como um novo grupo que emergiu no meio empresarial rural.

econômico, a elite política conservadora, que no passado encontrava-se entre os maiores beneficiários do modelo estatal vigente, passou a reivindicar para si a bandeira da modernidade e a acusar a esquerda de retrógrada (Ibid.).

A consolidação de uma corrente antiestatal por parte de alguns setores da elite foi sendo favorecida ao longo da Nova República devido à uma sucessão de eventos que tornaram pública a crise interna do Estado. Souza aponta três fatores que foram decisivos para a organização de uma corrente neoliberal junto às elites e também para a sua consolidação no centro dos debates políticos: o fracasso do Plano Cruzado (1986); a Assembléia Constituinte (1987-1988); e a reação política ao pacote fiscal do ministro Bresser (1987).

A história do apogeu e do fracasso do Plano Cruzado são dos fatos mais marcantes da recente história política brasileira[47]. A enorme frustração que sua falência provocou foi decisiva para a cristalização de uma tendência antiestatal na sociedade, na medida em que as razões para o fracasso do Plano foram associadas a problemas da esfera estatal. Através da imprensa, de líderes políticos e de economistas a opinião pública tomou conhecimento da grave situação de corrupção durante o governo José Sarney, dos problemas de manutenção de empresas estatais inviáveis através de subsídios e dos gastos excessivos com o aparato estatal, apresentados publicamente como sendo as causas para a falência do plano de estabilização econômica[48].

---

[47] Pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, no município de São Paulo, mostram que a avaliação positiva do Plano Cruzado alcançou um patamar de 80% de aprovação no primeiro mês (março de 1986) e caiu para 13% após 10 meses de Plano. Este foi o mais popular dos planos econômicos e o que mais mobilizou a população em torno do seu eixo central (o congelamento dos preços) . Ver dados completos em "Tendências", Revista Opinião Pública, vol. II nº 1, CESOP / UNICAMP, junho, 1994. Sobre o início da Nova República ver Souza (1989).

[48] Anderson (1995) ilustrou com esta fala o efeito didático do fracasso do Plano Cruzado: "*Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. 'Esperamos que os diques se rompam', ele disse, 'precisamos de uma hiperinflação aqui,*

Em relação à Constituição, apesar de mantido o formato estatal em seu escopo, é significativo que o resultado dos trabalhos denunciaram a erosão do consenso político entre as elites sobre o legado vargista. A aprovação da emenda prevendo a Reforma Constitucional em 1993 foi um indicativo das incertezas que cercaram o processo, num momento em que as elites ainda se dividiam entre suas ligações com o passado e a ausência de um novo paradigma. Exemplar desta quebra de consenso foi a criação do grupo de pressão conhecido como "Centrão", que nasceu no interior do PMDB e do PFL, os dois maiores partidos dentro do Congresso. O Centrão teve como objetivo enfrentar os partidos de esquerda, na luta contra a ampliação de possibilidades de estatização da economia e contra o que consideravam uma subversão da ordem, como a reforma agrária, por exemplo. (Dreifuss,1989). A constituinte foi uma momento oportuno para que a direita publicizasse a sua crítica ao estatismo, manifestando suas ressalvas ao texto aprovado, considerado desfavorável à modernização da economia e aos investimentos estrangeiros, o que em parte contribuiu para a crescente aceitação da agenda neoliberal nos anos seguintes.

O pacote fiscal do ministro Bresser Pereira que visava equilibrar as finanças públicas e restringir a fuga de capitais provocou uma intensa insatisfação na comunidade empresarial, fortemente taxada pelas medidas, e nos credores externos, surpreendidos pela moratória e recusa do governo brasileiro em seguir os parâmetros ditados pelo Fundo Monetário Internacional. A oposição ao pacote tornou a comunidade empresarial e os credores estrangeiros aliados na demanda por ajustes na economia brasileira através do encolhimento do setor público. O ministro que sucedeu Bresser Pereira, Mailson da Nóbrega, mostrou-se sensível a essas demandas, adotando um argumento oficial bem afinado com os setores insatisfeitos

---

para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país'. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as conseqüências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano."(pp: 21).

com o seu antecessor. Dessa forma, Nóbrega procurou diminuir a intervenção nas relações de mercado e deu prioridade aos cortes nas despesas públicas, basicamente afetando os salários e as despesas dos estados e das empresas estatais.

Em suma, a sucessão de reviravoltas na política econômica foi crucial para a consolidação da agenda neoliberal no país. Nas palavras de Souza, "*A exposição pública da crise interna do estado pelas autoridades oficiais foi o fator catalisador decisivo para desencadear a mudança ideológica dentro da direita*" (Ibid.:105).

Mas a legitimação da nova direita junto a sociedade e a coalizão política em torno da agenda neoliberal foi favorecida, segundo a autora, por dois fatos pontuais: primeiro, a influência da mídia que levou ao público em geral uma visão de que o estatismo retrógrado seria o responsável pela falência do Estado, como no já citado episódio da falência do Plano Cruzado, e que a persistência deste modelo teria relação com a influência "esquerdista" de alguns intelectuais lotados no governo Sarney; e segundo, a vitória da esquerda em cidades importantes nas eleições municipais de 1988 que despertou na direita a percepção do perigoso crescimento da esquerda. Em 1988, o PT e o PDT saíram vitoriosos em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, as capitais mais populosas do Brasil, e também em Porto Alegre e várias cidades importantes do interior (por exemplo, Santos e Campinas, em São Paulo, Ipatinga, cidade operária siderúrgica, em Minas Gerais). As eleições municipais significaram um "alerta vermelho" para as classes dominantes, sobretudo nos centros urbanos onde os políticos tradicionais e os partidos que compunham o Centrão foram derrotados (voltaremos a esta questão a seguir). A associação feita entre a fracassada política supostamente esquerdista do governo Sarney e o crescimento desta força política contribuiu para convencer os direitistas da velha guarda em favor do argumento antiestatista.

Portanto, o processo de incorporação do novo discurso pela direita se iniciou como uma crítica dispersa, resultado de uma insatisfação crescente com a

estrutura institucional herdada do passado vargista que se mostrava inadequada para a nova ordem sócio-econômica do país. Mas rapidamente, devido à sucessão de eventos que expuseram publicamente a crise do Estado, o antiestatismo se tornou o mote de uma corrente política aglutinada em torno da bandeira neoliberal, que convergiu grupos insatisfeitos com os rumos da política econômica "esquerdista" do governo Sarney e conseguiu apelo popular através da ampla divulgação pela mídia da falência do Estado e a explicação "didática" sobre o estatismo como sinônimo de atraso econômico. Mas o que caracterizou os primeiros acordes da crítica ao modelo estatatal foi a falta de um projeto mais articulado sobre o tipo de Estado adequado à nova fase do País.

Na eleição presidencial de 1989, o discurso antiestatal apareceu mais claramente para a opinião pública, um vez que o debate sobre a função do Estado se tornou o tema principal das campanhas. A contribuição mais explícita para a divulgação da agenda neoliberal foi apresentada pela candidatura de Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal, que fez uma campanha dirigida para o empresariado, do grande ao micro, exaltando as virtudes da iniciativa privada para o crescimento do país. De grande impacto foi a marca do candidato eleito, Fernando Collor de Mello, "o caçador de marajás", que popularizou uma imagem negativa do Estado e, apesar de não assumiu as privatizações como promessa, sua campanha abriu caminho para as discussões sobre a desestatização. Como disse Rene Dreifuss (1989), em um estudo sobre a direita no Brasil, a candidatura Fernando Collor "*alimentava as expectativas de modernização, não por um programa de reforma social, mas pelo mero discurso da reorganização de costumes, ao simples toque de duas varinhas mágicas: a anticorrupção e o fim das mordomias*" (pp.291).

O cenário propício para a reideologização da direita estava dado. Nas palavras de Dreifuss: "*O moralismo, a luta contra a corrupção, a caça aos*

marajás, a modernização do país e a austeridade administrativa. Estes temas foram facilmente traduzidos em símbolos e slogans, podendo ser esticados a ponto de engrossar a retórica anti-socialismo. Escoravam-se na repetição de imagens e mensagens calcadas na renovação dos países do Leste europeu e nos violentos conflitos étnicos e políticos do mundo socialista. Anticomunismo e anticorrupção ainda teriam longa vida como bandeiras de luta, de grande ressonância social, permitindo aferir a viabilidade da reideologização pela direita" (Ibid., pp.266-267).

Na acirrada disputa no segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, a candidatura Collor saiu vitoriosa com a união dos partidos conservadores que haviam obtido 47,7% dos votos no primeiro turno e com o apoio das elites econômicas do setor privado, do capital financeiro, dos setores empresariais ligados à grande e média empresa, dos representantes da nova direita – os que clamam por menos Estado e mais mercado, incluindo-se aí os representantes do '*agro-bussiness*' moderno – contra o candidato esquerdista, Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

O governo Collor se tornou sinônimo de reformas neoliberais, com a promoção de privatizações e a redução da máquina estatal, apesar do seu mandato ter sido finalizado de forma conturbada após um processo de impeachment, em 1992, sob acusação de corrupção, justamente o problema que ele prometia atacar.

Os anos 90 marcam o triunfo neoliberal no país. As duas vitórias sucessivas em 1994 e 1998 da aliança entre o maior partidos da direita, o PFL, com o reformista PSDB, que elegeu e reelegeu Fernando Henrique Cardoso presidente da República, um típico representante da "modernidade" em oposição à esquerda definida por esta aliança como "retrógrada", elevou a clivagem estatismo / neoliberalismo ao posto mais importante no cenário político brasileiro. Com o atual predomínio do neoliberalismo neste debate, a direita vive uma situação de

legitimidade não experimentada em momentos anteriores da Nova República (Mainwaring *et al.*, *op cit.*).

Desde o início desta década, a adesão ao modelo econômico pró-mercado, em maior ou menor grau, vem mobilizando todo o espetro político partidário em direção à direita. Sobre isso, é ilustrativo voltarmos aos dados das pesquisas realizadas com membros do Congresso Nacional, comparadas por Mainwaring *et al.*(Ibid.). A primeira, de 1987 (ver nota 39), encontrou entre os deputados constituintes uma maioria relativa (40%) de adesão ao liberalismo econômico como o modelo econômico ideal para o país, sendo que as maiores porcentagens foram registradas no PL/PDC[49], PDS e PFL, com os índices de 80%, 78% e 62%, respectivamente. A outra pesquisa, de 1997 (ver nota 40), realizada no Congresso Nacional, alcançou a maioria absoluta (56%) para a mesma questão, sendo que a adesão ao liberalismo econômico entre os parlamentares do PPB (ex PDS) foi quase unânime com um índice de 95%, e no PFL ficou em 70%, confirmando a formação de um novo consenso em torno da agenda neoliberal entre os partidos conservadores nos anos 90[50]. Esta pesquisa também mostrou uma significativa mobilidade dos partidos de centro para a direita. Em 1997, 44% dos parlamentares do PMDB opinaram favoravelmente ao liberalismo sendo que em 1987 este índice foi de 29%. No PSDB a adesão ao liberalismo em 1997 foi de 62,5%. Em 1987, o PSDB não existia como partido. Porém, os autores que fizeram este exercício comparativo consideraram as respostas dos deputados constituintes que se filiaram ao partido social-democrata criado dezoito meses após a pesquisa, ainda na mesma legislatura. Encontraram entre eles um índice de adesão ao liberalismo de 31%, portanto, houve um incremento de 100% em dez anos. A comparação dos

---

[49] O PDC (Partido da Democracia Cristã), mais conservador do que a democracia cristã internacional, foi criado a partir da reforma eleitoral de 1985. Em 1993, se uniu ao PDS para formar o PPR, base do atual PPB.

[50] O segundo maior índice encontrado na pesquisa de 1997 foi entre os parlamentares pertencentes à categoria dos pequenos partidos de direita: 75%.

resultados para os partidos de esquerda também mostrou um incremento bastante significativo na adesão ao liberalismo, de 4,5%, em 1987, para 11,1%, em 1997. Porém, os autores esclarecem que este aumento deve-se exclusivamente aos membros do PDT, já que não foram registradas opiniões favoráveis ao liberalismo econômico entre parlamentares dos demais partidos de esquerda nas duas oportunidades. Além disto, este índice ainda mantém o bloco dos partidos de esquerda num posição muito distante dos demais (Ibid.).

O quadro aqui apresentado mostra que o espectro político do país tornou-se mais complexo com a inclusão de um novo eixo ideológico: um vértice no qual de um lado está colocado o "novo", ou antiestatismo, como sinônimo de "modernização", e, do outro lado, o "velho", o estatismo, a matriz do "atraso", associado ao legado vargista. Nessa nova configuração a direita conseguiu uma coesão relativamente rápida em torno do discurso antiestatal. A agora "nova direita" reuniu setores da burguesia emergente, que protagonizaram a corrente na primeira hora, e parte da elite tradicional que se rendeu ao discurso neoliberal, reivindicando para si o argumento da modernização contra o atraso. *Ad hoc* veio o bloco dos partidos políticos conservadores que a partir dos anos 90 legitimaram a agenda neoliberal no debate político nacional.[51]

Neste cenário, a esquerda, frente a opinião pública, encontrou-se numa posição confusa. Se nos primórdios da Nova República a insatisfação com o legado varguista, sobretudo ao chamado "Estado cartorial", despontava também entre correntes da esquerda, os encaminhamentos da questão acabaram por esvaziar esta contribuição. Internamente, os partidos que se situavam no espectro político mais à

---

[51] O trabalho de Mainwaring et al. (Ibid.) mostra que no Brasil a ligação entre as elites conservadoras e os partidos políticos conservadores ocorre diretamente com os políticos e não através dos partidos. Em geral, as elites não se comprometem diretamente com um ou outro partido político, preferindo apoiar candidatos de diferentes partidos que possam defender seus interesses no Congresso Nacional. Isto tem relação como a característica personalista do sistema partidário brasileiro.

esquerda se dividiram sobre a função do Estado, sobretudo em relação ao estado provedor do bem-estar. Dessa forma, a esquerda ficou quase que num vácuo, haja vista a indefinição de seus líderes entre os modelos socialista e liberal-progressita[52]. Assim, não conseguiu informar para a opinião pública a sua concepção de modernidade, ou chegar até ela sua crítica ao estado cartorial e as instituições burocráticas.

Neste aspecto, a direita conseguiu muito mais êxito. Apresentando um discurso mais coeso, a direita capitalizou para si os méritos da formulação das propostas modernizadoras em contraposição ao que definem como a matriz do atraso, que associam à esquerda, exemplificando com experiências reais que qualquer pessoa poderia constatar, amplamente divulgados pela mídia, como o fracasso das experiências socialistas no mundo (a queda do muro de Berlim foi um dos ícones mais explorados), a suposta influência dos quadros da esquerda no governo José Sarney e ameaçadora viabilidade eleitoral da esquerda para o projeto de modernização do país. As propostas da direita de modernização, leia-se privatização, inundaram as mídias, inclusive por meio de campanhas institucionais oficiais.

A mídia também passou à opinião pública uma imagem negativa da principal base social de apoio dos partidos da esquerda, o movimento sindical, mostrando-o intransigente, atrasado e obsoleto. Francisco de Oliveira faz um paralelo entre esta tentativa de desacreditar o sindicalismo posto em prática pelo governo de Margaret Thatcher em relação aos sindicatos mineiros ingleses e a

---

[52] Um indicador da divisão da esquerda encontra-se na pesquisa citada sobre os deputados constituintes do PMDB, o maior partido no Congresso. Por um lado, a maioria dos deputados do partido, 74%, se auto classificaram como sendo de centro-esquerda, por outro eram também os mais divididos em relação ao modelo econômico preferido na Constituinte. Os "social-democratas" eram a maioria no partido (49%), mas havia uma parcela considerável de liberais entre os membros do PMDB (29%). Vendo estes dados, a formação do Centrão a partir das fileiras do PMDB faz mais sentido. A rigor, o PMDB (assim como o PSDB) é classificado como um partido de centro. Apesar do PMDB assim como o PSDB tenham adquirido um perfil mais conservador ao longo da Nova República, como afirmou Mainwaring, et al. (*Op cit.*) classificá-los como partidos conservadores seria ampliar por demais o conceito de conservadorismo.

intervenção do ministro Ciro Gomes (governo Itamar Franco) impedindo o acordo entre montadoras de automóvel e os sindicatos da categoria. "*Os objetivos são os mesmo, lá e cá. Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil*" (Oliveira, 1995, pp. 27-28).

Além da perspectiva antiestatal e privatista, Souza (1992) destaca o coorte geracional como um outro aspecto importante da nova face da direita no país. Em linhas gerais, a juventude é o traço comum mais característico dos atores centrais da nova direita. São jovens a maior parte dos tecnocratas, políticos, intelectuais e empresários que se destacam na cena pública como porta-vozes do discurso neoliberal. Tinham também esta característica o *staff* que girou em torno de Fernando Collor, quando ele se lançou à presidente pelo Partido da Juventude, uma legenda significante. A ruptura geracional dentro da elite que levou a seus membros mais jovens a abraçarem o neoliberalismo deve-se a conscientização sobre o atraso do país. Nas palavras da autora, "*um repentino senso de atraso histórico despertou a consciência de setores jovens da elite como resultado da falência do modelo econômico e político brasileiro*" (pp.110). Uma conscientização confusa, já que a crítica ao legado varguista não se segue a emergência de um modelo ideológico mais profundo. Ao contrário, parece que as novas gerações da elite simplesmente importaram a fórmula do neoliberalismo, sem uma reflexão sobre valores que proponham uma balanço entre o Estado e a sociedade civil. Neste aspecto, reproduz a prática da direita tradicional, que, no Brasil, sempre absorveu alguns princípios do liberalismo por um filtro autoritário, onde não havia espaço para as instâncias democráticas.

De toda maneira, há uma nítida distinção ideológico-geracional da nova direita em relação a sua inserção sócio-ecônomica. Este segmento se distingue da elite empresarial tradicional ligado à indústria pesada e empresas multinacionais, setores que ao longo das últimas décadas foram favorecidos pelo protecionismo estatal. Estes, até por defenderem interesses próprios, continuaram por algum tempo ainda favoráveis a continuidade do modelo estatal de desenvolvimento econômico, antes de se renderem aos argumentos "vantajosos" do neoliberalismo. Por sua vez, a nova direita tem suas bases econômicas nos setores financeiro, entre os novos exportadores e profissionais liberais de alta classe média que emergiram na esteira do desenvolvimento econômico durante o regime militar. A nova elite econômica – por vezes ironicamente chamada de novos ricos – despontou sobretudo nas capitais dos estados do Sudeste e nas regiões mais ricas do interior do país. São setores que se sobressaíram economicamente à margem do protecionismo estatal, e se opõem aos segmentos da elite que se enquadram neste modelo, ou seja, que sobrevivem através de benefícios do Estado. Desta forma, despontam como inimigos dos setores econômicos tradicionais, e se apresentam para a sociedade como o empresariado capaz de superar o "arcaísmo", a "ineficiência" e a "improdutividade" que impera no país: "*é o grupo que melhor expressa o que se pode chamar de novo capitalismo individualista, baseado nos setores que se autoclassificam como detentores do riqueza moderna e que têm uma grande margem de autonomia frente a intervenção estatal direta. A sociedade ouve este discurso menos como retórica e mais como expressão do espírito empresarial sufocado pelo governo*"(Ibid., pp. 111).

Finalmente, é interessante notar uma diferenciação nas bases sociais dos partidos políticos conservadores entre o padrão histórico de apoio aos partidos da direita e o atual perfil das bases sociais da nova direita. Sobre isso, o estudo de Mainwaring et al. (*op cit.*) fornece informações muito elucidativas, baseando-se em dados eleitorais oficiais e em *surveys* com informações sobre identificação

partidária. Estes autores mostram que entre 1945 a 1994 as votações mais significativas do bloco de partidos conservadores em nível nacional eram registradas nas regiões mais pobres do país (norte, nordeste e centro-oeste). A partir de 1994 este padrão mudou, pois houve uma redução significativa do desempenho eleitoral do bloco dos partidos conservadores nas regiões mais pobres, onde aumentou a eleição de parlamentares esquerdistas e centristas para o Congresso Nacional e, por outro lado, cresceu a representação de parlamentares conservadores originários das regiões mais ricas.

Isto revela uma outra tendência importante analisada por estes autores: o aparecimento de uma nova "corrente" conservadora ao lado do tradicional conservadorismo baseado nos regiões pobres, evidenciado por uma sensível diferenciação na base social de apoio dos partidos conservadores. Alguns partidos, como o PPB (ex ARENA/PDS) e o PL, que apresentam um discurso conservador mais ideologicamente coerente, se destacam nas regiões mais ricas e entre os eleitores com nível educacional mais alto. Outros partidos, menos ideológicos e mais clientelistas e personalistas, geralmente têm obtido melhores resultados eleitorais nas pequenas cidades e entre eleitores menos escolarizados.

Nesse registro, merece um leitura especial o caso PFL, o maior partido conservador do país atualmente. O PFL sempre obteve melhor desempenho eleitoral no nordeste, o que se explica, em parte, pela origem da maior parte de seus líderes. No entanto, os resultados eleitorais de 1998 para o Congresso Nacional indicam uma ligeira redução na dependência do partido em relação a esta região[53]. Isso sinaliza uma mudança ideológica dos partidos conservadores em geral, e do PFL em específico, para um perfil mais programático neoliberal.

---

[53] Mainwaring et al. (*op cit.*) para sustentam esta hipótese observando primeiro, a redução do número de delegados originários do nordeste presentes nas convenções do partidos (59% em 1990; 49% em 1998); e segundo, uma diminuição do número de parlamentares do partido no Congresso Nacional originários da região (77,8% em 1990; 68% em 1998).

– A nova direita na cidade de São Paulo

A compreensão do voto conservador na cidade de São Paulo remete obrigatoriamente à linha de investigação sobre as bases sociais do voto de direita iniciada por Antônio Flávio Pierucci a partir da Nova República. As pesquisas revelaram que ao longo dos anos o voto de direita na cidade sofreu relevantes mudanças quantitativas e qualitativas: primeiro, houve um avanço constante da votação na direita, polarizada por Paulo Maluf, do PPB (ex ARENA/PDS/PPR); e, segundo, este fenômeno foi mais significativo nas áreas mais ricas da cidade. Portanto, a tradição esquerdista que marcou a capital paulista no período pré-abertura[54], foi paulatinamente sendo substituída por um perfil mais conservador, notável no espectro político nacional[55].

Na primeira eleição após a Nova República, análises de distribuição do voto no espaço urbano do município e de fatores sócio-econômico do comportamento eleitoral mostraram que o prefeito eleito em 1985, Jânio Quadros, do PTB, erigiu suas bases sociais nos bairros de classe média de menor *status* social, áreas nem tão periféricas nem tão burguesas. No ano seguinte, na eleição para o governo do Estado, as bases do voto do candidato (derrotado) Paulo Maluf, do PDS, na capital coincidiram com as bases do janismo. Os estudos eleitorais sobre o período mostram que Jânio Quadros e Paulo Maluf conquistaram uma eleitorado intermediário na pirâmide social afeito ao discurso personalista,

---

[54] Os estudos desenvolvidos desde 1974 pela equipe de pesquisadores do IDESP, Lamounier & Cardoso (1975), Lamounier & Muszynski (1983), Meneguello & Martins Alves (1986), Sadek (1986), Muszynski (1989) mostram que o conjunto do eleitorado da capital possuía uma perfil antimilitar, votando massivamente nos candidatos do MDB e foi assim até o fim do regime militar.

[55] A eleição de 1989 revelou este perfil paradigmático do eleitorado da cidade de São Paulo no cenário político nacional. No segundo turno da eleição marcado por acirrada disputa ideológica a votação do candidato da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, mostrou uma curva ascendente à medida em que crescia a tamanho do eleitorado das cidades. Esta curva virou-se para baixo justamente no seu ápice, no ponto equivalente ao maior colégio eleitoral do país, a cidade de São Paulo, onde venceu Fernando Collor.

populista, autoritário e moralista contra a criminalidade e a pornografia que deram o tom de suas respectivas campanhas (Pierucci, 1989).

O perfil das bases eleitorais de Jânio Quadros e Paulo Maluf ficou mais rico com as informações da pesquisa conduzida por Pierucci (1987) com os ativistas das campanhas destes candidatos. Este estudo revelou indivíduos arregimentáveis para causas antiigualitárias radicais, contrários aos direitos humanos – "*mordomia para os presos*"[56], preconceituosos e convictos das diferenças incontornáveis entre as pessoas, cujo alvo de intolerância voltava-se sobretudo contra os nordestinos, segundo uma lógica excludente que lembra muito o estilo da extrema direita na Europa contra os imigrantes do Terceiro Mundo – "*imigração = desemprego = miséria = delinqüência = insegurança*"(Ibid. pp.31) – ; e sobretudo moralistas. Pierucci constatou que o discurso dos ativistas de direita primava pela ênfase nas questões culturais ("crise de valores e de maneiras"), enquanto que o discurso econômico liberal contra o welfare das elites conservadores não apareceu entre eles.

Vale registrar que a derrota de Paulo Maluf para o governo do Estado em 1986 não significou o reverso da direita no município, vencedora nas eleições do ano anterior. Naquele ano, além de Paulo Maluf, do PDS, também o PTB, partido do então prefeito Jânio Quadros, concorreu ao governo do Estado, tendo como candidato o empresário Antônio Ermírio de Morais, que chegou a vencer a disputa na capital com mais de um terço dos votos, perdendo a eleição devido à votação obtida no interior do Estado por Orestes Quércia, candidato da situação.

Mas sobre isto, algumas ressalvas devem ser feitas. A candidatura de Antônio Ermírio de Morais foi um fenômeno isolado, imprevisível e que não teve continuidade já que o empresário não mais se candidatou a cargos eletivos na

---

[56] Sobre essa associação entre direitos humanos e privilégios para presos ver também Caldeira (1991).

política. Além disto, a vitória de Ermírio de Morais na capital paulista, geralmente, não é tipificada como um êxito da direita, porque não foi inscrita no eixo oposição / situação dominante nos anos 70, mas numa das novas clivagens abertas com o pluripartidarismo. A sua candidatura foi um fato "novo", em oposição a tudo de "velho" na política, transverso ao esquema conservador (leia-se ARENA/PDS) e peemedebista (Lima,1995). Porém, não há como desconsiderar que Ermírio de Morais concorreu por um partido conservador, o PTB, o mesmo do então prefeito direitista Jânio Quadro, e conquistou seus melhores desempenhos eleitorais nas áreas tradicionalmente mais arenistas, conforme veremos a seguir.

De toda maneira, o desempenho nas urnas de Ermírio de Morais revelou um eleitorado sensível a um direita diferente (uma nova direita) da simbolizada pelo janismo e pelo seu concorrente ao governo do Estado o candidato Paulo Maluf, então no PDS. O desempenho de Ermírio de Morais foi melhor entre os eleitores mais ricos e mais escolarizados e a sua votação cresceu à medida que se caminhava da área homogênea[57] mais pobre para a mais rica, mostrando a pouca afinidade deste candidato com as bases eleitorais da direita autoritária localizadas em bolsões conservadores que deram apoio a Jânio Quadros em 1985, apesar dos dois pertencerem ao mesmo partido. Maluf também se saiu bem nas áreas homogêneas mais bem aquinhoadas, porém entre os eleitores menos ricos e escolarizados residentes nestas áreas, especialmente nos bairros de classe média aí localizados, onde coincidiu com o bom desempenho eleitoral de Jânio Quadros registrado no ano anterior (Pierucci,1989).

Vale destacar que a boa votação do candidato do PDS, Paulo Maluf, nas áreas afluentes da cidade repôs a tendência, verificada em relação à ARENA, até 1978, e o seu sucessor PDS, em 1982, em que os melhores índices eleitorais foram

[57] A cidade de São Paulo é divida em cinco áreas homogêneas que localizam a situação sócio-econômica do eleitorado no espaço urbano (Pierucci,1989).

obtidos nos bairros mais ricos (Meneguello & Alves, 1986). Mas a novidade acrescida pelo estudo de Pierucci (1989) foi a de sobrepor os dados de geografia eleitoral com informações sócio-econômicas das áreas homogêneas da cidade. Ficamos sabendo, portanto, que os candidatos "das direitas" concorrentes em 1986 disputaram os votos nas áreas homogêneas mais ricas porém construíram suas bases eleitorais em estratos opostos do ponto de vista sócio-econômico. E, no caso específico de Paulo Maluf, podemos dizer que as suas bases eleitorais se intersectavam tanto com as bases do janismo nos bairros intermediários da cidade como com as bases históricas de seu próprio partido nas áreas homogêneas mais ricas tradicionalmente mais arenistas / pedessistas.

Além disso, segundo revelou uma pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) realizada no mês anterior ao da eleição de 1986, a motivação dos eleitores em votar nos candidatos "das direitas" indicava que ao lado do eixo autoritarismo-moralismo-violência criminal que foi o *issue* da campanha unitária de direita personalizada por Jânio Quadros no ano anterior, ainda que presente na campanha de Maluf, começou a surgiu um outro eixo centrado na questão da capacidade e competência administrativa ligado à candidatura de Ermírio de Morais naquele ano[58], tema que passou a ser o mote das campanhas da direita polarizada por Paulo Maluf nos anos seguintes (Lima, 1995).

Mas, excetuando o fenômeno ocasional da candidatura Ermírio de Morais em 1986, o conjunto dos estudos conduzidos nesta fase mostraram que nos anos iniciais da Nova República predominou uma direita pautada pelo autoritarismo,

---

[58] Segundo os dados da pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), os principais motivos alegados para a escolha de Antônio Ermírio de Morais ao governo do estado entre os eleitores paulistanos foram: 32,9% "não é político / é novo na política"; 21,6% "é honesto/sério/inspira confiança"; 16,6% "é competente / capaz / bom administrador"; e 10,3% "é bom administrador e não é político". Entre os eleitores de Paulo Maluf os principais motivos da escolha foram: 52,9% "é empreendedor"; 18,3% "vai resolver problemas do policiamento / da segurança"; e 13,4% "é competente / capaz / bom administrador". Fonte: CESOP/Unicamp. O número de referência da pesquisa é IDESP/SP86.out/nov-00508.

moralismo, populismo e personalismo ainda remetendo ao recente passado autoritário, cujas bases sociais estavam localizadas em bolsões conservadores bem delimitados nas camadas urbanas de classe média baixa, nos bairros intermediários da cidade.

O ponto de inflexão no perfil do voto de direita na cidade deu-se com a eleição de Luísa Erundina, do PT, como prefeita, em 1988. A vitória de Erundina, de virada e de última hora, interrompeu um ciclo favorável para direita na capital paulista por duas eleições consecutivas. É certo que Erundina venceu em uma eleição disputada em turno único, com cerca de 30% dos votos, a maioria deles decididos na última hora[59]. Mas o mesmo comportamento que permitiu a vitória da esquerda naquele ano, ao mesmo tempo, revitalizou o malufismo na cidade, porém, revelando um novo malufismo em relação ao padrão de distribuição do voto de direita nas eleições de 1985, para Jânio Quadros, e para o próprio Paulo Maluf, em 1986. Naquele ano, a arrancada final de Erundina e de Maluf foi um caso típico de manifestação do chamado voto "tático", que se refere ao comportamento de eleitores motivados pelo sentimento de rejeição (Lima, 1995), antimalufismo, de um lado, e contra o PT, de outro. Mas nas eleições subsequentes, o que se verificou foi o crescimento contínuo do voto conservador na capital (capitaneado por Paulo Maluf) e a mudança na sua composição social, expandindo além das camadas médias, base da direita já consolidada no biênio anterior, para conquistar as classes mais altas. Como disse Pierucci & Lima (1991) "*é um eleitorado que, à medida que cresce, 'sobe na vida'*" (pp. 16), uma novidade em relação ao conservadorismo do início dos anos 80.

---

[59] Pierucci & Lima (1991) apresentam dados de pesquisas eleitorais conduzidos pelo Datafolha que captaram as mudanças nas intenções de votos às vésperas da eleição de 1988, principalmente dos candidatos do PSDB, José Serra, e do PMDB, José Leiva, em benefício de Luísa Erundina e uma outra pesquisa que revelou que um quarto dos eleitores de Erundina se decidiram na hora da votação.

A incorporação da classe alta à base social do voto de direita não é um fenômeno novo pois, como já dissemos, retoma o padrão pré-abertura, em que o desempenho eleitoral da direita era sempre melhor nos bairros mais ricos da cidade. Mas, a diferença é que na década de 70 a direita contabilizou derrotadas enquanto que a partir da Nova República, com exceção da vitória isolada do PT em 1988, o voto conservador mostrou uma tendência contínua de crescimento e de consolidação junto a setores diferenciados da escala social.

Portanto, tudo leva a crer que o comportamento "tático" do primeiro momento apenas recompôs as bases tradicionais do voto conservador na cidade (*basic vote*). A viabilidade eleitoral da esquerda revelou um conservadorismo latente capaz de barrar a repetição do fenômeno isolado da vitória do PT ocorrido em 1988.

A disputa pela prefeitura em 1988 inaugurou um embate ideológico entre a esquerda e a direita na cidade, equivalente à disputa situação / oposição da década de 70, entre ARENA e MDB. Porém, pelo lado da esquerda, hegemonizada pelo PT, no período compreendido entre 1988 e 1996, houve uma estagnação de sua votação em torno de 25% do eleitorado e suas bases sociais permaneceram fincadas nas áreas periféricas da cidade[60]. A direita, por sua vez, hegemonizada por Paulo Maluf, evoluiu continuamente e consolidou no início dos anos 90 suas bases nas classes médias e altas, mantendo-as como guarida para conquistar com segurança o eleitorado mais periférico, menos esclarecido e mais flutuante nas suas escolhas eleitorais.

Das eleições que Paulo Maluf disputou após 1988, ele venceu por larga margem a disputa para a prefeitura da cidade em 1992. Antes ele havia disputado a

---

[60] Entre 1988 e 1996, o melhor desempenho do PT, considerando as votações em primeiro turno quando houve disputa em dois turno, foi registrado justamente quando Erundina foi eleita prefeita, em 1988, e o pior em 1989, com Lula candidato a presidente, que obteve apenas 15% (Novais,1996:1)

presidência da República, em 1989, quando chegou em segundo lugar na capital, atrás de Mário Covas, do PSDB, um resultado nada coincidente com o quadro nacional que levou Fernando Collor, do PRN, e Luís Inácio Lula da Silva, do PT, ao segundo turno. No ano seguinte ele disputou o governo do Estado e perdeu para o candidato da situação largamente votado no interior. Mas se dependesse somente dos votos da capital ele seria o governador.

O crescimento contínuo do voto conservador não parece ser um fenômeno apenas conjuntural, haja vista a comprovação de capacidade de Maluf de transferir o seu prestígio para outros candidatos, como ocorreu com a eleição de Celso Pitta para prefeito, em 1996, resultado que coroou a tendência favorável para a direita. Naquela eleição, a presença de pelo menos três forças políticas consideráveis na disputa pela prefeitura – a direita com Celso Pitta, candidato forjado pelo então prefeito Paulo Maluf; a esquerda representada pela ex-prefeita Luísa Erundina do PT; e o centro com José Serra, do PSDB, beneficiário do Plano Real – fazia supor que a disputa poderia ser menos polarizada entre esquerda e direita. Não foi o que ocorreu. Não obstante as idiossincrasias de cada uma das candidaturas políticas em disputa[61], o resultado final confirmou a força da direita, capitaneada mais uma vez por Paulo Maluf, capaz de conquistar estratos sociais onde se supunha que o candidato do centro, José Serra, poderia se sair melhor. A este respeito, antes do primeiro turno daquela eleição, Carlos Alberto Novais (1996:1) havia considerado a hipótese de que as bases sociais do voto do PSDB, localizadas nas áreas centrais mais ao sul da cidade[62] onde residem as famílias da classe dominante e as classes média-alta, embora com preferência pelo candidato Serra "*necessariamente não negaria o voto a uma força mais à esquerda, desde que convencida de sua capacidade para canalizar de maneira eficiente o quinhão altruísta em benefício*

[61] Uma análise do primeiro da eleição de 1996 em São Paulo encontra-se em Novais (1996:2)
[62] Novais (1996:1) propõe um novo zoneamento da cidade de São Paulo para análise do comportamento eleitoral, com base nos resultados eleitorais a partir de 1988, onde o centro é dividido em centro-norte e centro-sul.

dos moradores dos anéis externos do mapa social da cidade. Já o eleitor do Centro-Norte [onde se concentram a base do voto malufista segundo o zoneamento proposto por Novais], *de condição social inferior ao irmão do lado, mas não identificado culturalmente com a periferia, vê como privilégio indevido – ele que lutou tanto para ter o que tem – política públicas destinadas a minorar as dificuldades dos mais pobres...*"(pp.7).

Ora, não foi bem assim a história. Como o próprio autor assinalou logo após o primeiro turno (Novais, 1996:2), o resultado de 1996 não foi surpreendente, no sentido de confirmar as tendências que vinham sendo observadas desde 1988 de crescimento do voto conservador e a concentração deste nas áreas mais bem aquinhoadas da cidade, inclusive na zona centro-sul onde a avaliação pré-eleitoral do autor, baseada na trajetória histórica da votação das facções políticas da cidade, levava a crer numa votação mais significativa do candidato do centro. O resultado da eleição de 1996 sugere que as bases sociais do voto conservador (*basic vote*) podem sim experimentar o centro, principalmente quando em aliança com a direita, e se não há uma força eleitoralmente viável à esquerda (as eleições de 1994 são o melhor exemplo). Fora isso, tudo indica que vale mesmo a boa consistência sociológica do alinhamento conservador em que as classes altas votam majoritariamente na direita (Pierucci & Lima, 1992). Além disso, uma análise histórica do período 1988 a 1996 nos permite vislumbrar uma nítida consistência nas bases sociais da esquerda e da direita, ou mais precisamente a institucionalização do voto ideológico na cidade. (Novais,1996:2).

Mas importa aqui é o registro deste novo malufismo, ou desta nova direita, que cresceu de modo constante e se consolidou e o significado deste fenômeno em relação ao cenário político social da cidade. Como disseram ou anteviram Pierucci & Lima (1991) quando perceberam a novo perfil da base social do malufismo nas eleições de 1988 e 1990: "*este é talvez o dado mais sério de toda essa história, pois*

aponta no sentido de uma dessolidarização aguda das várias camadas médias em relação aos setores populares, de um desinteresse – agora desrecalcado – em relação às necessidades, demandas, interesses e 'issues' próprios da classe trabalhadora pobre e das correntes trabalhistas e socialistas. Tudo se passa como se todo tipo de ideologia redistributivista e toda interpelação à solidariedade com os mais frágeis e materialmente mais necessitados, toda generosidade ideológica, não tivesse mais cabimento hoje em dia."(pp.11).

O custo de ter como liderança da direita na capital paulista um político tão associado ao passado autoritário, como é o caso de Paulo Maluf, foi sendo redimido através de grandes investimentos em marketing que forjou para Maluf uma imagem única de grande empatia com a cidade[63]. O mesmo é válido para o seu partido, o PPB (ex ARENA /PDS), que de parceiro coadjuvante do regime militar hoje dos principais defensores da agenda neoliberal, como vimos anteriormente.

Apesar de Paulo Maluf ter construído uma imagem única de grande empatia com a capital paulista, o caso Maluf deve ser analisado dentro do fenômeno mais geral de reposicionamento das elites políticas oriundas do regime militar, que abandonaram o discurso autoritário e a defesa do estatismo, do qual foram os maiores beneficiários, para abraçar a agenda de temas econômicos neoliberais, mote da nova direita mundial. Portanto, Paulo Maluf representa a "modernização" de um quadro da elite conservadora oriunda do regime militar dentro do escopo teórico da nova direita em geral. Além disso, o seu partido, o PDS, é um dos protagonistas na introdução da agenda neoliberal no debate político

---

[63] Analisando o fenômeno Paulo Maluf nas eleições de 1988 e 1989, Pierucci & Lima (1991) chamavam a atenção para o esforço de mudança de imagem de Paulo Maluf. Nas palavras dos autores: "[...] *para falar em jargão marketeiro, 'reposicionar seu conceito' na mente do eleitor. Embora sem abandonar a questão da segurança, sua estratégia de marketing passou, de um lado, a apelar para sua competência, eficiência, laboriosidade, modernidade e assim por diante, e de outro, a interpelar a simpatia / compaixão das pessoas com seu lado humano do tipo 'um mudei', 'amo São Paulo', 'também sou discriminado', 'minha campanha é limpa e bem-educada', 'no passado tratei mal os professores, reconheço'...Tudo isso ajudou a diminuir os custos do voto num político com imagem tão carregada de fantasmas do passado como ele.*"(pp.25)

do país, fazendo parte de seus quadros dois dos mais proeminentes intelectuais pró-mercado: Delfim Neto e Roberto Campos (Mainwaring *et al., op cit.*).

– Nova direita religiosa: a participação dos evangélicos na esfera pública

É curioso que a terceira onda de expansão das igrejas evangélicas no Brasil[64] tenha se dado na mesma época da introdução da agenda neoliberal no debate político do país. As principais igrejas neopentecostais, como são chamadas as igrejas surgidas nesta última fase (Mariano,1996), foram fundadas em meados dos anos 70 e cresceram e se tornaram mais visíveis no decorrer dos anos 80 e 90. Estas igrejas, além de possuírem características teológicas distintivas das igrejas pentecostais fundadas nas fases anteriores, se destacam pela participação política partidária de seus pregadores e a utilização intensa da mídia eletrônica.

Sobre estas religiões, a questão que nos interessa é a participação na esfera pública política portando demandas de cunho moralista e tradicionalista, o que justifica a sua inclusão como uma corrente da nova direita, mesmo que não se apresentem como um movimento político organizado de direita. Como destacou Antônio Flávio Pierucci, num estudo sobre a formação da "bancada evangélica" na Constituinte, "*esta novidade representa, para as coalizões de direita, um novo e fenomenal aporte de recursos culturais e retóricos, além de recursos humanos e organizacionais de base, constituindo-se por isso mesmo os evangélicos conservadores e fundamentalistas no Brasil desse final dos anos 80, uma ala nada desprezível da chamada 'nova direita'*". (Pierucci, 1996, pp.166).

---

[64] Os pesquisadores que trabalham com a questão religiosa costumam ordenar a expansão do pentecostalismo no Brasil em três ondas. Sobre esta classificação ver Mariano (1996).

A participação dos evangélicos na política, sobretudo da linhagem neopentecostal, é um fenômeno que guarda semelhanças com a chamada *New Christian Right* estadunidense. Os pregadores evangélicos, assim como os seus "irmãos" norte-americanos, têm se destacado por uma intensa presença na mídia e a utilização do espaço público midiático e político para a defesa fundamentalista de *issues* conservadores, principalmente da moralidade privada. Além disto, assim como a nova direita cristã ajuda a fortalecer as posições nova direita norte-americana em geral, a atuação política dos evangélicos tem se caracterizado pelas alianças à direita, reforçando o conservadorismo socioeconômico com o conservadorismo cultural e comportamental. Ou seja, *"para o conjunto das forças conservadoras, portanto, a emergência da nova direita evangélica é um verdadeiro 'achado'. Um aliado verdadeiramente providencial"*. (ibid. pp.180).

Os evangélicos se constituem numa minoria ruidosa, notáveis pelo uso intenso que fazem do proselitismo através dos meios de comunicação e de grandes concentrações populares. A presença dos evangélicos na mídia não é um fato novo, mas se intensificou na década de 80 sob influência dos pregadores eletrônicos norte-americanos, tornando a televisão um veículo fundamental de evangelização de massas (Almeida, 1996). A visibilidade conquistada pelos evangélicos fica mais notável quando se compara a proporção de católicos em relação a este grupo religioso. Pesquisa realizada com eleitores do Brasil, em 1994, encontrou, em números redondos, 75% de católicos e 13% de evangélicos, sendo 10% pentecostais (Pierucci & Prandi, 1995). Mas inferioridade numérica dos pentecostais parece não deixar nada a dever aos católicos em termos de conquista de espaço qualitativo, contribuindo muito para isto o investimento em meios de comunicação.

Na Constituinte, os evangélicos se notabilizam pelo por seus "*visíveis, mensuráveis e vocais*" parlamentares. Como afirma Pierucci (1996), "*o*

evangelismo conservador, hoje, quer a publicidade. E quer a publicidade em dois sentidos; 1) procura visibilidade para si diante da opinião pública, ou seja, notoriedade e popularidade, presença ativa na esfera pública midiática; e 2) parte para uma presença ativa na esfera pública propriamente dita, na esfera pública política." (pp.167).

Em 1987, durante o Congresso Constituinte, a formação de um grupo de 33 deputados que ficou conhecido como a "bancada evangélica" inaugurou esta novidade na cena política nacional. Este fato significou um ponto de inflexão entre os evangélicos, expresso na mudança do lema "crente não participa de política" para "irmão vota em irmão". Eles não eram um grupo homogêneo do ponto de vista político e ideológico, pois havia entre eles uma minoria de deputados de esquerda que, em algumas votações-chave na Constituinte, em geral se comportou de forma diferente da maioria de direita[65] (Ibid.). Mas esta maioria foi fundamental na definição do perfil conservador da bancada evangélica no Congresso[66].

Os deputados evangélicos 'na Constituinte se diziam defensores dos interesses da "maioria moral" dos brasileiros elegendo como inimigos "*o movimento feminista, o movimento gay, a esquerda laica, o humanismo secular, o modernismo cultural, a indústria da pornografia, a intelectualidade esnobe, a cultura da juventude, os educadores liberais, os pais liberados, e assim por diante*" (Ibid. pp.176). Assim como as a nova direita cristã estadunidenses, os políticos evangélicos defenderam e defendem teses centradas nas questões da moralidade

---

[65] Na pesquisa "Quem é quem na Constituinte" (Martins, 1987), nenhum deputado evangélico se auto-definiu como de "direita", aparecendo apenas um caso de "centro-direita" e um "liberal". Mas, como frisou Pierucci (ibid),*"no Brasil eles se dizem 'conservadores', não se dizem 'de direita'; mas se contrapõem explicitamente à 'esquerda'. Não apenas à velha como também à 'nova esquerda', à esquerda dita 'radical', 'que quer mudar tudo', principalmente as pautas de comportamento e a estrutura familiar."* (pp. 178-179).

[66] O fisiologismo também foi uma marca distintiva de parte da bancada evangélica que, entre outras coisas, obteve várias concessões de rádio e televisão em troca do apoio político ao presidente José Sarney, no episódio da extensão do seu mandato para cinco anos. Sobre isso ver Freston, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*, tese de doutorado, Unicamp, 1993.

privada, do comportamento e da estrutura familiar. A "causa" aqui e lá reflete uma tentativa de vinculação entre a política e a moral privada.

A mobilização política dos evangélicos teve origem no início da Nova República, quando os evangélicos vislumbraram a possibilidade da Igreja Católica se assenhorar do poder político do país, devido a proximidade dos principais líderes da transição política com o Catolicismo, em detrimento da liberdade de culto religioso. Somou-se a isso, a causa anticomunista, pelo que o comunismo representa para eles em termos de ameaça a liberdade religiosa (Mariano & Pierucci, 1996). O ativismo evangélico, ancorado sobretudo nas camadas populares, procurou ganhar espaço para as suas igrejas. Por esta causa trabalharam para eleger deputados pastores e fazem propaganda contrárias a partidos e candidatos da esquerda.

A visibilidade conquistada pelos pentecostais nas últimas duas décadas reflete a mobilização de uma minoria tradicionalmente apolítica interessada em defender suas posições no espaço público. Neste sentido, coincide mais uma vez com a nova direita cristã norte-americana, em relação à proclamada mobilização da chamada "maioria silenciosa", ainda que, de fato, fossem somente uma minoria ruidosa.

Uma questão que tangencia o tema que estamos tratando e o fenômeno da expansão da Renovação Carismática no interior do Catolicismo, sobretudo a partir do início dos anos 80, rompendo a hegemonia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na mobilização dos católicos. A Renovação Carismática é um movimento leigo que surgiu nos Estados Unidos em final dos anos 60 e se espalhou rapidamente pelo mundo, inclusive no Brasil. Ele é profundamente influenciado pelo pentecostalismo fundametalista em relação às crenças e práticas religiosas e similarmente abraçou a tecnologia da mídia eletrônica para difusão de seu credo,

com uma paixão e competência sem paralelo entre outras correntes ou instituições religiosas católicas (Prandi & Souza, 1996; Almeida, 1996; Della Cava, 1992).

De forma similar aos pentecostalismo, a Renovação Carismática tenta influenciar nos "modos de vida" com especial predileção pelo campo da orientação moral da conduta. Neste aspecto os carismáticos estão à direita dos pentecostais pois são mais inflexíveis, pois vinculam a sexualidade à procriação, rejeitam *técnicas* de controle de natalidade que não impliquem em abstinência sexual e combatem campanhas de prevenção da AIDS por meio de preservativos (Prandi & Souza, *op cit.*).

Mas, diferentemente do pentecostalismo, Renovação Carismática não é um movimento que possa ser caracterizado como uma ala da "nova direita política", por que o seu projeto de religião rejeita a participação política, nos moldes coletivos propostos pela Teologia da Libertação que inspirou as CEBs, e apresenta um projeto religioso centrado no intimidade e na subjetividade do indivíduo (Ibid.). Não há, portanto, uma vinculação explícita com a política. Mas não é sem implicações políticas a despolitização promovida pelo crescimento desta direção de religiosidade, na medida em que este movimento vem ocupando o espaço deixado pelo refluxo da militância política "de esquerda" das CEBs e tem aumentando significativamente a sua força na estrutura eclesiástica da Igreja Católica. Em geral, os valores abraçados pelo movimento Carismático – o individualismo, a pouca valorização das questões sociais, a preocupação com a moralidade privada – são também encontrados na pauta dos movimentos e partidos políticos identificados com a nova direita (Della Cava, *Op cit.*) . Há estudos que indicam a existência de similaridade entre os pentecostais e os carismáticos quanto a oposição aos partidos políticos de esquerda (Pierucci & Prandi, *Op cit.*)[67]. Além

[67] Pierucci & Prandi (1995), baseados em pesquisa nacional de intenção de voto realizada antes das eleição presidencial de 1994, encontraram uma tendência similar entre pentecostais e carismáticos quanto à rejeição ao

disto, é um dado relevante o peso cultural do catolicismo como fator de permanência de um eleitorado de direita afeitos às mensagens moralistas da religião (Pierucci,1987)[68]. A presença na esfera política de leigos católicos ligados à Renovação Carismática, mesmo não se tratando de uma ação orquestrada pela Igreja Católica para disputar espaço político com outras correntes religiosas ou leigas, contribuir para reforça as alianças conservadoras, sobretudo quando se trata de pautas ligadas aos modos de vida (moralidade familiar, aborto, homossexualismo)[69]. No entanto, estes aspectos não nos autorizam a tipificar o movimento carismático com uma ala ou base de sustentação da "nova direita política", aguardando pesquisas empíricas que propiciem novos ângulos de compreensão sobre o fenômeno.

Mas, sem dúvidas, a Renovação Carismática reflete fortemente a ponto de vista conservador atualmente dominante no meio católico, portanto, representa, no mínimo, "a direita católica". Neste sentido, a referência ao movimento carismático torna-se importante pelo que ele tem contribuído para a despolitização da base católica e a legitimação dos bolsões de conservadorismo na sociedade brasileira, principalmente entre os setores de classe média.

---

candidato da esquerda, o petista Luís Inácio Lula da Silva, bem maior do que a média nacional. Enquanto a rejeição à Lula ficou em 44% do eleitorado nacional, este índice foi de 55% entre os pentecostais e 49% entre os carismáticos (números redondos).

[68] Pesquisa realizada por Pierucci (1987) junto as bases sociais da direita janista e malufista na cidade de São Paulo revelou uma ala do eleitorado destes candidatos com "*forte sotaque católico conservador democrata-cristão, de direita*" mobilizado pelo discurso demagógico do moralismo e da defesa da instituição familiar e não por questões propriamente políticas ou econômicas.

[69] A questão do "aborto legal", é paradigmática sobre a atuação dos leigos católicos conservadores na esfera pública política. Por exemplo, recentemente, o deputado estadual, Carlos Dias, vice-líder do PFL na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e membro dos grupos católicos Renovação Carismática e Movimento Pró-Vida, entrou com *habeas corpus* contra a autorização legal para o aborto concedida a uma garota vítima de estupro. A vítima teria que aguardar alguns dias até o julgamento do mérito, apesar do Código Penal não prever a necessidade de decisão da Justiça em casos como este (Folha de São Paulo, pg. 3-4 de 26/05/99).

– Conclusão do capítulo 3

Diante do quadro que procuramos aqui apresentar, a rigor, não se pode falar de uma nova direita no Brasil equivalente àquelas organizações culturais ou políticas, inclusive os partidos políticos, existentes nos países europeus e nos Estados Unidos. Porém, encontramos semelhanças mais que evidentes com as organizações originais da nova direita abordada na bibliografia internacional nos discursos, nas demandas e nas formas de atuação dos partidos políticos conservadores, dos políticos e governos de direita, sobretudo a partir do início dos anos 90. Por isso a importância de se lançar luz sobre a questão a partir da referência externa.

Em se tratando da direita no Brasil estamos diante de um fenômeno plural. A este respeito, como informa Mainwaring *et al.* (*Op cit.*) é um fato interessante a grande fragmentação do pólo conservador no espectro político partidário do Brasil, o mais extremado da América Latina. Porém, isto não reflete uma diferenciação equivalente em termos ideológicos, mas principalmente divergências regionais ou personalistas. No entanto, podemos observar entre os políticos conservadores algumas clivagens não necessariamente partidárias que opõem, por exemplo, a direita mais programática à direita mais clientelista, a direita religiosa à direita mais secular e a direita autoritária, hegemônica até meados dos anos 80, à direita neoliberal, dominante a partir dos anos 90. Em geral, estas clivagens não afetam a forma de atuação política da direita que ocorre, em geral, em bloco. Por exemplo, falamos aqui sobre uma nova direita religiosa, a bancada evangélica formada no interior do Congresso Constituinte para defender as demandas de cunho tradicionalistas e moralistas, que contribuiu para reforçar o conservadorismo em geral, com o alinhamento da maior parte dos seus membros ao bloco de direita nas questões econômicas da pauta, mesmo que muitas vezes defendendo interesses

fisiológicos (Pierucci,1996). Também como um bom exemplo das matizes da direita, destacamos o Partido da Frente Liberal, o PFL, atualmente o mais neoliberal dos partidos políticos que, no entanto, ainda reproduz práticas clientelísticas de atuação, muito enraizada nas regiões mais pobres do país, inclusive no Nordeste, região de origem da maior parte dos fundadores do partido.

Portanto, os governos, os partidos políticos de direita e os políticos conservadores não guardam posições uniformes sobre todas as questões, nem tão pouco as diferenças estão claramente definidas em termos de movimentos, organizações, partidos políticos ou por suas bases sociais. Mas a partir dos anos 90, a agenda neoliberal se tornou o grande elo de ligação das "direitas", inclusive um fator chave para a revitalização da direita de uma forma geral, desvinculando a sua imagem do recente passado autoritário.

Isso aponta para uma outra questão que procuramos destacar neste debate que é a discussão sobre o que torna a direita uma nova direita. Tendo como pano de fundo a pluralidade da direita, dois caminhos se destacam: no campo político-partidário, enfatizamos as mudanças programáticas no pólo conservador a partir de meados dos anos 90, com a introdução das teses neoliberais no debate político; e no campo sócio-cultural, abordamos a questão da revalorização de teses conservadoras moralistas na esfera pública política e as bases sociais do voto conservador.

Em relação ao primeiro caminho, vimos que até meados dos anos 80 a clivagem básica entre esquerda e direita refletia o embate entre a oposição e a situação, ou seja, de um lado, os defensores da restauração das instituições democráticas e, de outro, os aliados do regime militar. A partir da Nova República, na medida em que os setores conservadores abraçaram as instituições democráticas, esta clivagem foi sendo progressivamente substituída pelo debate entre estatismo e o neoliberalismo, sendo que os setores conservadores se aliaram em torno da agenda neoliberal reinvidicando para si a bandeira da modernidade e acusando de

retrógrada a esquerda, defensora do estatismo. Para os partidos de direita, o neoliberalismo se tornou uma verdadeira onda que praticamente unificou o bloco conservador em nível nacional, apesar de práticas clientelistas serem uma marca recorrente da atuação dos políticos conservadores nas suas bases locais. Portanto, por este ângulo de análise, o que torna a direita uma nova direita é a adoção da agenda neoliberal pelos setores conservadores, ou seja, é o fenômeno de renovação e revitalização da imagem da direita ligada ao passado autoritário pela sua associação ao neoliberalismo, seguindo uma tendência global.

O outro caminho, aborda a nova direita como fenômeno da mobilização de bases eleitorais da direita pela temática do conservantismo cultural, levando ao debate público político temas como a violência urbana, a pornografia, a moralidade privada por um viés demagógico, populista e preconceituoso. Pierucci (1987, 1989) investigou este fenômeno na capital paulista a partir da Nova República e encontrou nas bases sociais do voto conservador na cidade um eleitorado predominantemente de classe média baixa mas não periférico, com escolaridade e renda intermediárias porém com baixo capital cultural, e despolitizado, por que mobilizado por questões de ordem privada, enquanto que os temas políticos e econômicos passaram ao largo deste eleitorado. Mas o voto conservador não ficou ali cristalizado. Como mostraram uma seqüência de estudos tendo como palco a capital paulista (Pierucci & Lima, 1991 e 1993; Novais,1996:2), o voto conservador registrou uma trajetória ascendente continuada e incorporou em suas bases sociais um eleitorado de classe mais alta, voltando ao padrão "normal" do voto conservador da cidade observado no período pré-abertura em que os melhores resultados para a direita eram observados nos setores mais ricos da cidade. No entanto, a diferença em relação ao período anterior é que em anos recentes a direita passou a colecionar resultados positivos na cidade, principalmente quando em aliança com o centro.

Estudos sobre o comportamento eleitoral na capital paulista mostram evidências de que a mobilidade ascendente das bases do voto conservador foi favorecida pela comprovação da viabilidade eleitoral do PT que elegeu a prefeita da capital em 1988 (Pierucci & Lima, 1993; Lima, 1995) e por uma mudança no eixo da plataforma política do principal líder da direita Paulo Maluf, que sem abandonar de todo os temas conservantistas que lhe garantiu ancoragem segura nas camadas de classe média baixa, construiu uma imagem pública de eficiência e laboriosidade, em contraponto à esquerda acusada de retrógrada e ineficiente e em sintonia com os temas administrativos-econômicos que passaram a ser *issue* da nova direita mundial.

Ainda pelo lado do conservantismo social, destacamos o fenômeno da nova direita religiosa que se refere à politização de grupos religiosos evangélicos, portadores de demandas tradicionalistas e da moralidade privada, com um enfoque fundamentalista. A novidade, neste caso, refere-se a participação na esfera pública política de grupos que eram antes apolíticos. Esta nova direita religiosa guarda muitas semelhanças com a nova direita cristã norte-americana: a presença na esfera pública política e midiática (a publicização de suas teses através do rádio e da televisão), as demandas de cunho moralistas e tradicionalistas, os inimigos declarados (sobretudo as feministas e o homossexuais), a mobilização de uma minoria extremamente vocal e sobretudo o reforço que os políticos evangélicos fornecem para as posições da direita sócio-econômica dominante em troca do apoio para suas demandas específicas (Pierucci,1996).

Neste ponto, abrimos pista para futuros estudos sobre o fenômeno da Renovação Carismática, a versão pentecostal do catolicismo, no contexto da nova direita religiosa. O crescimento deste movimento ao mesmo tempo que contribui para despolitizar a base leiga católica, na medida em que vem ocupando o espaço deixado pelo refluxo das Comunidades Eclesiais de Base, reforça algumas teses

geralmente associadas à nova direita como o individualismo, o valor positivo da competição e também os temas da moralidade privada (Della Cava,1992).

Os caminhos para se abordar a questão da renovação da direita no Brasil não são totalmente independentes. Em alguns momentos chaves do país como, por exemplo, na Constituinte, em 1987, a direita orgânica prevaleceu. O fenômeno do voto conservador no município de São Paulo também parte de um caminho e chega ao outro. No início da Nova República, os temas conservantistas, moralistas e tradicionalistas eram levados para a esfera política através das campanhas dos políticos de direita. Ao logo dos anos 90 a direita, hegemonizada por Paulo Maluf, passou a enfatizar o discurso da eficiência administrativa para as questões locais. Ao mesmo tempo, o seu partido, o PPB (ex ARENA / PDS), em nível nacional se tornou um dos principais defensores da agenda neoliberal, ao lado do PFL (Mainwaring *et al. Op cit.*). Além disso, em geral, convivem lado a lado nos partidos de direita políticos da velha direita e da nova direita, ou ainda políticos que vieram da velha e passaram para a nova direita.

É importante aqui reenfatizar a importância da Nova República como marco referencial para a discussão sobre a nova direita no Brasil. Anteriormente, destacamos que o conservadorismo, de uma maneira geral, é um dado que prevalece em toda a história do país desde a independência ao dias atuais. A partir da Nova República, iniciada em 1985, principalmente no contexto da Constituinte, novas demandas vieram ao espaço público político e dois cenários de transformação são elementos chaves para a interpretação dos rumos tomados pelo país: no campo político a recuperação dos processos democratizantes, que estabeleceram parâmetros mínimos de institucionalização de procedimentos e que deram garantias à recomposição da dinâmica política; no campo econômico, a crise cíclica contínua, associada aos problemas do estatismo, e a depreciação dos indicadores de crescimento e de superação do quadro social deficitário. À medida

que a democracia política se consolidou o tema "redemocratização" deixou o centro dos debates políticos e o espaço foi sendo ocupado pela questão econômica em conseqüência da crise.

Neste cenário, a direita mais rapidamente soube capitalizar-se com os efeitos nocivos da crise revertendo-os positivamente para si. A crise econômica expôs à opinião pública os problemas do estatismo, principalmente a ineficiência e a corrupção, e estes foram apresentados de forma didática como principais razões dos problemas que afligem das classes médias e baixa, assustadas com o declínio do padrão de vida, o desemprego, a insegurança que se agravaram ao longo dos anos 80 e 90. A oposição ao estatismo e a defesa das privatizações foram apresentadas como panacéia para estes males. A partir dos anos 90, os setores conservadores, antes os principais beneficiários do esquema estatal vigente, unificaram-se em torno da agenda neoliberal e passaram a reivindicar para si o rótulo da modernidade e do futuro devido às virtudes de sua visão pró-mercado.

Finalmente, o tema nova direita no Brasil poderia ser apenas uma questão semântica se levarmos em conta que as principais forças conservadoras que atualmente defendem a agenda neoliberal, no passado estavam vinculadas ao regime militar e se beneficiaram do esquema estatal vigente. Porém, é fato inegável a revitalização dos partidos conservadores que, pelo menos por hora, têm respondido pelos rumos do país, no contexto do neoliberal *bandwagon* do capitalismo global. As evidências são que no momento as bases eleitorais da direita estão mais dilatadas porque têm mobilizado um espetro maior de eleitores, seja os setores populares à classe médias baixa afeitos ao discurso mais conservantistas, moralistas, ou os setores de classe média às classes altas mobilizados pelo discurso econômico neoliberal.

É por isto que nos interessamos em investigar, a partir de dados empíricos secundários de opinião pública, a aceitação de alguns conteúdos associados às posições no espectro político esquerda – direita, especialmente aqueles associados ao contexto da nova direita no município de São Paulo. O tema do próximo capítulo.

– Capítulo 4: conteúdos da nova direita no município de São Paulo – análise de *Surveys*

O objetivo deste capítulo é o de apresentar algumas evidências de que os conteúdos associados à agenda da nova direita encontram-se disseminados na sociedade e que a população (ou o eleitor, especificamente, nos dados que analisaremos a seguir) é sensível a este debate. A partir de pesquisas de opinião pública do tipo *survey*[70], procuraremos demostrar que o debate ideológico no contexto da nova direita travado em nível das elites do País pode ter sido ser um fator relevante nas escolhas eleitorais, sobretudo a partir da eleição presidencial de 1989 e também encontra-se presente entre os valores da população em função do recrudescimento deste debate a partir dos anos 90.

Em geral, as pesquisas disponíveis que abordam temas relacionados à agenda da nova direita apresentam dados significativos, no sentido de se poder inferir sobre tendências entre os subgrupos pesquisados, somente a partir das eleições presidenciais de 1989. Não que estas questões não fossem anteriormente tratadas. Os estudos conduzidos, por exemplo, pelo IDESP na cidade de São Paulo desde os anos 70 procuravam captar as opiniões dos públicos sobre temas como a democratização, o autoritarismo, o papel do Estado e também sobre questões morais. No entanto, até as eleições de 1989, a clivagem entre estatismo e o antiestatismo, questão que veio a se tornar central para a renovação da direita, parecia dividir pouco o público, de uma maneira geral e as opiniões convergiam

[70] Iremos analisar dados de pesquisas de opinião pública do Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp.

para uma visão mais favorável do estatismo, no sentido do Estado como condutor dos processos econômicos[71].

A partir da eleição presidencial de 1989, o discurso antiestatal apareceu mais claramente para a opinião pública, um vez que o debate sobre a função do Estado se tornou o tema principal das campanhas daquele ano. Ao longo da década de 90, o tema se tornou cada vez mais presente, no contexto de grandes privatizações realizadas nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, e da Reforma Constitucional, que além das discussões sobre o papel do Estado reacendeu também vários outros temas tratados no contexto da Constituinte de 1987, como questão da previdência pública, a estabilidade do funcionalismo público, a descriminação do aborto, o veto à pena de morte, a união civil de homossexuais, etc.

Desta forma, dentro das pesquisas disponíveis, analisamos algumas tendências de opinião pública que nos pareceram elucidativos sobre o nível de apoio da população aos conteúdos geralmente relacionados à nova direita, ou seja, investigamos as visões de mundo do público em relação aos temas que procuramos destacar nos capítulos precedentes: o estatismo, o igualitarismo, a moralidade privada e o autoritarismo. Os dados que dispomos não cobrem toda a gama de conteúdos relevantes, pois foram coletados a partir de outros pressupostos. Mas, apesar destes limites, foi possível resgatar algumas concepções e percepções sobre os conteúdos que nos interessam e relacioná-las com atitudes e características do público.

Porém, enfrentamos um problema de ordem metodológica: ao enfatizar na nossa análise o caso "cidade de São Paulo" verificamos que os conteúdos mais

---

[71] Uma coleção de dados de opinião pública sobre a avaliação dos serviços públicos e sobre o papel do Estado com claros indicadores de demanda pela ampliação dos serviços públicos e a participação do Estado na economia encontra-se em *Tendências – Encarte de Dados de Opinião Pública*, Revista Opinião Pública n.° 1, julho / agosto de 1993.

gerais de diferenciação no espectro ideológico esquerda – direita são mais comumente abordados em pesquisas nacionais nos contextos eleitorais ou em avaliação de políticas públicas, ficando aí diluídas as tendências locais[72]. Em geral, as pesquisas de opinião pública mais recentes conduzidas nos municípios abordam temáticas mais administrativa ou sobre os problemas locais, ficando a questão ideológica marginal nestes estudos (em geral apenas a identificação partidária é questionada, mas como uma forma de estratificação dos entrevistados). A forma que encontramos para investigar os conteúdos da nova direita junto a população da cidade de São Paulo foi recortando subamostragens referentes às entrevistas realizadas no município dentro de uma amostra nacional e de uma outra estadual. Porém, como veremos, sendo estas amostras calculadas para representarem universos bem maiores, o recorte de subamostras reduz significativamente a validade estatística dos dados por um critério muito rigoroso[73]. Apesar das limitações impostas pelo volume de dados de que dispomos, podemos dizer que os resultados de nossas análises sinalizam algumas tendências relevantes sobre os conteúdos associados à direita, a algumas variáveis de classificação sócio-econômica e também sobre a direção do voto considerando a posição ideológica do eleitor e dos candidatos.

Escolhemos dois conjuntos de dados para a nossa análise: uma pesquisa nacional realizada em 1993, parte do Projeto "Cultura política e consolidação da democracia no Brasil"[74], na qual os dados referentes à cidade de São Paulo somam

---

[72] Exceto as pesquisas IDESP, em especial a série de três estudos do projeto "Democratização e identidades Coletivas", um estudo do tipo painel comparativo realizado na cidade de São Paulo em 1986, 1987 e 1988. Mas estávamos interessados em dados mais recentes, de preferência pós 1990, quando as questões da agenda da nova direita ficaram mais disseminadas nos debates públicos políticos.

[73] Estaremos apresentando tabelas cruzadas com nível de significância variando de 0,01 a 0,20, neste último caso, apenas quando nos parecer que a distribuição de freqüências da tabela segue a tendência esperada. Segundo um manual de estatística que consultamos para definir estes parâmetros, o nível de significância *"é sempre relativo e não constitui um problema do estatístico, senão do especialista na área em que determinada pesquisa esteja sendo feita."* (Levin, Jack, Estatística aplicada a ciências humanas, São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977 pp. 136.)

[74] O projeto "Cultura política e consolidação da democracia no Brasil" foi realizado pelo consórcio entre o Instituto Datafolha, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e a Universidade de São Paulo (USP), coordenado pelos professores José Álvaro Moisés e José Augusto Guilhon Albuquerque, do Departamento de Ciência Política da

195 entrevistas, e uma pesquisa do Instituto Datafolha para avaliação do governo estadual eleito em 1994, que aborda alguns temas debatidos no Congresso Nacional no contexto da reforma constitucional, na qual 463 entrevistas foram realizadas na cidade[75].

– Conteúdos ideológicos da direita na cidade de São Paulo em 1993

A pesquisa "Cultura Política" foi realizada em março de 1993, seis meses após o impeachment do presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Mello, durante o governo do presidente Itamar Franco. Escolhemos analisar estes dados porque a investigação reúne uma ampla gama de variáveis sobre valores do eleitorado, algumas delas relacionadas mais diretamente aos conteúdos associados à agenda da nova direita, como opiniões sobre o igualitarismo, a estatismo, o autoritarismo e alguns itens sobre questões morais. Além disto, foi possível relacionar as opiniões dos entrevistados com variáveis ideológicas, das quais escolhemos o voto nas eleições de 1989, no primeiro e segundo turno, e a autocolocação ideológica no contínuo esquerda-direita.

Estes mesmos dados foram analisados por André Singer (1998) que demostrou a existência de conteúdos significativos associados ao posicionamento na escala esquerda-direita do eleitorado brasileiro. Singer investigou a relação entre identificação ideológica e direção do voto nas eleições presidenciais de 1989 e 1994 e encontrou forte associação entre uma e outra variável. Por identificação ideológica entende-se a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou

---

USP. Os dados analisados foram obtidos no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O número de registro desta pesquisa no CESOP é: DAT/BR93.MAR-00322.

[75] Número de registro da pesquisa no CESOP é: DAT/BR95.JUN-00432.

liberal-conservador como medidas de orientação política do eleitor. Este autor pôde inferir que, mesmo que de forma difusa ou cognitivamente desestruturada, a identificação ideológica se destacou como um forte preditor do comportamento eleitoral e, no caso dos dados estudados pelo autor, se mostrou mais poderoso do que outras variáveis clássicas e igualmente importantes nos estudos de comportamento eleitoral como nível sócio-econômico (renda e escolaridade) e *identificação* partidária[76].

Além disso, considerando os eixos igualitarismo, estatismo e autoritarismo, Singer concluiu que para o Brasil o igualitarismo, ao contrário do que ocorre no contexto europeu, não parece ser um divisor entre esquerda e direita porque as opiniões convergiam para a valorização quase unânime do igualitarismo, pelo menos enquanto um ideal. O estatismo se mostrou associado positivamente com posições extremas tanto à direita quanto à esquerda e negativamente com as posições de centro, e o autoritarismo positivamente associado com a direita. Além disso, o autor observou que o público que converge para o centro é mais inclinado para as posições da direita do que para a esquerda. Em suma, os dados analisados pelo autor sugerem que a autolocalização na escala está associada a um sistema de crenças em que a principal clivagem é o desejo de reforçar a autoridade repressiva do Estado, à direita, e a contestação dessa autoridade, à esquerda, remetendo para clássica separação entre os que defendem a ordem e os que desejam transformá-la, com o centro ficando em posição intermediária.

Este tipo de estudo é interessante porque fornece conteúdo substantivo ao arquétipo espacial que o *continuum* esquerda-direita representa. A tradução de uma representação simbólica imaginária em conteúdos associados à realidade é um

---

[76] A tese de doutorado de André Singer (1998) apresenta um amplo balanço da bibliografia internacional e nacional sobre estudos de comportamento eleitoral bem como de trabalhos analíticos sobre as eleições no Brasil, sobretudo as de 1989 e 1994.

desafio, porque varia muito em função dos contextos e dos conflitos políticos de cada época ou local[77].

O nosso propósito aqui é mais modesto. Pretendemos explorar a aceitação de alguns conteúdos associados às posições no espectro político esquerda-direita, especialmente os temas relacionados ao contexto da nova direita. A análise foi direcionada para a cidade de São Paulo, pois o nosso foco central é o fenômeno da preferência por candidatos de direita no município.

Diante do cenário único da capital paulista, havia indícios de que poderíamos encontrar algumas tendências diferenciadas em relação ao quadro nacional analisado por Singer. Como foi revisto no capítulo anterior, desde o início da Nova República, a capital paulista vem se destacando pelo progressivo crescimento da direita nas eleições majoritárias, mesmo quando não vencedora, ou do centro, mormente quando este está coligado com aquele. Além disso, a pesquisa qualitativa conduzida por Pierucci (1987) junto às bases sociais do voto conservador na cidade de São Paulo detectou o antiigualitarismo como principal característica desses eleitores, apesar de não se manifestarem na época da pesquisa sobre o neoliberalismo. Ao contrário, os ativistas da direita na virada da década de 80, nos primórdios da Nova República, eram a favor do Estado, de serviços públicos bem entendido. A continuidade destes estudos sobre as bases sociais do voto conservador também revelou mudanças significativas do perfil do voto de direita na cidade (Pierucci & Lima, 1991, 1993; Novais, 1996:2) incorporando

---

[77] Funchs & Klingemann (1990) analisaram a eficiência da autolocalização na escala esquerda-direita em países europeus e nos Estados Unidos e concluíram que este tipo de classificação tem um considerável efeito no comportamento e nas atitudes políticas do público. Segundo as palavras dos autores: "This research indicates that so-called ideological self-identification – mensured as self-placement on a left-right or liberal-conservtive scale – has considerable effects on political behavior and political attitudes. Thus, ideological self-identification has considerable explanatory power, even though many respondentes interpret or understand ideological terms at a non-ideological level and only a minority of citizens actively uses ideological terms to classify and evaluate political issues."(pp.204). "Thus, we postulate that the meaning of the left-right schema is defined by the basic conflits of the specific social system. [...]...individual left-right schemata can be seen as incomplete reflections of the coletive shema of left and right."(207).

continuamente parcelas de eleitores mais bem situados na escala social, o que nos pareceu sugestivo de que o conteúdo associado à direita também poderia mudar, assumir novos sentidos, se renovar em relação ao "conservadorismo popular" detectado anteriormente.

O resultado da eleição presidencial de 1989 descortinou este comportamento eleitoral diferenciado do paulistano em relação às outras grandes cidades do País. Enquanto que no cômputo nacional venceram no primeiro turno os candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, na capital paulista os vencedores foram Mário Covas, do PSDB, e Paulo Maluf, então no PDS (atual PPB), ficando os outros dois candidatos, Collor e Lula, em terceiro e quarto lugar, respectivamente. Ou seja, se dependesse somente do eleitorado paulistano a história recente do país poderia ser bem outra. No segundo turno, os votos do candidato vitorioso na capital Mário Covas não se transferiram integralmente para Lula, o que seria esperado dentro da lógica dos campos ideológicos. Collor venceu na maior cidade do Brasil, obtendo aí a sua melhor votação entre as dez capitais de maior eleitorado do País, revertendo a tendência ascendente do PT, mais bem votado quanto maior fosse o eleitorado do município[78].

Desta forma, se no cenário nacional, os resultados evidenciaram um certo equilíbrio entre a direita e a esquerda[79], na cidade de São Paulo o mesmo não ocorreu, pois, independente do resultado final do primeiro turno em que o centro venceu, as forças da direita foram proporcionalmente muito mais bem votadas do

---

[78] Entre as dez capitais de estado de maior eleitorado do País, Fernando Collor venceu no segundo turno somente em São Paulo (48,9% dos votos), Curitiba e Belém (42,7% e 47,5%, respectivamente). Nas outras grandes capitais (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife, Porto Alegre e Fortaleza) a sua votação oscilou entre 20% e cerca de 30%). Fonte: TSE, citado por Moisés, José Álvaro, *Eleições, Participação e Cultura Política: Mudanças e Continuidade*, In Lua Nova, Revista de Cultura e Política, CEDEC, n.º 22, dezembro de 1990.

[79] Somando a votação de todos os candidatos da direita e da esquerda no Brasil em 1989, Singer (1998) observou um equilíbrio das forças em disputas naquele ano. Além disso, o segundo turno foi decidido por uma margem mínima de diferença entre o candidato da direita, Fernando Collor, e o da esquerda, Lula, confirmando a tendência esboçada na fase anterior.

que a esquerda ou mesmo o centro[80]. Além disso, a votação expressiva do candidato Paulo Maluf naquele ano confirmou o bom desempenho da direita em áreas mais ricas da cidade, fenômeno já detectado no ano anterior no contexto da eleição municipal e que se repetiu no ano seguinte na eleição estadual (Pierucci & Lima, 1991).

Diante deste cenário, procuramos investigar nos dados de opinião pública que dispomos quais os conteúdos ideológicos estavam associados à visão de mundo do público da cidade de São Paulo, considerando a direção do voto nas eleições de 1989 e a classificação ideológica dos entrevistados.

Aqui uma observação importante. As informações sobre o voto no primeiro e no segundo turno de 1989 coletadas em 1993 divergiram muito do resultado oficial. Em estudos pós-eleitorais, isso é um fato normal, principalmente neste caso, em que a pesquisa foi realizada mais de dois anos após o pleito. Novos eleitores que não votaram em 1989 somaram-se à base amostral e outros certamente saíram, além serem registrados muitos casos de não resposta, provavelmente devido ao efeito do desatrelamento das candidaturas perdedoras em sondagens pós-eleitorais (Singer, 1989), o que fez inchar acima do real a freqüência observada para os candidatos mais bem votados no pleito nacional, divergindo o resultado válido para a cidade. No entanto, esta questão foi incluída na pesquisa não como parâmetro de voto, mas sim como uma variável de estratificação, assim como a renda familiar, escolaridade, identificação partidária, religião, etc. Lido desta forma (e assim que deve ser, pois não há sentido em pesquisar parâmetros de voto em relação a um evento do passado), os resultados das nossas análises procuraram apenas refletir as opiniões dos subgrupos de entrevistados, dentro das limitações estatísticas impostas

---

[80] Na cidade de São Paulo, entre os cinco mais bem votados no primeiro turno da eleição de 1989, o primeiro colocado era de centro (Mário Covas, com cerca 31,9%); três de direita (Maluf, com 23,4%; Collor, com 17%, e Afif, com 3,9%) e um de esquerda (Lula, com 15,2%). Fonte: Pierucci & Lima (1991).

pela amostra reduzida, como já assinalamos anteriormente. Assim, não podemos afirmar que os resultados da pesquisa reflitam as opiniões de toda a população paulistana, mas, no mínimo, indicam tendências importantes.

- **Voto na cidade de São Paulo na eleição presidencial de 1989 segundo autolocalização na escala esquerda-direita**

Começamos nossa análise observando se havia coerência entre a autolocalização dos entrevistados na escala simbólica esquerda-direita e voto na eleição de 1989, no primeiro e segundo turnos, como uma forma de testar os limites dos dados disponíveis.

Conforme podemos observar na Tabela 1[81], há uma nítida associação entre a direção do voto dos entrevistados e a autolocalização na escala esquerda-direita, ou seja, a escolha dos candidatos é coerente com a posição ideológica do eleitor. O voto em Fernando Collor foi maior entre eleitores que se autolocalização à direita (56%) e ao centro-direita (51%). O desempenho de Luís Inácio Lula da Silva piorou no sentido esquerda-direita da escala, atingindo o percentual máximo entre os eleitores à esquerda (57%) e o mínimo entre os à direita (11%). O candidato vencedor no primeiro turno na capital, Mário Covas, se saiu muito bem entre os eleitores ao centro-esquerda (50%). Paulo Maluf se sobressaiu entre os eleitores autolocalizados ao centro (24%). Este último caso, a princípio, fugiu ao padrão esperado. Porém, observamos que o desempenho de Maluf é bem melhor entre os entrevistados à direita (19% ao centro-direita e 17%, à direita) do que entre

[81] Estamos apresentado nesta e nas tabelas seguintes apenas os casos de respostas válidas, ou seja, excluímos os casos de "não respostas" e "não sabe" que foram somados aos casos perdidos (*missing*) a fim de simplificar as tabelas e evitar muita dispersão nas respostas.

os à esquerda (14% à esquerda e 7% ao centro-esquerda), uma indicação sobre o sentido que em pendia o eleitorado de Maluf, o que foi comprovado pelo comportamento destes eleitores no segundo turno (como veremos na próxima Tabela).

Tabela 1: Voto nas eleições de 1989 por autolocalização na escala esquerda-direita[82]

	Autolocalização na escala esquerda-direita %					
Eleição de 1989	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Total % (N)
Voto no 1° turno:			(*)			
Collor	29	14	31	51	56	38 (47)
Lula	57	29	24	14	11	23 (29)
Mário Covas		50	21	16	17	20 (25)
Paulo Maluf	14	7	24	19	17	19 (24)
Voto no 1° turno:			(*)			
Direita	40	26	53	70	72	56 (76)
Centro		47	22	17	17	21 (29)
Esquerda	60	26	25	13	11	23 (32)
Voto no 2° turno:			(*)			
Collor	31	35	74	72	88	63 (90)
Lula	69	65	26	28	17	37 (53)

(*) $\alpha = 0,01$ (**) $\alpha = 0,05$
Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Estas associações ficaram mais significativas com o agrupamento dos candidatos do primeiro turno (os quatro citados e os outros menos votados) em função do posicionamento ideológico de seus respectivos partidos[83]. Notamos que o

[82] A pergunta sobre a autolocalização na escala esquerda-direita foi a seguinte: "Para muita gente as atitudes políticas são de esquerda ou de direita. Aqui tem uma escala que vai da esquerda à direita. Pensando nas suas próprias atitudes políticas, onde você se situaria?" [É apresentado uma escala com dez pontos, máximo à esquerda (1) e máximo à direita (10)]. Para facilitar a análise as dez categorias foram agrupadas em pares, formando cinco categorias, assim nomeadas por nós: posições 1 e 2: esquerda; posições 3 e 4: centro-esquerda; posições 5 e 6: centro; posições 7 e 8: centro-direita; e posições 9 e 10: direita.

[83] A tabela apresenta na primeira coluna o voto no primeiro turno (os quatro candidatos mais citados); o voto no primeiro turno considerando a soma de todos os candidatos de acordo com uma classificação ideológica simplificada dos candidatos, a saber: candidatos de direita (Aureliano Chaves, do PFL, Guilherme Afif, do PL, Paulo Maluf, do PDS, Fernando Collor, do PRN, Ronaldo Caiado, do PSD, e Affonso Camargo, do PTB) de centro (Mário Covas, do PSDB, e Ulisses Guimarães, do PMDB) e Esquerda (Lula, do PT, Leonel Brizola, do PDT, e Roberto Freire, do PCB). Baseado em Lamounier (1989). Observação: na classificação de Lamounier, o PSDB é classificado como centro-esquerda e o PMDB de centro-direita. Na nossa classificação baseamo-nos em Meneguello *et al.* (1999), que consideram os dois partidos apenas como centro. Ficaram fora do esquema os candidatos menos votados, que foram classificados no questionário na categoria outras respostas.

bloco dos candidatos de direita melhorou muito o desempenho junto aos entrevistados que se autolocalizaram na posição mais à direita (72%) e centro-direita (70%). O bloco de esquerda repetiu a tendência verificada em relação ao candidato Lula, com o máximo entre os de esquerda (60%) e mínimo no lado oposto à direita (11%). A mesma constatação é válida para o centro, que repetiu o padrão verificado para Mário Covas, com uma freqüência maior entre os de centro-esquerda (47%). O interessante aqui é notar que para o bloco de esquerda e de centro houve poucas alterações em relação aos valores dos candidatos mais importantes (Lula e Covas, respectivamente) considerados isoladamente porque os demais candidatos do bloco tiveram votações insignificantes. Em relação ao conjunto dos candidatos da direita, este tipo de tratamento dos dados acentuou a coerência em relação à autolocalização na direita, porque o bloco conta com pelo menos dois candidatos com votação expressiva (Collor e Maluf).

A última parte da tabela, referente ao segundo turno da eleição, é claramente polarizada. A votação de Collor aumentou a partir da posição central em direção à direita com índices de 74% ao centro, 72% ao centro-direita e 88% à direita, enquanto que os melhores desempenhos Lula foram registrados no sentido inverso: 65% ao centro-esquerda e 69% à esquerda.

A Tabela 2 indica como se deu a distribuição dos votos do primeiro turno para os dois candidatos do segundo turno. Observamos que a candidatura Collor foi reforçada pelos eleitores de Maluf (70%) e principalmente pela categoria dos "outros candidatos" (75%), e Lula recebeu mais votos dos eleitores de Mário Covas (63%). Organizando os dados de outra forma, mais uma vez ficou nítida a polarização ideológica no segundo turno, pois a maioria dos eleitores que votaram nos candidatos de direita ou de esquerda repetiram o voto no segundo turno (no percentual estão incluídos os eleitores que repetiram o voto nos mesmos candidatos no primeiros e segundo turno, ou seja, em Collor e Lula). Também é possível

constatar que o centro (soma dos votos para o PSDB, de Mário Covas, com o PMDB, de Ulisses Guimarães) foi o grande fiel da balança, porque diluiu o peso da posição centro-esquerda do PSDB, vitorioso no primeiro turno, e reforçou tanto a candidatura Lula (um pouco mais) quanto a de Fernando Collor.

Tabela 2: voto no 2º turno das eleições de 1989 por voto no 1º turno

	Voto no 1º turno %					Voto no 1º turno por classificação ideológica dos candidatos %			
Voto no 2º turno:	Collor	Lula	Covas	Maluf	Outros	Direita	Centro	Esquerda	Total (N)
	(*)					(*)			
Collor	98	3	37	70	75	89	44	8	63 (90)
Lula	2	97	63	30	25	11	56	93	37 (53)

(*) $\alpha = 0,01$
Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Investigamos também como se deu a distribuição destes eleitores em função de algumas variáveis sócio-econômicas. Já sabíamos, a partir dos estudos de geografia eleitoral no município de São Paulo, que os candidatos Mário Covas e Paulo Maluf receberam tanto mais votos quanto mais rica fosse a área da cidade e que Fernando Collor e Lula, ao contrário dos outros dois, foram mais bem votados nas regiões mais periféricas e mal nas áreas centrais mais bem aquinhoadas[84]. Isso, sugeria o um outro eixo na disputa na capital opondo centro a periferia sendo que dentro de cada um destes pólos havia uma disputa interna entre candidatos com perfis muito distintos. Não dispondo de dados sobre distribuição geográfica do voto, mas utilizamos as variáveis escolaridade e renda familiar para inferir sobre as bases sociais do voto, podemos dizer que encontramos tendências que, de certa forma, vão de encontro às informações prévias e contribuem para reforçar a validade dos dados que estamos analisando.

[84] Pierucci & Lima (1991) Tabela 7, página 24.

Observamos na Tabelas 3 que o desempenho de Fernando Collor é inverso ao incremento da escolaridade e da renda familiar: atingiu o máximo de 100% entre os entrevistados analfabetos e 55% na primeira faixa de renda de até 2 s.m. (salário mínimo), e obteve apenas 16% entre os entrevistados com curso superior e 24% entre os de renda familiar de mais de 20 s.m.. Neste recorte, o candidato que teve um desempenho oposto ao de Collor não foi Lula, como se observou na análise anterior com base na autolocalização na escala esquerda-direita, mas Mário Covas, que melhorou o seu desempenho no mesmo sentido positivo da escolaridade e da renda familiar: 40% na categoria de escolaridade de nível superior e 33% na faixa de mais de 20 s.m., decrescendo até os índices de 9% no nível de primeiro grau (não há ocorrência na faixa analfabeto) e 9% entre os entrevistados com até 2 s.m.. O candidato Lula obteve mais votos entre os entrevistados de escolaridade e renda familiar intermediárias: 33% na faixa de escolaridade média (2° grau) e 36% entre os de renda familiar de 5 a 10 s.m.. Paulo Maluf, se saiu melhor entre os eleitores de escolaridade mínima de 2° grau (22%) mas também entre os de nível superior (20%). Quanto à renda familiar é interessante observar que Maluf obteve o seus melhores desempenhos no topo e na base da pirâmide social: 33% junto aos entrevistados com renda familiar de mais de 20 s.m. e 27% entre os mais pobres.

Tabela 3: voto no 1° e 2° turno das eleições de 1989 por escolaridade e renda familiar

	Escolaridade %				Renda Familiar %					
Voto eleição 1989	Analfabeto	1° grau	2° grau	Superior	Até 2 S.M.	+ 2 a 5 S.M.	+ 5 a 10 S.M.	+ 10 a 20 S.M.	+ 20 S.M.	Total (N)
Voto no 1° turno:	(*)				(****)					
Collor	100	56	19	16	55	54	28	27	24	38 (47)
Lula		18	33	24	9	23	36	27	19	23 (29)
Mário Covas		9	25	40	9	12	24	27	24	20 (25)
Paulo Maluf		18	22	20	27	11	12	20	33	19 (24)
Voto no 1° turno:	(**)				(****)					
Direita	100	70	43	39	83	59	39	47	58	56 (76)
Centro		12	24	36	8	17	21	27	27	21 (29)
Esquerda		18	32	24	8	24	39	27	15	23 (32)
Voto no 2° turno:	(*)				(***)					
Collor	100	75	48	50	83	75	56	45	64	63 (90)
Lula		25	53	50	17	25	44	55	36	37 (53)

(*) $\alpha = 0{,}01$ (**) $\alpha = 0{,}05$ (***) $\alpha = 0{,}10$ (****) $\alpha = 0{,}20$
Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Estes dados sugerem que a polarização centro – periferia estava, de certa forma, reproduzida na distribuição dos votos entre Fernando Collor e Mário Covas considerando os indicadores de escolaridade e renda familiar. Os indicadores dos outros dois candidatos também reforçam esta tendência, apesar de ficam diluídos entre os dois pólos: Paulo Maluf, como esperado, pendeu um pouco mais para o topo da pirâmide social disputando aí votos com o candidato Mário Covas (apesar de marcar presença também na base, na faixa de renda mais baixa), e Lula se consolidou no ponto mais central do eixo e piorou nos extremos.

Entre os dados relativos ao segundo turno apresentados nesta tabela chamamos atenção para manutenção do mesmo padrão de Lula (melhor nas faixas intermediárias de escolaridade e renda familiar) e, principalmente, para a reversão da tendência decrescente de Fernando Collor no topo da pirâmide. Na disputa final, Collor subiu na faixa de renda mais alta (acima de 20 s.m.), indicando que as bases sociais do voto de Collor foram sim incrementadas com o voto de eleitores mais ricos.

Finalmente, verificamos como a autolocalização na escala esquerda-direita variou em função da escolaridade e da renda familiar dos entrevistados. Segundo as análises de Singer, a partir dos mesmos dados aqui utilizados mas considerando a amostra total[85], "*no Brasil, o eleitorado à direita é predominante pobre (a renda é mais baixa à direita do que à esquerda e mais baixa nos extremos do que no centro...)*"(1998, pp. 153). No entanto, em função da votação mais expressiva do bloco dos candidatos de direita na cidade de São Paulo em relação ao registrado conjunto do eleitorado das grandes cidades do País, tínhamos a hipótese de que

[85] Além disso, na análise de André Singer os pontos do *continuum* esquerda-direita não foram agrupados em pares como fizemos aqui, e ele observou as variações de escolaridade e renda familiar em função da autolocalização na escala esquerda-direita porque o seu estudo investigava a relevância desta variável nos processos políticos analisados na sua pesquisa. Aqui nos estamos tratando os dados de outra forma, considerando a autolocalização como uma variável dependente e procuramos inferir como a autolocalização na escala difere em função da escolaridade e da renda familiar do entrevistado.

pudéssemos encontrar um perfil diferenciado do observado no País, especialmente no pólo à direita. Além disso, foi na capital paulista que Paulo Maluf registrou o sua maior votação e ele foi melhor entre os eleitores mais ricos, conforme vimos anteriormente nas análises da geografia eleitoral do voto na cidade.

Tabela 4: autolocalização na escala esquerda-direita por escolaridade e renda familiar

	Escolaridade %				Renda Familiar %					
	Analfabeto	1° grau	2° grau	Superior	Até 2 S.M.	+ 2 a 5 S.M.	+ 5 a 10 S.M.	+ 10 a 20 S.M.	+ 20 S.M.	
Autolocalização na escala	(*)				(**)					Total (N)
Esquerda		8	21	5	6	10	24	11	3	11 (21)
Centro-esquerda	25	13	9	32	28	10	15	14	24	17 (31)
Centro	25	14	36	34	11	15	22	38	35	25 (47)
Centro-direita	25	47	26	24	50	40	24	32	32	35 (66)
Direita	25	18	8	5	6	25	15	5	6	12 (23)

(*) $\alpha = 0,01$ (**) $\alpha = 0,05$
Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Os dados apresentados na Tabela 4 não frágeis para sustentar totalmente a nossa hipótese, porém, não deixam de sinalizar tendências coerentes nesta direção. Observando a Tabela de baixo para cima, os percentuais mostram que os entrevistados que se autolocalizaram nas posições mais extremas à direita têm escolaridade mais baixa (18% até o 1° grau) e renda familiar um grau acima da faixa mínima (25% entre 2 a 5 s.m. e 15% entre 5 a 10 s.m.). Este perfil sugere um público de classe média-baixa, parecido com as bases sociais do eleitorado de Jânio Quadros, em 1985, e de Paulo Maluf, em 1986, encontradas nas pesquisas de Pierucci (1989) sobre o voto conservador na cidade de São Paulo. Na faixa logo acima, a autolocalização na posição de centro-direita repete o padrão da anterior em relação à escolaridade (46% com escolaridade até o 1° grau), mas nas categorias de renda familiar as freqüências maiores são observadas nas duas faixas inferiores, cai na faixa central e em seguida ensaia um incremento nas duas faixas superiores. O padrão de distribuição dos entrevistados autolocalizados ao centro segue o padrão esperado: têm escolaridade média (36%) e superior (34%) e renda familiar mais

alta (38%, mais de 10 a 20 s.m. e 35%, mais de 20 s.m.). A autolocalização à esquerda é associada às faixas intermediárias de escolaridade (21%, 2° grau) e renda familiar (24%, mais de 5 a 10 s.m.) e decai nos extremos, mais em direção às faixas de renda familiar mais altas e escolaridade superior do que ao contrário. Ou seja, se não podemos encontrar uma associação mais forte das camadas mais ricas com a direita, no mínimo encontramos um desatrelamento destes estratos em relação à esquerda.

O conjunto destas tabelas indicam uma coerência interna nos dados da pesquisa quanto às associações entre direção do voto, identificação ideológica e perfil sócio-econômico dos entrevistados, de acordo com os estudos sobre o comportamento eleitoral na capital paulista e as análises sobre a eleição de 1989. Partimos então para a segunda parte da análise na qual procuramos verificar os conteúdos substantivos associados às posições no *continuum* ideológico esquerda-direita.

- **Valores associados às posições na escala esquerda-direita e a direção do voto na eleição presidencial de 1989 na cidade de São Paulo**

Os dados de opinião pública que dispomos permitiram-nos começar a compreender os conteúdos ideológicos associados às posições no espectro ideológico esquerda-direita. A partir do quadro teórico que nos deparamos sobre a nova direita no Brasil pós-Nova República, selecionamos na pesquisa algumas variáveis que pudessem ser significativas sobre as percepções do público da cidade de São Paulo a respeito dos conteúdos associados à renovação da direita.

Organizamos as variáveis em quatro grupos que sintetizam algumas tendências relacionadas ao contexto da nova direita: (1) o igualitarismo; (2) o neoliberalismo; (3) a moralidade privada; e (4) o autoritarismo[86].

As variáveis incluídas em cada um dos grupos são as seguintes:

Grupos	Variáveis	Pergunta do questionário (1993) % que concorda com a frase:
Igualitarismo	Antiigualitarismo	"O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos que todo mundo seja igual"
	Desigualdades sócio-econômicas	"Se o País for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais"
Neoliberalismo	Desregulamentação	"É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os seus empregados"
	Oposição ao bem estar social	"O governo deveria oferecer menos serviços públicos, incluindo coisas como saúde e educação, para reduzir os impostos"
	Estatização	"Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia"
Moralidade	Homossexualismo	"Os homossexuais são pessoas que devem ser aceitas como qualquer outra"
	Aborto	"Deve-se permitir o aborto a toda mulher que queira fazê-lo"
	Família	"O divórcio ameaça a sobrevivência da família"
Autoritarismo	Militarismo	"O País funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder"
	Partido único	"O Brasil seria bem melhor se existisse só um partido político"

Os resultados desta análise estão apresentados na Tabela 5, na qual apresentamos apenas os resultados significativos.

[86] O autoritarismo na verdade é um tema mais relacionado à clivagem autoritarismo – democratização que dominou os debates no início da Nova República, portanto, não se inscreve totalmente no contexto da nova direita. Mas considerando a pluralidade da direita, tal como vimos no capítulo precedente, incluímos duas variáveis sobre o tema.

Tabela 5: conteúdos associados à autolocalização na escala esquerda-direita, direção do voto na eleição de 1989, escolaridade e renda familiar

% de concordância com as frases

% que concorda:	Antiigua-litarismo	Desigualdades sócio-economicas	Desregula-mentação	Oposição ao bem estar social	Estatiza-ção	Milita-rismo	Partido único	Homosse-xualismo	Aborto	Família
Auto-classificação na escala	(***)	(*)			(**)		(**)	(***)		
Esquerda	30	16			80		45	85		
Centro-esquerda	37	23			50		30	81		
Centro	26	24			54		32	87		
Centro-direita	52	48			77		49	65		
Direita	59	55			68		55	59		
Voto no 1° turno	(**)	(****)	(***)		(**)	(**)				
F. Collor	60	51	32		77	44				
L. Lula	28	28	14		76	14				
M. Covas	29	32	17		42	33				
P. Maluf	57	33	44		57	57				
Voto no 1° turno	(**)	(****)	(**)	(****)	(**)	(**)				(****)
Direita	55	43	36	33	67	45				47
Centro	32	32	18	10	39	29				43
Esquerda	28	25	13	28	75	16				28
Voto no 2° turno	(**)	(**)			(****)	(**)		(****)		(***)
Collor	49	46			66	39		71		48
Lula	28	28			64	23		81		30
Escolaridade	(***)	(*)	(****)	(****)	(*)	(*)	(*)		(*)	(***)
1° grau:	47	50	18	36	76	40	49		24	50
2° grau:	41	26	17	24	66	29	50		46	35
Superior:	24	16	31	22	44	16	13		58	31
Renda familiar	(****)	(*)	(**)	(****)	(*)	(*)	(**)		(**)	
Até 5 S.M.	47	50	20	26	77	45	55		23	
+ 5 a 10 S.M.	32	24	7	34	71	34	36		35	
+ 10 S.M.	40	29	32	25	54	19	33		52	
TOTAL	40	33	21	30	65	32	41	75	38	42

(*) $\alpha = 0{,}01$ (**) $\alpha = 0{,}05$ (***) $\alpha = 0{,}10$ (****) $\alpha = 0{,}20$
Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Observamos que em todos os grupos há pelo menos uma variável de conteúdo associada à autolocalização na escala esquerda-direita, ao voto no primeiro ou no segundo turno da eleição de 1989 e mais freqüentemente em relação às variáveis de posição social (escolaridade e renda familiar).

O grupo em que se observa maior números de variáveis significativas é o do "igualitarismo", que apresenta frases que desvalorizam a igualdade. No grupo "neoliberalismo", a variável estatização é também significativa, em graus diferenciados, em todos os cruzamentos. Os grupos "autoritarismo" e "moralidade" apresentam dados poucos significativos, este último menos ainda que o primeiro.

Para simplificar, iremos destacar apenas alguns dados relevantes, aqueles que indicam tendências relevantes quanto à visão de mundo do grupo de entrevistados sobre os conteúdos destacados na Tabela.

Os dados das variáveis "antiigualitarismo" e "desigualdades sociais" mostram que, como esperado, a direita é menos igualitária do que a esquerda, porque a concordância com as frases cresce à medida que passamos da esquerda para a direita na escala (exceto na variável "antiigualitarismo" cujo percentual mais baixo corresponde à posição ao centro e não à esquerda). Entre os entrevistados que se autolocalizaram à direita, 59% concordaram com a frase que desvaloriza o igualitarismo e 55% concordaram com a que desdenha as desigualdades sócio-econômicas. A primeira frase foi igualmente mais aceita pelos eleitores de Fernando Collor (60%) e Paulo Maluf (57%); a segunda apenas pelos eleitores de Collor (51%).

Porém, é instigante como num País marcado por tantas desigualdades sociais sejam justamente os entrevistados em posição social mais baixa os que mais concordaram com o antiigualitarismo e com as desigualdades sócio-econômicas. Mas observamos que na variável "antiigualiarismo" o menor índice de concordância foi observado entre os entrevistados de renda intermediária, ascendendo, um pouco, novamente na faixa mais alta. Vimos anteriormente na Tabela 3 que nas faixas de renda familiar mais altas havia um ligeiro incremento no voto em candidatos de direita. Diante disto, resolvemos investigar como se

distribuíam as opiniões favoráveis ao antiigualitarismo de acordo com o voto e a renda familiar do entrevistado.

Tabela 6: voto no 1° turno das eleições de 1989 por renda familiar % (Base N) que concorda com a frase antiigualitária

	Renda familiar % (N)				
Voto no 1° turno:	Até 2 s.m.	+ de 2 a 5 s.m.	+ de 5 a 10 s.m.	+ de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.
Votou em um candidato de direita no primeiro turno	80 (10)	41 (17)	45 (11)	64 (14)	53 (15)
Votou em Fernando Collor	83 (6)	43 (14)	43 (7)	63 (8)	80 (5)
Votou em Paulo Maluf	100 (3)	33 (3)	33 (3)	63 (6)	57 (7)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

A Tabela 6, conseqüência do cruzamento de três variáveis, resulta em um número muito pequeno de entrevistados por células, tornando-a pouco significativa. Porém, os dados, mesmo que limitados, sugerem que quando o entrevistado votou em algum candidato à direita em 1989 as opiniões contrárias ao igualitarismo ocorrem com mais freqüência tanto nas faixas de renda familiar mais baixa quanto no topo, sendo o mesmo válido para os que votaram em Fernando Collor ou em Paulo Maluf. Portanto, a postura antiigualitária, predominante no público mais pobre, ressurge nas camadas mais ricas. No entanto, permanece a dúvida sobre o sentido do antiigualitarismo entre as camadas mais pobres, que os dados que dispomos não esclarecem.

Voltando à Tabela 5, destacamos a variável mais significativa do grupo "neoliberalismo": a estatização. Assim como foi observado por Singer (1998) em relação ao Brasil, o público em geral é mais favorável ao estatismo do que o contrário (na linha Total, 65% a favor de mais intervenção do governo na economia) e o público de centro é menos estatizantes do que os extremos, seja considerando a autocolocação na escala esquerda-direita ou a direção do voto. Porém, ao contrário do que foi observado no País, o público da cidade de São Paulo

mais à esquerda é mais favorável ao estatismo do que o mais à direita (comparando os dois extremos, 80% pró estatismo à esquerda e 68% à direita). Neste caso, porém, a afirmação não é válida se for considerada a direção do voto. Isso porque são os eleitores de Mário Covas, ao centro, e de Paulo Maluf, à direita, os menos favoráveis à intervenção do estado na economia e são os eleitores de Fernando Collor, à direita, e de Lula, à esquerda, os mais favoráveis ao estatismo.

Singer (1998) sugere uma explicação para o estatismo de direita, que nos dados que analisamos está associado ao voto Fernando Collor, como sendo uma forma de reforçar a autoridade de Estado, ou seja, o estatismo tem a conotação de Estado forte. Como veremos a seguir a direita é muito mais autoritária do que a esquerda, o que torna a explicação plausível.

De toda maneira, na variável estatismo, a clivagem mais significativa se dá nas variáveis de posição social, pois são os entrevistados com renda mais alta e escolaridade superior os menos estatistas, justamente as categorias que mais votaram em Covas e Maluf.

Sobre as outras duas variáveis chamamos atenção para valorização da desregulamentação da economia (liberdade para as empresas dispensarem empregados) entre os eleitores dos candidatos de direita (com destaque para os que votaram em Paulo Maluf) e os entrevistados com melhor posição social. A variável que avalia a oposição ao bem estar social é também valorizada pelos eleitores dos candidatos de direita, porém é menos significativa, nos itens escolaridade e renda familiar. Mas esta última nos pareceu uma questão de difícil avaliação porque a frase combina uma conotação negativa (redução dos serviços públicos) com uma positiva (redução de impostos).

As variáveis do grupo das questões da moralidade privada não mostram tendências significativas e em especial no que tange à associação com as posições

ideológicas. Notamos que apenas na variável "homossexualismo" os públicos de centro e de esquerda são significativamente mais favoráveis ao respeito à opção individual do que os de direita. A variável "aborto" somente apresenta associações significativas nas faixas de renda mais altas e escolaridade superior, mais favoráveis à liberdade da mulher decidir sobre o tema. E a variável "família" sugere que os as bases do voto de esquerda relacionam menos o divórcio como uma ameaça a família.

Finalmente as variáveis do grupo autoritarismo ("militarismo" e "partido único") são, como esperado, mais associadas ao público de direita, o voto à direita e os entrevistados com renda familiar e escolaridade mais baixas, os públicos que geralmente mais apoiam soluções autoritárias e contra as instituições democráticas (Pierucci, 1987).

O conjunto destes dados evidenciam que há uma sensibilidade por parte do público aos *issues* associados ao fenômeno de revitalização direita, e que as visões de mundo sobre o "igualitarismo" o "estatismo" e, em menor grau o "autoritarismo" e a "moralidade" são relacionadas ao posicionamento na escala esquerda-direita e a direção do voto na eleição de 1989 do público da cidade de São Paulo.

Vimos que, na clivagem esquerda-direita, o público de esquerda, de uma forma geral, é mais igualitário e estatista do que o de direita. O mesmo padrão se repete em relação à direção do voto, exceto na variável estatismo, em que os eleitores de Fernando Collor foram tão estatistas quanto os de Lula e, numa escala menor, são mais estatistas os que votaram em Paulo Maluf do que em Mário Covas. A variável "estatismo" é mais associada com o gradiente de escolaridade e

renda, pois são os entrevistados de renda e escolaridade mais altas os menos favorável à intervenção do Estado na economia.

Uma das variáveis do grupo das questões morais, o "homossexualismo" se mostrou associada à autolocalização na escala esquerda-direita no sentido esperado: menos tolerância entre os entrevistados de direita. O mesmo foi observado na variável "partido único" do bloco autoritarismo, em que a direita se revelou mais favorável. Porém não foram os entrevistados de esquerda os mais pluralista em relação aos partidos políticos, mas os de centro.

Os dados analisados nos sugerem pelos menos duas clivagens deste público. Uma sócio-econômica, que opõem de um lado os candidatos do público mais pobres (Collor e Lula, no primeiro turno) ao dos mais ricos (Covas e Maluf), e outra de conteúdo ideológico, que às vezes reflete esta mesma clivagem sócio-econômica, como na questão do "estatismo" (eleitores de Lula e de Collor mais estatistas do que os eleitores de Maluf e Covas), e às vezes inverte os pares, como o igualitarismo, que coloca o público de centro mais próximos do de esquerda (ou eleitores de Mário Covas e Lula) em oposição ao de direita.

Porém, se retiramos deste diagrama o fenômeno ocasional e imprevisível do ex-presidente Fernando Collor e nos atermos aos outros três tradicionais candidatos paulistas, podemos vislumbrar uma institucionalização da identidade ideológica deste público, pois percebemos que a direção do voto e a autolocalização na escala esquerda-direita encontram-se coerentemente associados aos conteúdos ideológicos no sentido esperado, ou seja, o público de direita menos igualitário, antiestatista, mais moralista e mais autoritário do que o de esquerda. A posição de centro, nos nossos dados, revelou-se contraditória, pois ora pendia para as posições associadas à esquerda (nos valores) mas ora pendia para a direita (nas atitudes), como na divisão do voto entre os candidatos do espectro ideológico esquerda-direita.

Além disso, considerando o que foi dito à cima em relação à clivagem sócio-econômica do voto, a explicação sociológica parece fortalecida, pois os dados sugerem que as classes mais altas se unem mais em torno das candidaturas de centro e de direita, do que o contrário, o centro se unir à esquerda, e nos conteúdos ideológicos mais "concretos" de ordem econômica, como a defesa do investimento privado e da desregulamentação da economia, estes interesses se aglutinam novamente.

Isso ficou evidenciado num outro recorte que fizemos com os nossos dados. Vimos que boa parcela do público de centro, numa situação polarizada esquerda-direita, tende mais a apoiar a direita, independentemente de suas visões de mundo, como ficou nítido na Tabela 1, na descrição do voto no segundo turno de 1989, em que 74% dos eleitores de centro preferiram Collor em vez de Lula. Esta afinidade maior entre a direita e o centro do que o contrário foi observada num contexto mais recente por Singer (1998) a partir de dados muito mais abrangentes do que o nosso. O referido autor constatou uma continuidade dos alinhamentos eleitorais entre 1989 e 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, do PSDB em aliança com o PFL, foi eleito presidente da República. Neste estudo estudo, Singer constatou que o Plano Real foi um fator muito influente no voto, mas não foi o único, nas palavras do autor, "*o real cumpriu um importante papel de realinhamento dos eleitores de centro e direita em direção ao candidato que os representava.*" (pp. 132, grifo nosso).

Concluímos, portanto, a partir dos dados de 1993, que havia uma parcela maior do público da cidade de São Paulo identificado com as posições de direita e centro-direita, medida pela autolocalização na escala esquerda-direita e a direção do voto. Em relação aos conteúdos associados às posições ideológicas, encontramos uma parcela do público favorável aos temas associados à agenda da nova direita, mas que não chegava a se constituir numa maioria. Porém, se um

público de direita ou de centro e posição social melhor observou-se uma associação mais positiva com os itens da agenda econômica neoliberal e, se de posição social mais baixa, a associação mais significativa ocorreu com os temas da moralidade e do autoritarismo.

- **Opiniões sobre temas da agenda neoliberal e da moralidade debatidos no Congresso Nacional em 1995**

A Segunda pesquisa que dispomos foi realizada em março de 1995, aos três meses do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e abordou questões da agenda do Congresso, no contexto da reforma da Constituição e também alguns projetos de lei a respeito de temas polêmicos. Dessa forma, os questionamentos foram objetivamente inseridos nos debates predominantes à época, dos quais destacamos as opiniões sobre o monopólio estatal no setor petrolífero, a privatização da estatal Petrobras, a reforma da previdência, a extensão do direito de aborto e a união civil entre homossexuais. São temas se relacionam mais diretamente à agenda neoliberal e a moralidade privada, porém abordados de forma diferente da pesquisa de 1993, daí porque não podemos diretamente compará-las. Apesar disso, pelo menos no que se refere à agenda neoliberal (estatismo no setor de petróleo), de uma maneira geral, as opiniões em 1995 se tornaram bem mais favoráveis, sinalizando que boa parcela do público embarcou na sentido para onde corre o leito do rio atualmente. Daí porque, mais uma vez, colhemos indícios de que os temas econômicos, sobretudo o estatismo, são os grandes divisores atualmente da clivagem esquerda-direita, e o neoliberalismo é a principal corrente nova direita.

Em relação aos dados que dispomos, observamos as tendências gerais sobre cada um dos temas e os padrões de distribuição das respostas, de acordo com as variáveis de estratificação disponíveis no questionário, a saber: escolaridade, renda familiar, faixa etária e ideologia partidária que se refere ao agrupamento dos partidos preferidos de acordo com sua colocação no espectro ideológico esquerda-direita[87]. Por contarmos com uma amostra da cidade de São Paulo maior do que a de 1993, apresentamos tabelas mais completas, que permitem melhor inferir sobre as tendências observadas na pesquisa.

– Agenda neoliberal no contexto da reforma da Constituição

O monopólio estatal e a privatização foram temas abordados na pesquisa em duas questões sobre a empresa de petróleo estatal, a Petrobras. Os entrevistados foram perguntados sobre a possibilidade de quebra do monopólio estatal[88] e da privatização da empresa[89].

---

[87] Esta variável foi produzida a partir da respostas do entrevistado à pergunta "qual é o seu partido político?". Agrupamos as opções de acordo com o seguinte critério: "Esquerda" = entrevistados que citaram PT, PDT e PSB; "Centro" = PMDB, PSDB; e "Direita" =, PFL, PPR (ex PDS, atual PPB), PTB, PRN e PL. Este critério foi o mesmo adotado para o agrupamento dos voto por candidato na pesquisa de 1993, citado na nota 84. Foram excluídos as outras respostas ("não sabe"; "não tem partido"; e "citou nome"). No entanto, apenas 188 entrevistados, ou seja, 40,5%, indicaram algum partido, e a maior parte dos entrevistados não puderam ser classificadas de acordo com este critério, pois responderam algum dos itens excluídos. Portanto, os dados da tabela são válidos apenas para o pequeno grupo de entrevistados que preferiu algum partido o que afetou muito a sua significância.

[88] A pergunta completa é a seguinte: "O novo Congresso pretende fazer várias reformas na Constituição, que é a lei máxima do país. Entre as questões que devem ser discutidas está o monopólio estatal da União em alguns setores econômicos. Atualmente, por exemplo, só a Petrobras pode procurar, extrair e refinar petróleo. Na sua opinião o que é melhor para o pais: (1) que a lei não mude e só a Petrobras continue podendo explorar e refinar petróleo; (2) que além da Petrobras, empresas privadas nacionais também possam explorar e refinar petróleo; ou (3) além da Petrobras e de outras empresas nacionais, que empresas estrangeiras também possam explorar e refinar petróleo. Para efeito de análise, as duas últimas categorias foram agrupadas numa única, e a tabela confronta opiniões entre a continuidade do monopólio estatal ou a quebra do monopólio com a participação de empresas privadas nacionais ou estrangeiras. O agrupamento reduz a dispersão de respostas e assim pode-se trabalhar com menor grau de incerteza. Sem o agrupamento os resultados seriam: "que a lei não mude e só a Petrobras continue podendo explorar e refinar petróleo": 25,0%; "que além da Petrobras, empresas privadas nacionais também possam explorar e refinar petróleo": 37,9%; "além da Petrobras e de outras empresas nacionais, que empresas estrangeiras também possam explorar e refinar

TABELA 7

O monopólio da estatal na exploração / refino de petróleo e a privatização da Petrobras

Opiniões sobre o monopólio da União no setor petrolífero	% (N)	Opiniões sobre a privatização da Petrobras	% (N)
A Petrobras continue com o monopólio	25 (116)	A favor	**49,1 (228)**
Também empresas privadas nacionais e estrangeiras	**67,7 (314)**	Contra	40,3 (187)
Não sabe	7,3 (34)	Indiferente	1,7 (8)
		Não Sabe	8,8 (41)
Total	100 (464)	Total	100 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

A informação que mais se destaca na Tabela 7 é que a maioria absoluta dos entrevistados, 67,7%, eram favoráveis à abertura do setor de exploração e refino de petróleo para empresas privadas. Apenas 25% defendiam a continuidade do monopólio da Petrobras. Porém, na questão da privatização da estatal, a Tabela mostra que as opiniões se dividem, e os que eram favoráveis à privatização da Petrobras não chegaram a formar uma maioria absoluta, mas ficaram perto: 49,1%, enquanto que 40,3% eram contra a privatização da empresa. Ou seja, encontramos mais entrevistados contrários à venda da empresa do que aqueles que defendem o monopólio da empresa.

As maiores freqüências modais desta tabela sugerem que, pelo menos no setor petrolífero, o sentimento a favor do estatismo predominante nos anos 80 havia diminuindo. Duas pesquisas, realizadas em 1989[90], que tratam especificamente da privatização da Petrobras corroboram para fortalecer esta

---

petróleo": 29,7%; e "não sabe": 7,3%

[89] A formulação completa da questão é a seguinte: "Em relação a Petrobras, você é a favor ou contra sua privatização, isto é, você é a favor ou contra que a Petrobras seja vendida para acionistas privados deixando de ser empresa estatal?"

[90] Pesquisa IBOPE (novembro de 1989) com eleitores do Brasil e pesquisa Datafolha com eleitores da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro (18-19/10/89). Fonte: CESOP / Unicamp.

tendência. Uma delas, cobrindo todo o País, encontrou apenas 16% de opiniões favoráveis à privatização; a outra, com os públicos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, encontrou um índice um pouco maior, 28%, mas bem abaixo do índice encontrado na pesquisa que estamos analisando. A evolução da opinião pública neste sentido deve ter servido como indicadores seguros para a aprovação da quebra do monopólio do petróleo e o endurecimento do governo no enfrentamento da greve do setor ocorridos no primeiro ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Mas voltando ao nosso eixo central, tentamos entender o padrão de distribuição dessas respostas, apresentamos algumas tabelas com os resultados de cruzamentos entre a opinião sobre o monopólio estatal e a privatização da Petrobras[91].

A Tabelas 8 chama a atenção para três aspectos bem delineados. O primeiro é que o apoio ao monopólio da Petrobras no setor de petróleo é menor do que a posição favorável à quebra do monopólio em todos os níveis de escolaridade. Em seguida, observamos que a quebra do monopólio tem maior apoio quanto maior o grau de instrução. O mínimo de 63,8% encontra-se entre os entrevistados com escolaridade até o 1° grau, número que cresce para 89,3% entre os de nível superior. O terceiro aspecto saliente é a correlação significativa da relação entre estas variáveis, com o valor de qui^2 significativo ao nível de 0,001(99,9%) para a tabela total e todos os resíduos significantes, indicando que o aumento da escolarização aumenta a crítica ao monopólio no setor.

---

[91] Nestas tabelas destacamos apenas as respostas dos entrevistados que declararam alguma opinião sobre o tema questionado, ou seja, foram excluídos da base de dados os casos de "não sabe". Com isto estaremos sintetizando as contingências observadas e reduzindo o número de células com número de casos insignificantes para a análise. Consideramos válido optar por este procedimento, por que os casos eliminados da análise não ultrapassam a 10% do total, as categorias chaves são preservadas ("estatismo" e "privatismo") e, apesar do crescimento do valor percentual das respostas, as proporções das diferenças entre elas se mantêm.

TABELA 8[92]

O monopólio estatal da Petrobras segundo escolaridade

		ESCOLARIDADE			
		Até 1°grau	2° grau	Superior	Total
Petrobras continue com o monopólio	N	85	23	8	116
	% Segundo ESCOLARIDADE	36,2%	19,2%	10,7%	27,0%
	Adjusted Residual	4,7	-2,3	-3,5	
Também empresas privadas nacionais ou estrangeiras	N	150	97	67	314
	% Segundo ESCOLARIDADE	63,8%	80,8%	89,3%	73,0%
	Adjusted Residual	-4,7	2,3	3,5	
Total	N	235	120	75	430
	% Segundo ESCOLARIDADE	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23,926	2	,000

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

Na seqüência, observamos na Tabela 9 o mesmo padrão de distribuição de respostas em relação à privatização da Petrobras, ou seja, o aumento do apoio à privatização cresce com a escolarização. Porém, não há uma unanimidade sobre a

[92] As informações apresentados no corpo das tabelas referem-se ao seguinte: em cada um dos itens analisados, a primeira linha informa o número absoluto de casos (N); em seguida este número é traduzido em percentual, tomando-se como base de cálculo a variável que se encontra no cabeçalho da tabela. Notar que os percentuais da coluna "Total" são diferentes dos observados anteriormente, na Tabela 1, porque nas tabelas cruzadas algumas respostas foram desconsideradas; a última linha mostra o padrão de relacionamento entre as variáveis a partir da análise do resíduo ajustado, que informa para cada célula quando a freqüência observada na célula é significativamente diferente da esperada numa situação de não-associação. Adotando um critério mais rigoroso, são significativos (ao nível $\alpha = 0,05$) valores superiores a 1,96 em valor absoluto. No rodapé de cada tabela está indicado o qui-quadrado (qui^2) observado para o conjunto da mesma e o nível de significância, que quando inferior a 0,05 permite rejeitar a hipótese de independência entre as variáveis (ou ausência de associação significativa). Eventualmente iremos aceitar o nível um pouco menos rigoroso, resíduo acima de 1,65 para o nível $\alpha = 0,10$, quando nos parecer que a tendência da tabela segue a tendência esperada. (Ver observação sobre nível de significância na nota 74).

questão da privatização entre todos os níveis de escolarização. A maioria dos entrevistados com até o 1° grau são contrários à privatização da Petrobras, tendência inversa a observada entre as outras categorias da tabela. Os valores dos resíduos ajustados são todos significativos e são maiores (em números absolutos) entre os de escolarização inferior, os que mais se diferenciam dos demais.

TABELA 9

A privatização da Petrobras segundo escolaridade

		ESCOLARIDADE			
		Até 1°grau	2° grau	Superior	Total
A favor	N	108	73	47	228
	% segundo ESCOLARIDADE	47,2%	63,5%	66,2%	54,9%
	Adjusted Residual	-3,5	2,2	2,1	
Contra	N	121	42	24	187
	% segundo ESCOLARIDADE	52,8%	36,5%	33,8%	45,1%
	Adjusted Residual	3,5	-2,2	-2,1	
Total	N	229	115	71	415
	% segundo ESCOLARIDADE	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,618	2	,002

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

A Tabela 10 mostra que o apoio à quebra do monopólio estatal mantém o padrão majoritário em todas as faixas de renda familiar. As associações mais relevantes encontram-se entre os indivíduos com renda familiar na faixa intermediária da tabela, entre 5 a 10 s.m. , e aqueles com renda familiar acima de

10 s.m.. Na primeira categoria, de apoio ao monopólio, os indivíduos da faixa intermediária encontram-se em número maior (33,9%) e, em outra direção os entrevistados com renda familiar maior são os mais favoráveis à quebra do monopólio estatal (79,9%).

TABELA 10

O monopólio estatal da Petrobras segundo renda familiar

		RENDA FAMILIAR			
		Até 5 SM	Mais 5 a 10 SM	Mais 10 SM	Total
Petrobras continue com monopólio	N	32	39	38	109
	% segundo RENDA FAMILIAR	30,8%	33,9%	20,1%	26,7%
	Adjusted Residual	1,1	2,1	-2,8	
Também empresas privadas nacionais ou estrangeiras	N	72	76	151	299
	% segundo RENDA FAMILIAR	69,2%	66,1%	79,9%	73,3%
	Adjusted Residual	-1,1	-2,1	2,8	
Total	N	104	115	189	408
	% segundo RENDA FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	8,133	2	,017

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

O resultado da Tabela 11 mostra que as tendências observadas no cruzamento anterior se repetem aqui, ou seja, que os entrevistados com menor renda familiar são majoritariamente contrários a venda da Estatal e que quanto maior a renda familiar maior o apoio à privatização da Petrobras. No entanto, neste caso, o valor de qui^2 para o conjunto da tabela é significativo apenas por um critério menos rígido (nível $\alpha = 0,10$).

TABELA 11

A privatização da Petrobras segundo renda familiar

		RENDA FAMILIAR			
		Até 5 SM	Mais 5 a 10 SM	Mais 10 SM	Total
A favor	N	48	56	109	213
	% segundo RENDA FAMILIAR	46,2%	51,9%	60,2%	54,2%
	Adjusted Residual	-1,9	-,6	2,2	
Contra	N	56	52	72	180
	% segundo RENDA FAMILIAR	53,8%	48,1%	39,8%	45,8%
	Adjusted Residual	1,9	,6	-2,2	
Total	N	104	108	181	393
	% segundo RENDA FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,596	2	,061

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

As variáveis faixa etária e ideologia partidária somente mostraram associações significativas na questão da privatização da Petrobras.

O cruzamento com a faixa etária apresentado na Tabela 12 indica que a variável idade pode ser relevante na associação com a opinião sobre a privatização da Petrobras, pois o valor observado para a tabela total qui^2 é significativo (nível de 0,01). Os valores dos resíduos ajustados no corpo da tabela permitem concluir apenas que os mais jovens (16-24 anos) são mais favoráveis à privatização do que todos os demais.

TABELA 12

A privatização da Petrobras segundo faixa etária

		FAIXA ETÁRIA				
		16-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45 anos ou +	Total
A favor	N	55	61	43	69	228
	% segundo FAIXA ETÁRIA	68,8%	48,4%	46,7%	59,0%	54,9%
	Adjusted Residual	2,8	-1,8	-1,8	1,0	
Contra	N	25	65	49	48	187
	% segundo FAIXA ETÁRIA	31,3%	51,6%	53,3%	41,0%	45,1%
	Adjusted Residual	-2,8	1,8	1,8	-1,0	
Total	N	80	126	92	117	415
	% segundo FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	11,600	3	,009

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

Finalmente, a Tabela 13 apresenta dados que confirmam a tendência antiestatista do público de direita ou, neste caso, identificado com os partidos de direita: os entrevistados à direita apoiam majoritariamente a privatização da Petrobras. O valor de qui^2 observado (significante ao nível 0,05) permite rejeitar a hipótese de que as variáveis sejam independentes, mas os valores desta associação se mostram relevantes apenas na categoria ideológica à direita, na qual o índice de entrevistados a favor da privatização ultrapassam em mais de 20% o valor observado na tabela total.

TABELA 13

A privatização da Petrobras segundo ideologia partidária

		IDEOLOGIA			
		Esquerda	Centro	Direita	Total
A favor	N	46	40	18	104
	%segundo IDEOLOGIA	58,2%	51,9%	81,8%	58,4%
	Adjusted Residual	,0	-1,5	2,4	
Contra	N	33	37	4	74
	%segundo IDEOLOGIA	41,8%	48,1%	18,2%	41,6%
	Adjusted Residual	,0	1,5	-2,4	
Total	N	79	77	22	178
	%segundo IDEOLOGIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	6,288	2	,043

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

Um outro tema de destaque da agenda dos anos 90 no Congresso Nacional foi a reforma da previdência. Nesta pesquisa, o público foi questionado sobre a continuidade do sistema de previdência social em relação a aposentadoria, ou seja, a manutenção do sistema de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço e por idade (que afeta a maior parte dos trabalhadores assalariados) *vis-à-vis* a reforma, ou seja, o limite calculado apenas por idade[93]. Na Tabela 14, verificamos que a

[93] A formulação completa da questão é a seguinte: "Atualmente a lei dá direito à aposentadoria por idade ou por tempo de serviço. Os homens podem se aposentar aos 65 anos de idade ou depois de 35 anos de serviço; as mulheres aos 60 anos ou depois de 30 de serviço. Na sua opinião, a aposentadoria Deveria ficar exatamente como está, por idade e tempo de serviço; Deveria ser só por idade, obedecidos os limites atuais Deveria ser só por tempo de serviço, respeitados os prazos atuais."

opinião majoritária (74,8%) é de apoio à reforma proposta enquanto que a posição pela manutenção do sistema é defendido por cerca de um quarto dos entrevistados.

TABELA 14

A reforma da Previdência Social: sistema de aposentadorias

Opiniões sobre a reforma da previdência	**% (N)**
Deveria ficar exatamente como está, por idade e por tempo de serviço	24,6 (114)
Deveria ser só por idade, obedecidos os limites atuais	**74,8 (347)**
Deveria ser só por tempo de serviço, respeitando os prazos atuais	0,2 (1)
Outras respostas	0,4 (2)
Total	100 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Nesta questão poucas diferenças foram observadas entre os subgrupos amostrados.

A Tabela 15 mostra que, apesar de todos os grupos de renda familiar terem se colocando majoritariamente favoráveis à reforma da previdência, o público mais pobre foi um pouco menos favorável à mudança do sistema de aposentadoria.

TABELA 15

A reforma da previdência segundo renda familiar

		RENDA FAMILIAR			
		Até 5 SM	Mais 5 a 10 SM	Mais 10 SM	Total
Deveria ficar como está: por idade e tempo de serviço	N	37	23	46	106
	% segundo RENDA FAMILIAR	30,8%	18,9%	23,7%	24,3%
	Adjusted Residual	2,0	-1,7	-,3	
Deveria ser só por idade, obedecidos os limites atuais	N	83	99	148	330
	% segundo RENDA FAMILIAR	69,2%	81,1%	76,3%	75,7%
	Adjusted Residual	-2,0	1,7	,3	
Total	N	120	122	194	436
	% segundo RENDA FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,788	2	,091

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

No cruzamento com a variável faixa etária na Tabela 16, mostra duas faixas significativas: entre os mais jovens, de 16 a 24 anos, e os entrevistados com idade compreendida na faixa entre 35 e 44 anos. No grupo mais jovens, apesar da maioria ser favorável à reforma, é onde encontramos o maior agrupamento de pessoas contrárias a mudança do atual sistema (36%, contra 25% do total, em valores arredondados). Na faixa de 35 a 44 anos encontramos os entrevistados mais favoráveis à reforma da previdência: 88% são favoráveis, enquanto que a freqüência total da categoria é de 75%.

TABELA 16

A reforma da previdência segundo faixa etária

		FAIXA ETÁRIA				
		16-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45 anos ou +	Total
Deveria ficar como está: por idade e tempo de serviço	N	32	32	13	37	114
	% segundo FAIXA ETÁRIA	36,4%	23,7%	12,0%	28,5%	24,7%
	Adjusted Residual	2,8	-,3	-3,5	1,2	
Deveria ser só por idade, obedecidos os limites atuais	N	56	103	95	93	347
	% segundo FAIXA ETÁRIA	63,6%	76,3%	88,0%	71,5%	75,3%
	Adjusted Residual	-2,8	,3	3,5	-1,2	
Total	N	88	135	108	130	461
	% segundo FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	16,795	3	,001

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Os dados apresentados até aqui, destacados da agenda de reformas neoliberais, indicam que na questão do estatismo, o campo pareceu francamente favorável às reformas, tanto para a quebra do monopólio quanto à privatização, esta última em menor grau. No geral, encontramos opiniões mais favoráveis à abertura do setor e a privatização entre os entrevistados com escolaridade e renda familiar mais altas. Nestes casos as relações se mostram quase sempre significativas, ou seja, podemos concluir que o aumento da escolarização e da renda familiar afeta

positivamente as opiniões favoráveis. As duas outras variáveis nem sempre foram significativas. A faixa etária se mostrou relevante na questão da privatização e a variável ideologia partidária mostrou-se significativa apenas no cruzamento sobre a privatização da Petrobras: os entrevistados que apoiam partidos classificados como de direita são os mais favoráveis a privatização da empresa (81,8%).

A questão da reforma da previdência convergiu para uma maioria absoluta de aprovação da reforma e os dados revelaram poucas diferenças significativas entre os subgrupos, inclusive na questão da ideologia partidária. Este resultado sugere que o discurso oficial pela reforma da previdência foi absorvido pelo público de uma maneira geral. Esta tendência observada na cidade de São Paulo se contrasta bastante com uma informação de pesquisa do início de 1992 realizada no Brasil[94]. Na oportunidade, entre os eleitores questionados sobre a possibilidade de reforma do sistema de aposentadoria apenas 34% se manifestaram a favor da mudança. Parece contraditório que a maioria das pessoas apoiem medidas que, em tese, contrariam os interesses delas próprias. Porém, os debates públicos sobre a questão da previdência têm enfatizado muito a os privilégios das aposentadorias públicas. Nossos dados não permitem avançar por este caminho, mas, mas fica um hipótese que este ponto de vista sobre o problema possa ter enviesado a avaliação dos entrevistados.

---

[94] Pesquisa nacional IBOPE, de 31/01/92. Fonte: CESOP / Unicamp.

- **Debates de temas morais**

Na pesquisa de 1995 destacamos duas questões sobre temas ligados à moralidade privada: o aborto e o homossexualismo. Mas veremos que, assim como foi observado em 1993, as clivagens relacionadas a estes temas são associadas às categorias de posição social (escolarizados e renda familiar). Não foram observadas associações significativas com a variável ideologia partidária.

O próximo bloco de tabelas mostra as opiniões sobre a legislação do aborto[95]. Observamos na Tabela 17 que a questão estimula um maioria de respostas favoráveis a manutenção da atual lei que permite o aborto em casos de estupro ou risco de vida da mãe (46,6%). Não deixa de ser significativo que quase um terço dos entrevistados se manifesta favorável à ampliação dos casos em que o aborto deveria ser permitido (28,6%) e também o percentual de entrevistados que se manifestam a favor da descriminalização total do aborto (23,1%). Considerando que o enunciado da questão não dicotomiza os entrevistados entre "a favor" ou "contra" o aborto e sim gradua as situações em que o aborto deve ser permitido, podemos considerar que a soma das posições favoráveis a ampliação das situações passíveis de aborto e pela descriminalização da prática indica um grau elevado de liberalidade nesta questão entre os entrevistados (51,7%). De outro lado, teríamos que os entrevistados contrários à ampliação dessas possibilidades, opinando pela manutenção da lei atual, dentre os quais, provavelmente, estariam as pessoas contrárias à prática do aborto em qualquer situação (46,6%). Temos, portanto, uma situação hipotética em que o grupo de entrevistados praticamente se divide ao meio sobre a questão. É um quadro muito diferente do observado na pesquisa de 1993.

[95]A formulação da questão: "Atualmente o aborto no Brasil só é permitido em caso de estupro ou de risco de vida para a mãe. Há projetos de lei para ampliar as situações em que a interrupção da gravidez seria permitida. Você é a favor:"

Apesar de perguntas diferentes (lembrando que na pesquisa anterior o tema não foi tratado de forma concreta como nesta pesquisa) e amostras muito díspares, naquela pesquisa apenas 38% dos entrevistados concordavam com a liberdade da mulher decidir sobre o tema.

TABELA 17

A legislação sobre o aborto

Opinião sobre a legislação do aborto	**% (N)**
Deve continuar como está	46,6 (212)
Deve ser permitido em mais situações especiais	28,6 (130)
No início da gravidez, deixe de ser crime em qualquer situação	23,1 (105)
Outras respostas	0,2 (1)
Não sabe	1,5 (7)
Total	100 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Nas tabelas cruzadas a seguir mantemos as três categorias de respostas que apresentam índices significativos, que agrupam quase 100% de entrevistados, e desconsideramos as outras respostas que somam menos de 2%. Observamos que somente nos cruzamentos com as variáveis "escolaridade" e "renda familiar" os resultados foram significativos. Estas variáveis são, em geral, estreitamente ligadas e normalmente apontam na mesma direção, ou seja, com a primeira aumentando à medida que cresce a segunda.

No cruzamento com a variável escolaridade (Tabela 18), notamos que as diferenças observadas entre as opiniões dos entrevistados são relevantes nas duas primeiras categorias da tabela: os entrevistados com escolaridade mais baixa são os

mais favoráveis à manutenção dos limites previstos na atuais legislação sobre o aborto (53,4%), e a medida que cresce a escolaridade aumenta o apoio à possibilidade de ampliação dos casos em que o aborto deveria ser permitido. O maior índice, 45,9%, é observado entre os entrevistados com escolarização superior, valor bem acima do conjunto da amostra que apoiam a ampliação das possibilidades da lei. A última categoria da tabela ("que o aborto deixe de ser crime em qualquer situação") mostra uma associação significativa somente no caso de entrevistados com escolaridade intermediária, que são os menos favoráveis à descriminalização.

TABELA 18

A legislação do aborto segundo escolaridade

		ESCOLARIDADE			
		Até 1ºgrau	2º grau	Superior	Total
Deve continuar como está	N	134	57	21	212
	% segundo ESCOLARIDADE	53,4%	46,7%	28,4%	47,4%
	Adjusted Residual	2,9	-,2	-3,6	
Deve ser permitido em mais situações especiais	N	51	45	34	130
	% segundo ESCOLARIDADE	20,3%	36,9%	45,9%	29,1%
	Adjusted Residual	-4,6	2,2	3,5	
No início da gravidez, deixe de ser crime em qualquer caso	N	66	20	19	105
	% segundo ESCOLARIDADE	26,3%	16,4%	25,7%	23,5%
	Adjusted Residual	1,6	-2,2	,5	
Total	N	251	122	74	447
	% segundo ESCOLARIDADE	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	27,579	4	,000

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

A Tabela 19 segue o padrão da tabela anterior: os entrevistados com renda familiar mais baixa são os menos favoráveis à mudanças na atual legislação (64,7%). Noutro sentido, a medida que aumenta a renda cresce o apoio à ampliação dessa possibilidade. O menor valor é observado entre os entrevistados com renda familiar de até 5 s.m.(17,2%) e o maior na faixa de renda acima de 10 s.m. (37,5%). A última categoria da tabela não apresenta nenhuma associação significativa observando-se os valores dos resíduos ajustados.

TABELA 19

A legislação do aborto segundo renda familiar

		RENDA FAMILIAR			
		Até 5 SM	Mais 5 a 10 SM	Mais 10 SM	Total
Deve continuar como está	N	75	55	74	204
	% segundo RENDA FAMILIAR	64,7%	48,2%	38,5%	48,3%
	Adjusted Residual	4,1	,0	-3,7	
Deve ser permitido em mais situações especiais	N	20	31	72	123
	% segundo RENDA FAMILIAR	17,2%	27,2%	37,5%	29,1%
	Adjusted Residual	-3,3	-,5	3,4	
No início da gravidez, deixe de ser crime em qualquer caso	N	21	28	46	95
	% segundo RENDA FAMILIAR	18,1%	24,6%	24,0%	22,5%
	Adjusted Residual	-1,3	,6	,7	
Total	N	116	114	192	422
	% segundo RENDA FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	21,980	4	,000

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

As tabelas seguintes mostram as opiniões sobre a união civil entre homossexuais, apesar do questionário simplificar a questão como "casamento entre homossexuais", visando a utilizar uma linguagem mais corrente. A Tabela 20 mostra que uma lei neste sentido reúne uma grande rejeição, haja vista que a idéia é apoiada por cerca de 29% dos entrevistados enquanto que quase 70% a rejeitam (valores arredondados).

TABELA 20

A união civil entre homossexuais

Opinião sobre a união civil entre homossexuais[96]	**% (N)**
Deve continuar proibido	**68,9 (319)**
Deve ser permitido por lei	28,9 (134)
Não sabe	2,2 (10)
Total	100 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

As tabelas cruzadas seguintes indicam que a maior rejeição é observada entre os entrevistados mais velhos, com menos escolarização e renda familiar mais baixa e situados no espectro político à direita (apesar da cruzamento com a variável ideologia não ser significativo, por um critério mais rígido).

O cruzamento com a variável escolaridade, apresentado na Tabela 21, mostrou-se significativo para a tabela como um todo e em quase todas as células da mesma. Observamos que a medida em que a escolarização aumenta, diminui continuamente a rejeição a lei. A maior rejeição encontra-se entre os entrevistados com escolarização até 1° grau (77,9%, contra a lei) e a menor entre os entrevistados

[96] A formulação da questão: "No Brasil é proibido o casamento de homossexuais, isto é, de homens com homens e de mulher com mulher. Na sua opinião, o casamento de homossexuais deveria continuar proibido ou deveria ser permitido por lei?"

com nível superior (45,2% a favor da lei). Os valores dos resíduos ajustados nas categorias extremas de escolaridade, muito acima do limite crítico, mostram que a escolarização é uma variável importante na aceitação desta lei.

TABELA 21

Opinião sobre a união civil entre homossexuais segundo escolaridade

		ESCOLARIDADE			
		Até 1°grau	2° grau	Superior	Total
Deve continuar proibido	N	204	75	40	319
	% segundo ESCOLARIDADE	77,9%	63,6%	54,8%	70,4%
	Adjusted Residual	4,1	-1,9	-3,2	
Deve ser permitido por lei	N	58	43	33	134
	% segundo ESCOLARIDADE	22,1%	36,4%	45,2%	29,6%
	Adjusted Residual	-4,1	1,9	3,2	
Total	N	262	118	73	453
	% segundo ESCOLARIDADE	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,190	2	,000

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

O cruzamento com a variável renda familiar mostra-se significativo para a tabela como um todo e em quase todas as células da mesma. A única exceção encontra-se na categoria intermediária de renda, cujo valor dos resíduos ajustados ficam abaixo do nível crítico. A maior diferença entre as categorias foi observada entre os entrevistados com renda familiar mais baixa e o grupo com renda mais alta. Entre os primeiros, 84,9% são contra a lei que permite a para união civil ente homossexuais (resíduo ajustado de 4,3), enquanto que 37,6% dos entrevistados com renda acima de 10 s.m. aprovam a lei.

TABELA 22

Opinião sobre a união civil entre homossexuais segundo renda familiar

		RENDA FAMILIAR			
		Até 5 SM	Mais 5 a 10 SM	Mais 10 SM	Total
Deve continuar proibido	N	101	77	118	296
	% segundo RENDA FAMILIAR	84,9%	64,7%	62,4%	69,3%
	Adjusted Residual	4,3	-1,3	-2,7	
Deve ser permitido por lei	N	18	42	71	131
	% segundo RENDA FAMILIAR	15,1%	35,3%	37,6%	30,7%
	Adjusted Residual	-4,3	1,3	2,7	
Total	N	119	119	189	427
	% segundo RENDA FAMILIAR	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,942	2	,000

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

O cruzamento com a faixa etária é também significativo. A rejeição a lei sobre a união civil entre homossexuais aumenta com a faixa etária do entrevistado. As diferenças observadas entre as faixas etárias são mais significativas entre os entrevistados na faixa etária entre 25 a 35 anos e os que têm 45 anos ou mais: no primeiro grupo encontramos o maior apoio a lei (38,5 % a favor); e no outro, o menor (80% são contra a lei) .

TABELA 23

Opinião sobre a união civil entre homossexuais segundo faixa etária

		FAIXA ETÁRIA				
		16-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45 anos ou +	Total
Deve continuar proibido	N	54	83	80	102	319
	% segundo FAIXA ETÁRIA	62,1%	61,5%	76,9%	80,3%	70,4%
	Adjusted Residual	-1,9	-2,7	1,7	2,9	
Deve ser permitido por lei	N	33	52	24	25	134
	% segundo FAIXA ETÁRIA	37,9%	38,5%	23,1%	19,7%	29,6%
	Adjusted Residual	1,9	2,7	-1,7	-2,9	
Total	N	87	135	104	127	453
	% segundo FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	16,172	3	,001

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Por fim, a tabela 24 mostra que os entrevistados que simpatizam com os partidos de direita são os que mais rejeitam a lei em questão (78,3%), enquanto que o apoio pode ser melhor angariado entre os entrevistados que preferem os partidos de esquerda (38,3%). No entanto, o valor de qui^2 associado a esta tabela esta a abaixo do nível aceitável. Apesar disso, neste único caso, mantemos a tabela por que ela sugere o mesmo padrão observado na pesquisa de 1993, quando o público à direita era menos tolerante em uma questão similar.

TABELA 24
Opinião sobre a união civil entre homossexuais segundo ideologia partidária

		IDEOLOGIA PARTIDARIA			
		Esquerda	Centro	Direita	Total
Deve continuar proibido	N	50	56	18	124
	% segundo IDEOLOGIA	61,7%	70,9%	78,3%	67,8%
	Adjusted Residual	-1,6	,8	1,2	
Deve ser permitido por lei	N	31	23	5	59
	% segundo IDEOLOGIA	38,3%	29,1%	21,7%	32,2%
	Adjusted Residual	1,6	-,8	-1,2	
Total	N	81	79	23	183
	% segundo IDEOLOGIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,863	2	,239

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Os dados da pesquisa de 1995 acentuam as tendências observadas em 1993 em relação às clivagens por posição social: os entrevistados mais bem posicionados (mais escolarizados e com renda familiar maior) tendem a ser mais favoráveis aos itens da agenda neoliberal (neste caso a privatização e quebra do monopólio estatal no setor petrolífero) e mais liberais no que se relaciona aos temas da moralidade privada. Quanto a ideologia partidária os dados disponíveis se mostraram menos conclusivos, ocorrendo associação significativa apenas no tema da privatização, como esperado, os entrevistados identificados com os partidos de direita mais favoráveis à venda da Petrobras[97].

[97] A variável identidade partidária é menos efetiva do que identidade ideológica por que há um tendência de que em pesquisas quantitativas somente o público mais politizado responda a questão. Assim, na pesquisa de 1993 98% dos entrevistados se altolocalizaram na escala esquerda-direita e 55% declararam preferência partidária. Em 1995, à falta da pergunta sobre identificação ideológica no questionário, tivemos que basear nossa análise nos 40,5% que

– Conclusão do capítulo 4

O conjunto dos dados que dispomos nos permite tirar algumas conclusões a respeito das percepções do público da cidade de São Paulo sobre os conteúdos geralmente associados ao contexto da nova direita *vis-a-vis* o comportamento eleitoral deste público.

Em primeiro lugar, eles sugerem que o inventário dos conteúdos ideológicos e políticos associados à direita, como esperado, indicam um fenômeno plural. Há uma direita mais identificada com os temas econômicos da agenda neoliberal e há outra, mais popular, conservadora nas questões morais e autoritária na forma de ver a política. Esta clivagem de conteúdo se reflete no comportamento eleitoral e é associada com variáveis de posição social, que salientaremos na seqüência.

Em segundo lugar, os dados de 1993 indicam que o igualitarismo é um valor importante para a compreensão das posições no *continuum* ideológico, pois, mesmo que o público paulista tenha se mostrado de uma maneira geral mais favorável ao igualitarismo, a esquerda é mais igualitária do que a direita, apesar do centro ser mais igualitário que a esquerda. Porém, as posições do centro são às vezes contraditórias, pois em alguns valores e atitudes o centro se aproxima da direita, como nas questões sobre a desregulamentação e a estatização (pesquisa de 1993), e em outras oscila entre os extremos como no episódio aqui destacado da transferência de voto na eleição presidencial de 1989, quando os eleitores que votaram em candidatos do centro no primeiro turno se dividiram quase meio a meio entre os dois que passaram para o segundo turno, apesar do perfil centro-esquerda do principal candidato de centro à época, Mário Covas.

---

responderam à questão sobre preferência partidária. Uma análise comparativa sobre a efetividade destas duas variáveis em estudos políticos-eleitorais encontra-se em Singer (1998).

As opiniões antiigualitárias ocorreram com maior freqüência junto ao público mais pobre e menos escolarizado, justamente os mais prejudicados pelas desigualdades sociais. Este é um aspecto que os nossos dados não elucidam. Porém, vimos que entre os públicos que votaram para presidente em candidatos de direita as posições antiigualitárias estão acima da média geral tanto na base da pirâmide quanto no topo, entre o entrevistados situados nas faixas de renda familiar mais altas. Portanto, estes dados reforçam a vinculação do antiigualitarismo com as classes altas e baixas pelo filtro ideológico.

Em terceiro lugar, o conteúdo que melhor diferencia as posições esquerda-direita, segundo os dados que dispomos, são os temas da agenda neoliberal, medidos na pesquisa pelas questões sobre a estatização (1993) e a privatização (1995). Isto reforça a tese de que a agenda neoliberal é a principal corrente da nova direita atualmente, para onde convergem todos os interesses "das direitas" no espaço público político. Porém, considerando a direção do voto em 1989, a estatização foi associada tanto aos eleitores do candidato mais esquerdista, Lula, quando do mais direitista, Fernando Collor. Para entender este paradoxo, nos valemos da explicação de que a estatização para a direita significa o apoio à autoridade do Estado (Singer, 1998). Isso nos pareceu muito congruente com outros dados da pesquisa (a maior associação das variáveis do autoritarismo com a direita), mas também com a própria trajetória de Collor que se apresentou ao público como um líder salvador da pátria (Dreifuss, 1989).

Em 1995, a aprovação majoritária da possibilidade de quebra do monopólio da união e da privatização da estatal do setor petrolífero sugere que os temas econômicos da agenda neoliberal encontravam-se bastante disseminados na sociedade e que, pelo menos naquele momento, as políticas públicas nesta direção tinham grande respaldo junto ao público, principalmente se um público mais rico, escolarizado, jovem e identificado com algum dos partidos de direita. No entanto,

não podemos saber se, de fato, o apoio ao estatismo se reduziu significativamente em tão pouco tempo, porque em 1993 a participação do Estado na economia foi avaliada de forma genérica e na pesquisa mais recente a questão se referia a um setor econômico específico.

Em quarto lugar, a classe social surgiu aqui como um dos fatores mais importante para explicar as diferentes posições ideológicas e os elementos associados a cada uma delas. Em geral, as classes mais altas (considerando a escolaridade e a renda familiar) foram mais favoráveis à maneira neoliberal de lidar com as questões econômica, apesar da maioria do público destes estratos se autolocalizarem ao centro na escala ideológica esquerda-direita; e os mais pobres e menos escolarizados em geral defenderam os temas conservadores da moralidade privada e as soluções autoritárias (governo militar e partido único).

E finalmente, as conclusões precedentes nos sugerem, ainda que toscamente, alguns subsídios para o nosso foco central neste trabalho: a compreensão do voto de direita na cidade de São Paulo. Com base nos dados da eleição presidencial de 1989, constatamos a "pluralidade" das direitas. Há uma direita mais ideológica, mais politizada, que defende os interesses do *laissez-faire*, que não assume totalmente o rótulo "direita" mas que é no mínimo antiesquerda, em geral identificada com as classes mais altas. Esta direita esteve associada ao voto em Paulo Maluf no primeiro turno. Há um direita mais populista, personalista, que mobilizada apoio pelo viés apolítico dos temas da moralidade e pelas formas autoritárias de agir no espaço político, geralmente com bases nas classes mais baixas. Esta direita esteve associada à candidatura de Fernando Collor. Porém, na situação extremamente polarizada do segundo turno daquela eleição, os interesses "das direitas" se uniram e a direita mais ideológica e politizada votou no candidato da direita populista, Fernando Collor.

Não temos dados para avaliar estas questões em contextos mais recentes na cidade de São Paulo. Porém há informações de pesquisas que nos permitem concluir que o voto de direita na cidade de São Paulo é um tendência que vem se institucionalizando. Lima (1995), por exemplo, analisando o fenômeno da volatilidade eleitoral na cidade entre 1985 e 1992, argumenta que, a despeito dos fatores de curto prazo, a estabilidade ideológica (o alinhamento dos blocos ideológicos) é maior do que a preferência por partidos políticos, até porque o sistema partidário é muito instável[98]. Nas palavras de Lima "*quando usamos critérios mais 'finos' de pesquisa, verificamos que existem certas 'permanências' que não podem ser ignoradas. O eleitorado paulistano não é homogêneo, mas composto de um conjunto de eleitores dentro da mesma unidade política.* [...] *Os alinhamentos verificados na década de 70, em termos de blocos ideológicos, continuam presentes. Os candidatos conservadores encontram melhor acolhida nas áreas centrais e mais ricas da cidade...*" (pp. 126). O trabalho de Singer (1998), que comparou a importância da variável identidade ideológica nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, também reforça este raciocínio. Ele verificou que entre as duas eleições houve uma certa estabilidade da identificação ideológica nas escolhas eleitorais. Em 1994, apesar do fator conjuntural que foi o plano de estabilização econômica (o Plano Real), segundo os dados de opinião pública analisados pelo autor, foi possível constatar que "*a importância do real para a definição do voto foi tanto mais forte quanto mais à direita estava o eleitor*" (pp. 172).

---

[98] Sobre isto, ver em Mainwaring *et al.* (1999) uma análise sobre a estabilidade do bloco ideológico da direita ao nível das elites político-partidárias do País, sobretudo a partir da Nova República, a despeito da instabilidade dos partidos conservadores.

– Conclusão

A nova direita é um fenômeno plural. O rótulo "nova direita" têm sido empregado genericamente para se referir a políticas públicas, partidos políticos, movimentos culturais e círculos acadêmicos, que, em comum, fazem a justificativa teórica do antiigualitarismo e a defesa de cortes em políticas de bem-estar social. Nova direita francesa (*la Novelle Droite*), nova direita norte-americana (*The New Right*), nova direita cristã (*The New Christian Right*), neoliberalismo, neoconservadorismo, extrema direita são algumas das vertentes deste mosaico que da direita renovada. Ao tentar decifrar cada uma delas e entender o que há de "novo" vimos que as fronteiras nem sempre são muito bem definidas, pois as vertentes da nova direita se inspiram umas nas outras, reagem uma sobre a outra, se misturam, mas também se afastam. Daí porque procuramos estabelecer algumas clivagens a título de organizar minimamente o nosso diálogo sobre cada uma delas.

A nova direita adquiriu grande visibilidade no mundo capitalista avançado a partir dos anos 80, com a eleição dos governos de Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, iniciados em 1979 e 1980, respectivamente, os primeiros a colocarem em prática o programa neoliberal – leia-se privatizações, desregulamentações e estímulo à expansão incessante do mercado. Até meados dos anos 90, quase todos os países capitalistas avançados elegeram governos com programa neoliberal ou no mínimo experimentaram políticas públicas de inspiração neoliberal. A segunda onda de expansão neoliberal pelo mundo teve como palco o Leste europeu após a queda do bloco comunista, entre 1989 e 1992, onde a implantação destas políticas foi das mais radicais, porque as experiências partiram do extremo coletivismo socialista para o extremo fundamentalismo de mercado. A terceira onda vem se concretizando na América Latina, em geral, em países que emergiram de regimes autoritários, como é o caso do Brasil (Anderson, 1995).

A hegemonia alcançada pelo neoliberalismo atualmente justifica classificá-lo como a principal corrente da nova direita. Além disso, é o que melhor incorpora o sentido de renovação da direita e porque o radicalismo de suas propostas afetam todas as esferas da vida social (Giddens, 1994).

Uma outra fase muito visível da nova direita é o renascimento do extremismo de direita na Europa nos anos 80, com um sucesso eleitoral muito maior do que o esperado pelos analistas políticos, como é o caso do partido Frente Nacional na França. Os novos partidos da extrema direita se caracterizam pelo nacionalismo, pela crítica ao sistema político tradicional, pela defesa do autoritarismo e sobretudo pela xenofobia. O *issue* central é a questão da imigração, ou seja, a plataforma política da extrema direita gira em torno da defesa de políticas xenófobas para lidar com os problemas do desemprego e da insegurança. Porém, a novidade destes partidos é a justificativa desta política de exclusão do estrangeiro com um argumento muito mais plausível: a defesa das identidades culturais, em nome da incomparatibilidade, incomunicabilidade e incomensurabilidade entre europeus e não europeus.

O argumento a favor das identidades culturais, ou o direito à diferença, foi apropriado de círculos acadêmicos que se espalharam por toda a Europa, com destaque para *la Novelle Droite* fundada na França em meados dos anos 60, apesar desta negar qualquer relação com as frentes da extrema direita. O direito à diferença advoga pela diversidade cultural, ou seja, a preservação da identidade de cada povo em seu território, europeu no caso, contra todas as ideologias igualitárias. Este argumento tenta contrapor-se à retórica esquerdista de combate ao racismo acusando-a de ser o verdadeiro racismo porque defende a igualitarismo, ou a homogeneização, contra toda a diversidade. Ou seja, a direita afirma que a igualdade significa uniformidade o que seria uma ameaça a cultura européia. Porém, concretamente o argumento têm servido para justificar a exclusão de

migrantes vindos de países pobres. O direito à diferença se tornou uma forma sofisticada de mascarar o racismo biológico e o preconceito social com a justificativa do racismo cultural.

Nos Estados Unidos, no final dos anos 60, se formou também um movimento conhecido como nova direita (*New Right*). Apesar da coincidência de nomes, a nova direita norte-americana não tem relação com o seu homônimo francês. A nova direita norte-americana surgiu como uma reação às políticas liberais dos anos 60 que seriam uma ameaça aos valores tradicionais e familiares. As organizações da nova direita se espalharam pelo País através de uma rede de grupos de defesa de temas morais, familiares e culturais associados à defesa dos interesses econômicos conservadores das classes médias. A nova direita se notabilizou pela participação ativa na esfera pública política e pelo uso intenso de meios de comunicação de massa. Este movimento recebeu um grande reforço da nova direita cristã, um rótulo sob o qual se abrigam organizações ligadas às igrejas evangélicas, que se tornaram bastante visíveis na sociedade norte-americana pelo uso intenso que fazem do proselitismo através da mídia eletrônica. A nova direita e a nova direita cristã representam grupos minoritários no País, porém constituem-se em uma minoria extremamente ruidosa e eficiente na defesa de seus interesses.

O neoconservadorismo é também uma reação às políticas liberais dos anos 60 nos Estados Unidos. As idéias neoconservadoras foram elaboradas em universidades norte-americanas e, em geral, os principais autores saíram de uma posição liberal (que nos Estados Unidos corresponde a estar à esquerda no espectro político) para uma visão conservadora da sociedade. Eles fazem uma crítica do sistema democrático liberal norte-americano que permite uma "inflação" de expectativas e de direitos e, principalmente, um excesso de demanda por igualdade social. Por este raciocínio, este quadro acarretaria uma sobrecarga estatal e, em última instância, levaria à ingovernabilidade. Em muitos aspectos o

neoconservadorismo coincide com o neoliberalismo, mas demarcam fronteiras na questão da intervenção do Estado na economia. Os autores neconservadores consideram que é importante a função do Estado para promover o desenvolvimento econômico, ou seja, não são a favor do fundamentalismo de mercado. O neoconservadorismo e a nova direita foram fontes importantes de apoio para a implantação de políticas conservadoras adotas pelo governo Reagan.

De certa forma, a revitalização da direita pareceu uma surpresa para os que tinham uma visão mais otimista sobre a expansão dos ideais democráticos nas sociedades capitalistas avançadas. Inglehart (1977), por exemplo, defende a tese de que em condições de prosperidade econômica haveria uma tendência maior de que as pessoas se preocupar menos com as questões materiais, ou seja, a segurança e o sustento físico, e se voltassem para questões pós-materialistas, que dizem respeito à auto realização e as experiências pessoais, a defesa da liberdade, da democratização política, do trabalho e da vida comunitária. Segundo este esquema, a medida que estes valores se tornassem predominante na sociedades elas se tornariam mais democráticas, um processo que o autor chama de uma "revolução silenciosa". No entanto, a crise dos anos 70, o esgotamento da capacidade expansiva dos estados de bem-estar revelaram que a tese da revolução silenciosa não explica, por exemplo, o ressurgimento do extremismo de direita nas democracias européias. O desemprego, a queda da qualidade de vida, a segurança são questões bem materialistas e se há uma revolução silenciosa, deve haver também uma "contra-revolução silenciosa", postulam os críticos da primeira (Ignazi, 1992), que diz respeito à reação conservadora contra a agenda da nova esquerda (pós-materialista), enfatizando valores materialistas como o crescimento e a estabilidade econômica, o liberalismo, o progresso tecnológico. Nos anos 80, os governos neoliberais e o impacto dos partidos de extrema direita mostraram que as prioridades materialistas estão mais vivas do que nunca.

A crise econômica dos anos 70 geralmente contextualiza a emergência da nova direita. Porém, isto não parece suficiente para explicar a eleição de governos neoliberais, que a princípio vão contra os interesses da maioria das pessoas. As mudanças estruturais, sobretudo no mundo do trabalho e a divisão de classes, que afetariam as bases de solidariedade e a própria a noção de seguridade social estão entre as teses que tentam explicar a perda de apoio dos governos social-democratas (Offe, 1994). Giddens (1994) faz uma crítica da operacionalidade do keynesianismo no mundo atual, em que ao mesmo tempo complexo e imprevisível. Mas este debate procuramos apresentar aqui, porém estas questões permanecem ainda em aberto.

O debate sobre a nova direita no cenário internacional assume importante função na transformação dos parâmetros ideológicos que prevalecem na sociedade capitalista avançada à direita e também à esquerda. A nova direita define-se em oposição à esquerda e vice-versa, porque são temas relacionais (Bobbio, 1995). Pensar sobre os novos conteúdos da direita e as razões e significados da nova direita contribui para ampliar espaço semântico do clássico esquema dicotômico esquerda-direita.

A transposição do debate internacional para o Brasil nos revelou outras complexidades. Primeiramente, porque aqui a nova direita é uma construção teórica, pois não há partidos políticos, grupos para a defesa de interesses específicos ou círculos acadêmicos que se assumam como tal. Alias, nem como de direita, simplesmente, porque no Brasil os que se encontram à direita no espectro político, geralmente se apresentam publicamente como liberais ou conservadores. Portanto, falar em nova direita no Brasil é antes referir-se a um discurso que defende prioridades diversas em relação à direita tradicional do que propriamente a um projeto institucionalmente estabelecido em termos de partidos políticos ou ainda a um modelo ideologicamente bem definido.

Também constatamos a nova direita como um fenômeno plural, mas com fronteiras muito mais difusas. A referência é o conteúdo programático de partidos políticos, ou a retórica e a forma de ação atuação política de alguns setores específicos da sociedade que se diferenciam dos paradigmas da "velha direita", apesar de grande parte dos principais personagens terem emergido do interior desta última.

A nova direita no Brasil se insere nos debates sobre as novas clivagens políticas na Nova República. Porém, não ocorreu uma guinada repentina da direita com o novo regime. Na verdade, há um traço de continuidade das forças políticas conservadoras de direita ou centro-direita em praticamente toda a história política do Brasil inclusive em todos os governos na Nova República, com apenas um lapso, no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964. A mudança mais significativa a partir da Nova República é que os setores conservadores incorporaram-se mais do que nunca às instituições democráticas e desvincularam-se progressivamente do passado autoritário (Mainwaring *et al.*, 1999).

Construímos a temática da nova direita no Brasil em três vertentes: o neoliberalismo, a nova direita na cidade de São Paulo e a nova direita religiosa. Traçamos trajetórias independentes, mas vimos que são vertentes que se relacionam e que, em momentos chaves da Nova República, vem fortalecendo mutuamente seus interesses. Além disso, estas vertentes, temos consciência, estão longe de esgotar o repertório sobre o tema.

O neoliberalismo é atualmente a principal corrente da direita no País, porque a agenda econômica que ele inspira tornou-se hegemônica junto aos setores conservadores do País, e opõem-se à esquerda, defensora do estatismo. A clivagem entre o estatismo e o neoliberalismo substitui o embate entre a democracia e o autoritarismo que prevaleceu até meados dos anos 80. Porém, se antes os principais defensores da redemocratização, em geral os setores à esquerda

da sociedade, eram identificados com uma visão de futuro, hoje, esta visão é reivindicada pelos conservadores à direita devido às virtudes apregoadas pela modernidade econômica neoliberal.

No contexto de crise continuada, os temas econômicos têm dominado os debates políticos no País em detrimento das questões sociais. Desta forma, o eixo político tem pendido mais para a direita ou no máximo o centro-direita. Na primeira eleição direta para presidente na Nova República, os debates giraram em torno da função do Estado e nas duas seguintes a questão central foi a estabilização econômica capitaneada pelo sucesso do Plano Real. Nesta trajetória, o Partido da Frente Liberal (PFL), que tem feito parte de todas as coalizões governamentais eleitas, tornou-se o principal partido conservador e o mais programático neoliberal. Apesar da grande fragmentação partidária do pólo à direita, mais por razões personalistas ou interesses regionais, em geral eles têm atuado em bloco no Congresso Nacional, principalmente nas questões econômicas da agenda neoliberal.

Destacamos a trajetória do político Paulo Maluf na cidade de São Paulo como uma outra vertente da nova direita. Maluf é detentor de um perfil político que melhor representa o sentido de renovação. Ele, oriundo da base de apoio do regime militar, se tornou um dos políticos de maior empatia com a capital paulista. A virada de mesa de Maluf em relação ao seu passado de rejeição ocorreu com a comprovação de viabilidade eleitoral da esquerda. A partir daí e nas eleições seguintes que concorreu além de se verificar um crescimento contínuo de sua base eleitoral, esta também ascendeu na escala social. Antes de 1988, quando Maluf concorreu ao governo do estado em 1986, as suas votações mais expressivas ocorreram nos bairros predominantemente de classe média-baixa, setores mais afeitos ao discurso personalista, moralista e autoritário que deram o tom de sua campanha (assim como foi no ano anterior na campanha do prefeito eleito Jânio Quadros). Na suas campanhas seguintes, as prioridades passaram a ser a eficiência

administrativa, o espírito empreendedor em sintonia com o espírito neoliberal que começava a surgir no País. Maluf soube capitanear a insatisfação da elite conservadora da capital com o crescimento da esquerda, representada pelo PT e especificamente a prefeita, mulher e nordestina, Luisa Erundina, dando início a uma trajetória vitoriosa na capital. Ele se afastou de seu passado vinculado ao regime autoritário e conquistou as classes mais ricas assumindo o posto de principal liderança antiesquerda na cidade, logo, de direita.

A nova direita religiosa é um recorte estabelecido a partir da formação da chamada bancada evangélica na Constituinte em 1987. Sem nenhuma relação com os grupos da nova direita cristã norte-americana mais guardando muitas semelhanças, esta vertente refere-se à participação de líderes das igrejas pentecostais na esfera pública política, portando demandas conservadoras em matéria da moralidade privada. De certa forma, a participação política dos evangélicos coroa a estratégia de conquista de visibilidade dos grupos evangélicos, o que inclui os grandes investimentos em mídia eletrônica. No Congresso Constituinte, este grupo se notabilizou como uma minoria extremamente vocal que se dizia representante das demandas moralizantes da maioria silenciosa. Mas também se destacaram pelas alianças à direita. A maioria dos deputados evangélicos esteve ao lado dos interesses dos setores mais conservadores do poder econômico (Pierucci, 1996).

Com a análise de dados secundários do CESOP procuramos mais levantar e construir questões do que respondê-las dada a limitação de nossos dados. Mas vimos que eles indicam tendências que confirmam as análises sobre o "caso São Paulo". Há uma direita mais programática, que parece saber mais o que quer: apoia os programas neoliberais, é antiesquerda na atitude, apesar de se dizer majoritariamente de centro. Há uma direita mais afeita aos temas da moralidade e do autoritarismo, porém estatal (quer serviços públicos), em geral com base nas

classes mais baixas. Estas clivagens estiveram associadas à direção do voto, sugerindo que o eleitor é sensível ao debate ideológico. Os dados mais recentes indicam que os temas da agenda neoliberal, avaliados em relação à tópicos bem concretos, encontram-se bem mais disseminados por todos os estratos sociais, mas as questões da moralidade privada permanecem com apoio maior nos grupos de menor escolaridade e renda familiar.

Pensando num paralelo entre o debate internacional sobre a nova direita e no Brasil, considerando que aqui a nova direita não é um movimento organizado como nos países europeus e nos Estados Unidos, podemos acentuar os efeitos da emergência desta ideologia em realidades tão diferentes.

Nos países capitalistas avançados a nova direita propõe rediscutir as regras para a igualdade e a justiça frente aos novos desafios do mundo contemporâneo. A igualdade é uma convenção que se liga a cada época. De fato é uma construção que tem relação com os valores que a própria sociedade define para si mesma. Este é um debate dinâmico que vem se dando há pelo menos dois séculos desde os episódios da Revolução Francesa. A nova direita, genericamente falando, convida a sociedade a repensar os seus próprios valores frente ao esgotamento dos estados bem-estar e os problemas concretos do desemprego, da segurança, da queda do padrão de vida em geral e do enfraquecimento dos valores morais tradicionais, o que afeta os laços de solidariedade e a governabilidade. Concretamente, onde a nova direita está no poder ela tem se constituído numa ameaça às instituições de bem-estar social, as esferas social e econômica da cidadania.

No Brasil, este debate com a sociedade não existe. Qual o sentido de se questionar a igualdade numa sociedade tão hierárquica? Qual o sentido de se discutir as regras do contrato social do liberalismo clássico se as regras de conciliação, mediadas pelo "fetiche da igualdade" (Sales, 1994), são as que perduram na nossa sociedade? Aqui, de fato, não há ameaça às conquistas

revolucionárias porque a revolução burguesa no País é um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder, com forte associação entre o desenvolvimento capitalista e a autocracia (Fernandes, 1975).

A crise econômica contínua durante a Nova República somente acentuou os graves problemas das desigualdades sociais que perpassam por toda a história do País, e os setores identificados com a nova direita não apresentam um projeto para enfrentá-los[99]. A defendida modernização tem se efetivado por uma inserção passiva do País no processo de globalização e vem afetando somente o plano dos modos de vida através da importação de bens de consumo, enquanto que a grande maioria da população que não consome supérfluos piora as suas condições de vida e não vem conseguido satisfazer as suas necessidades básicas. Num cenário de recessão e de aumento nas taxas de desemprego, o aprofundamento da miséria salta aos olhos.

De fato, a ameaça aos direitos sociais e econômicos atinge apenas uma parcela da sociedade, aqueles que pela lógica da "cidadania regulada" ocupam um lugar no sistema de estratificação ocupacional através de um emprego formal (Santos, 1987). Mas, o efeito perverso da importação do receituário neoliberal para a solução da crise econômica do país é o estreitamento ainda maior dos conquistas da cidadania, regulada que seja, pois o que está sendo desmantelado são os

[99] A falta de um projeto para a sociedade por parte dos setores identificados com a nova direita é demostrado numa pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores do IUPERJ junto às elites brasileiras, em 1993-94, cujos resultados indicam uma nítida falta de projeto da elite para enfrentar os problemas da pobreza e a desigualdade social (Cheibub,1995; Cheibub,1995; e Lima & Cheibub,1996). Estes resultados contrastam com um estudo parecido conduzido nos primeiros anos da Nova República quando parecida haver uma disposição das elites por propostas mais democráticas e pluralista (Lamounier & Souza, 1991).

programas sociais mínimos e os parcos direitos sociais pela tentativa de privatização das relações sociais[100].

Um outro aspecto que o debate internacional sobre a nova direita ilumina diz respeito às regras de sociabilidade no Brasil. Pensando sobre as dificuldades de se constituir uma ordem social justa no País, talvez possa ser creditado ao avanço deste tipo de ideologia cenas que atravessam com freqüência o nosso quotidiano, como a indiferença quanto às violações dos direitos humanos, ou mesmo oposição a esses direitos, atitudes de intolerância para com pessoas vistas como diferentes devido à origem, raça ou gênero, por exemplo[101], a tolerância quanto ao trabalho infantil ou escravo que com freqüência parte da opinião pública "esclarecida" manifesta. Este é o terreno da "cultura cívica predatória" (Santos, 1993), que se refere à erosão das normas de convivência social provocada pela desconfiança no comportamento alheio, o temor do relacionamento social e a diluição dos laços de solidariedade. É quando o privado se sobrepõe ao público e a anomia impõem-se à ordem social, que passa a ser tecida por desconfianças, asperezas, ofensas inesperadas. O comportamento predatório relaciona-se diretamente ao "híbrido institucional brasileiro" que associa a cidadania regulada ao estado de natureza hobbesiano.

Estes são alguns traços que denunciam formas de sociabilidade e valores culturais sintonizados com os novos conteúdos da direita que emerge no mundo contemporâneo: a intolerância, a crítica aos direitos humanos, o direito à diferença. O discurso da nova direita prioriza temas como ordem e segurança – tão

---

[100] Sobre o estreitamento dos direitos sociais ver Telles & Paoli (1996), sobretudo o capítulo escrito por Paoli que aborda a questão das propostas governamentais que ameaçam as conquistas dos direitos sociais das classes trabalhadoras. E sobre o efeito perverso das políticas neoliberais com relação ao desmantelamento dos movimentos sociais e sindicais ver Oliveira (1995).

[101] A discussão sobre o preconceito e a discriminação que afetam os imigrantes na Europa foi inserida no contexto nacional, em relação à discriminação sofrida pelos nordestinos em São Paulo, pelo boletim Vai-Vem do Serviço Pastoral dos Imigrantes de São Paulo. O Boletim faz um paralelo entre a questão européia e a brasileira, associando a discriminação dos anos 90 aos fenômenos da globalização e do neoliberalismo. Relatório Cebrap: "O Serviço Pastoral dos Migrantes e a Discriminação de Nordestinos na Cidade de São Paulo", 1996.

ameaçadas pela escalada da violência – e enaltece a iniciativa individual, em contraposição à coisa pública, o que esvazia de sentido as responsabilidades do Estado pelo bem-estar social.

A nosso prisma neste trabalho foi o pólo à direita, a alternativa conservadora para os conflitos do mundo contemporâneo. Porém, a realidade brasileira é de enorme complexidade, o que abre grandes incertezas sobre o futuro, mas também muitas possibilidades. No momento, o pêndulo oscila para o lado mais conservador. Mas a sociedade civil é dinâmica, e a conquista e a construção da cidadania, apesar de muitos reversos, é um exercício que vem se concretizando em experiências locais e pontuais capazes de influenciar neste movimento.[102]

Apesar da disparidade de realidades entre o mundo capitalista avançado e o Brasil, a referência ao debate internacional sobre a nova direita nos pareceu uma forma interessante de problematizar a revitalização da direita no País, ainda que possamos estar olhando de uma forma diferente "o que está ocorrendo de velho".

Este trabalho, longe de esgotar o tema, pretendeu contribuir para a compreensão do mosaico de posições associadas ao tema da nova direita. Nós procuramos trabalhar com algumas idéias-chave, e fomos tratando de esclarecê-las a partir da referência internacional, nacional e pesquisas que dispomos. Uma vez que lidamos com dados secundários, uma série de conclusões permaneceram em aberto, pois não temos como reconstruir as questões de acordo com as nossas hipóteses. Mas foi possível perceber tendências relevantes no público pesquisado a respeito de alguns itens associados à nova direita. À partir do esboço que traçamos, abre-se uma perspectiva para que este trabalho seja ampliado, aprofundado e atualizado, sobretudo no atual contexto em que os rótulos esquerda e direita têm sido freqüentemente descartados.

---

[102] Sobre experiências positivas de democratização social ver Telles & Paoli (op cit.).

– Bibliografia

ALMEIDA, Ronaldo, "A universalização do Reino de Deus" *in Novos Estudos Cebrap*, n° 44, março de 1996:12-23.

ANDERSON, Pierry, "Balanço do neoliberalismo" *in* Emir Sader, Pablo Gentili (Org.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995: 9-23.

BENOIST, Alain, "Democracy Revisited" *in Telos*, n° 95, Primavera de 1993: 65-75.

BOBBIO, Norberto, *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995.

BURKE, Edmund, *Reflexões sobre a Revolução em França*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

CALDEIRA, Teresa P. R, "Direitos Humanos ou 'privilégios de bandidos'?" *in Novos Estudos Cebrap*, n° 30, 1991:162-174

CHEIBUB, Zairo B., "Valores e Opiniões da Elite: Notas sobre Padrões de Apoio a Políticas Sociais" *in Dados*, vol.38 n.°1, 1995:57-70.

CUEVA, Agostín, "A guinada conservadora" *in* CUEVA, Agostín (Org.) *Tempos conservadores*, São Paulo: Hucitec, 1989: 19-38.

CRAHAN, Margaret, "Religion, Revolution, and Counterrevolution: The Role of the Religious Right in Central America", *in* Chalmers, Douglas A., Souza, Maria do Carmo Campello(ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, New York: Praeger, 1992: 163-182.

DELLA CAVA, Ralph. "The Ten-Year Crusade toward the Third Christian Millennium: An Account of Evangelization 2000 and Lumen 2000", *in* Chalmers, Douglas A., Souza, Maria do Carmo Campello(ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, New York: Praeger, 1992: 202-222.

DOGAN, Mattei, "Erosion of class voting and of the religious vote in Western Europe". *in Revista da Unesco*, 108, 1996: 525-538.

DREIFUSS, René, *O jogo da direita*, Petrópolis: Vozes, 1989.

DUMONT, Louis, *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELLIOTT, Brian & McCRONE, David, "Class, culture and morality: a sociological analysis of neo-conservatism", *in The Sociological Review*, 35(3), agosto de 1987: 485-515.

ESTER, P, HALMAN, L. & DE MOOR R, *The Individualizing Society, Value Change in Europe and North America*, Tilburg:Tilburg University Press, 1993.

FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLORENTIN, Manuel, *Guia da Europa Negra: Sessenta anos de Extrema Direita*, Sintra, Publicações Europa-América, 1994.

FONSECA, Francisco César Pinto da, "Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso" *in Opinião Pública*, Vol. IV, n.° 2, maio de 1997:67-71.

FUCHS, Dieter & KLINGEMANN, Hans-Dieter. "The Left-Right Schema", *in* Jennings, M. Kent, Barnes, Samuel, *et al.*, *Continuities in Political Action. A Longitudinal Study of Political Orientations in Three Western Democracies*, Belim e New York: Walter de Gruyter, 1990: 203-234..

GIDDENS, Anthony, *Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics*, Stanford: Stanford University Press, 1994.

GIDDENS, Anthony, "Admirável mundo novo: o novo contexto da política", *in* Miliband, David (org.), *Reinventando a Esquerda*, São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997: 37-57.

GRAY, John, *Beyond New Right: Markets, Government and the Common Environment*, Londres e Nova York: Routledge, 1993.

HABERMAS, Jüergen, "A nova intransparência" *in Novos Estudos Cebrap*, n° 18, setembro de 1987:103-114.

HABERMAS, Jüergen, "Neoconservative Cultural Cristicism in the Unided States and West Germany" *in The New Conservatism*, Cambridge: MIT Press, 1989: 22-47.

HIRSCHMAN, Albert O., *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HUNTER, Allen, "Entre bastidores: ideologia y organización de la nueva derecha" *in Revista Mexicana de Sociologia*, n.° 43, 1981: 1745-1780.

IGNAZI, Piero, "The silent counter-revolution" *in European Journal of Political Research*, n° 22. 1992:3-34.

IGNAZI, Piero & YSMAL, Colette, "New and old extreme right parties: the French Front National and the Italian Movimento Sociale" *in European Journal of Political Research*, n° 22. 1992:101-121.

INGLEHART, Ronald, *The Silent Revolution*, Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald,"Democratização em Perspectiva Global" *in Opinião Pública*, n.° 1. Julho/ agosto de 1993:3-42.

INGLEHART, Ronald, BASANEZ, Miguel & NEVITTE, Neil, *Convergência en Norteamérica comercio, política e cultura*, México: Siglo XXI editores, 1994.

JACKMAN, Robert W. & VOLPERT, Karin, "Conditions Favouring Parties of the Extreme Right in Western Europe" *in The British Journal of Political Science*, n.° 26, 1996: 501-521.

KIMLICKA, Will & NORMAN, Wayne, "Return of the Citizenship Theory" *in Ethics*, n.° 104, Janeiro de 1994: 352-381.

LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique, *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LAMOUNIER, Bolívar, *Partidos e Utopias: O Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar & MUSCYNSKI, Judith, "A vitória do (P)MDB" *in Textos IDESP*, n.° 2, São Paulo: IDESP,1983

LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury, "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança" *in Dados*, 34(3), 1991: 311-348.

LIMA, Marcelo Oliveira Coutinho de, *Volatilidade eleitoral em São Paulo (1985-1992)*, dissertação de mestrado, USP, 1995. 148 pp.

LIMA, Maria Regina & CHEIBUB, Zairo Borges, "Instituições e Valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira" *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.° 31 junho de 1996: 83-110.

MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy, "Conservative Parties in Contemporary Brazil", *in* K.Middlebrook(ed.) *Conservative Parties in Latin America*, Johns Hopkins:1999 (forthcoming) .

MAIRA, Luis, "Nota preliminar sobre la influencia (creciente) del pensamiento de la nova derecha norteamericana en América Latina" *in Revista Mexicana de Sociologia*, n.° 43, 1981: 1923-1943.

MARIANO, Ricardo, "Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade" *in Novos Estudos Cebrap*, n° 44, março de 1996:12-23.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio, "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor" *in A Realidade Social das Religiões no Brasil*, São Paulo: HUCITEC, 1996: 193-210. (Publicado originalmente em Novos Estudos Cebrap, n.° 34, novembro de 1992: 92-106.

MARTINS, Leôncio, *Quem é quem na Constituinte: um análise sócio-política dos partidos e deputados*, São Paulo: Maltese, 1987.

MAYER, Nonna & PERRINEAU, Pascal, "Why do they vote for Le Pen?" *in European Journal of Political Research*, n° 22, 1992:123-141.

MENEGUELLO, Rachel & MARTINS ALVES, Ricardo M, "Tendências Eleitorais em São Paulo (1974-1985*)* *in* LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: o Voto em São Paulo,* coleção História Eleitoral. vol. 1, São Paulo: IDESP, 1986

MINKENBERG, Michael, "The New Right in Germany" *in European Journal of Political Research*, n° 22, 1992: 55-81.

MUDDE, Cas, "Right-wing extremism analyzed" *in European Journal of Political Research*, n° 27, 1995: 203-224.

MOUFFE, Chantal. "Democracia Y nueva derecha" *in Revista Mexicana de Sociologia*, n° 34, 1981: 1829-1846.

MUSZYNSKI, Maria Judith de Brito, "Os eleitores Paulistanos em 1986: a marca do oposicionismo" *in* SADEK, Maria Tereza (org.), *História Eleitoral do Brasil - Eleições/1986,* São Paulo: IDESP,1989.

NYLEN, William, "Liberalismo Para Todo Mundo, Menos Eu: Brazil and Neoliberal Solution", *in* Chalmers, Douglas A., Souza, Maria do Carmo Campello(ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, New York: Praeger, 1992: 259-276.

NOVAIS, Carlos Alberto Marques, "O primeiro turno da eleição para prefeito de São Paulo" *in Novos Estudos Cebrap* nº 45, julho de 1996(1): 3-20.

NOVAIS, Carlos Alberto Marques, "A geografia do voto em São Paulo" *in Novos Estudos Cebrap* nº 46, novembro de 1996 (2): 3-21.

OFFE, Claus, "New Social Moviments: Challenging the Bourndaries of Institutional Politics" *in Social Research* 52(4), inverno de 1985:817-868.

OFFE, Claus, "A democracia contra o Estado do bem-estar?." *in Capitalismo desorganizado* (2º edição), São Paulo: Brasiliense, 1994: 269-318.

OLIVEIRA, Francisco, "Neoliberalismo à brasileira" *in* Sader, Emir e Gentili, Pablo (Org.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995: 24-28.

PIERUCCI, Antônio Flávio , "Ciladas da diferença" *in Tempo Social*; Rev. Sociologia, USP. 2(2), 1990: 7-33.

PIERUCCI, Antônio Flávio, "As bases da nova direita" *in Novos Estudos Cebrap* n.º 19, São Paulo, dezembro de 1987: 26-45.

PIERUCCI, Antônio Flávio , "A Direita mora do outro lado da cidade" *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4(10), junho de 1989: 44-65.

PIERUCCI, Antônio Flávio , "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte" *in A Realidade Social das Religiões no Brasil*, São Paulo: HUCITEC, 1996: 163-192. (Publicado originalmente em Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo, Vértice e ANPOCS, 1989)

PIERUCCI, Antônio Flávio & LIMA, Marcelo Coutinho de, "A Direita que flutua" *in* Novos Estudos Cebrap, n.º 29, março de 1991: 10-27.

PIERUCCI, Antônio Flávio & LIMA, Marcelo Coutinho de, "São Paulo 92, a vitória da direita" *in Novos Estudos Cebrap*, nº35, março de 1993:94-99.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo, "Religiões e Voto: a eleição presidencial de 1994" *in Opinião Pública*, vol. III - n.° 1, maio de 1995: 20-44.

PRANDI, Reginaldo & SOUZA, André Ricardo, "A carismática despoliticação da Igreja Católica" *in A Realidade Social das Religiões no Brasil*, São Paulo: HUCITEC, 1996: 59-92.

REIS, Elisa P. & CHEIBUB, Zairo B., "Valores Políticos das Elites e Consolidação democrática" *in Dados*, vol.38 n.°1, 1995:31-56.

SADEK DE SOUZA, Maria Tereza, "A trajetória de Jânio Quadros" *in* LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: o Voto em São Paulo*, coleção História Eleitoral, vol. 1, São Paulo: IDESP, 1986: 66-90.

SALES, Teresa, "Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira" *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.° 25, junho de 1994: 26-47.

SAN MARTIN, Félix L, "El ascenso neoconservador en Estados Unidos" *in Revista Mexicana de Ciencias Politicas Y Sociales*, n.° 129. 1987:93-114.

SANTOS, Wanderley Guilherme, *Cidadania e justiça*, (2ª ed.) Rio de Janeiro, Campus, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme, "Fronteiras do Estado Mínimo" *in Razões da Desordem*, Rio de Janeiro: Rocco, 1993: 77-116.

SINGER, André, *Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989*, Dissertação de mestrado, USP, 1993. 142 pp.

SINGER, André, *Identificação ideológica e voto no Brasil*, Tese de doutorado, USP, 1998. 210 pp.

SMITH, Tom W., "Are Conservative Churches Growing?" *in Review of Religious Research*, n.° 33, Junho de 1992: 303-322.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "A Nova República Brasileira: Sob a espada de Dâmocles" *in* STEPAN (org.) *Democratizando o Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "The Contemporary Faces of the Brasilian Right: An Interpretation of Style and Substance", *in* Chalmers, Douglas A., Souza, Maria do Carmo Campello(ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, New York: Praeger, 1992: 99-127.

STOLCKE, Verena, "Cultura Européia: uma nova retórica de exclusão" *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 22, junho de 1993:20-31.

TAGUIEFF, Pierre-André, "The new cultural racism in France" *in Telos*, n° 83. Primavera de 1990: 109-122.

TAGUIEFF, Pierre-André, "From Race to Culture: The New Right's View of Europen Identity" *in Telos*, n° 98-99(volume duplo) Inverno de 1993-primavera de 1994: 99-125.

TELLES, Vera da Silva & PAOLI, Maria Célia, "Direitos Sociais e Negociações no Brasil Contemporâneo", UNICAMP: 1996, mimeo.

THÉRET, Bruno, "O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política" *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 24, fevereiro de 1994:49-65.

TOCQUEVILLE, Alexis, *Democracia na América*, (3ª ed.) Belo Horizonte, Editora Itatiaia, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1987.

WEGIERSKI, Mark, "The New Right in Europe" *in Telos*, n° 98-99(volume duplo) Inverno de 1993-primavera de 1994: 55-69.

WOLFE, Alan, "Sociologia, liberalismo y derecha radical" *in Revista Mexicana de Sociologia*, n.°34: 1981,1797-1828.